

Universidade Aberta



Os portugueses na Grande Guerra

Uma experiência de combate e de cativo

Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses

Multidisciplinares

Área de Especialização em História Contemporânea

por

Carlos Jorge Alves Lopes

Orientadora:

Professora Doutora Maria Isabel João

Lisboa, Outubro de 2012

Capa: Foto de Arnaldo Garcês

Tirada em Paris, a 14 de Julho de 1919, durante o Desfile da Vitória. Os portugueses participaram com um contingente de 150 soldados do Corpo Expedicionário Português, integrado nas forças aliadas do Marechal Foch que desfilaram na Place de L'Etoile sob o comando do Major de Infantaria Ribeiro de Carvalho, tendo como Porta-bandeira o Tenente de Infantaria Perestrello d'Alarcão e Silva, do Regimento de Infantaria n.º 22, de Portalegre.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, à Professora Doutora Maria Isabel João agradeço o apoio e a confiança depositada, ao ter aceitado o desafio de orientar esta dissertação, que estimulou a minha reflexão sobre a problemática da intervenção militar portuguesa na Grande Guerra de 1914-1918. Também pelo rigor manifestado no decurso do trabalho, tendo-me proporcionado o privilégio de ter contribuído com o esclarecimento de dúvidas e apreensões surgidas ao longo deste projeto e por ser um exemplo de dedicação ao ensino e investigação a seguir. Por tudo, manifesto o meu profundo reconhecimento à Professora Doutora Ana Paula Avelar que ao longo dos anos tem sido um pilar no desenvolvimento da minha vida académica e aos meus pais pelas manifestações de afeto e de incentivo.

Agradeço de modo especial à minha mulher Anabela pelo seu companheirismo, sentido crítico, entusiasmo e ajuda a todos os níveis, principalmente pelo entender a falta de atenção e de tempo. Reconheço que esteve sempre ao meu lado e que sem ela não teria conseguido chegar ao fim da dissertação.

À minha filha Ana Sofia pela sua força, pelo seu sorriso, pelos seus mimos e pela sua companhia imprescindível.

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação aos meus pais.

Resumo

O presente trabalho foi realizado no âmbito do Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares da Universidade Aberta e incide sobre a intervenção do Corpo Expedicionário Português na Flandres, entre 1917 e 1918. Tendo como objetivo compreender de que modo o ambiente físico e psicológico influenciou a capacidade de resistência e o moral dos portugueses nesse teatro de guerra, foi executado um levantamento da informação impressa em obras memorialísticas publicadas no início do século XX. Foram, ainda, estudadas outras obras relacionáveis e investigados diversos fundos arquivísticos institucionais. Caracterizado o momento histórico, foram identificadas causas e efeitos que influenciaram os comportamentos em combate, a quebra da força de comando e a experiência vivida em cativo.

Palavras associadas: Grande Guerra, Portugueses na Flandres, CEP, trincheiras, prisioneiros.

Abstract

This project, developed during the Masters Degree in Estudos Portugueses Multidisciplinares, in Universidade Aberta, focuses on the intervention of the Portuguese Expeditionary Corps in Flanders, between 1917 and 1918. With the aim to understand how the environment influenced the physical and psychological resilience of the Portuguese in this theater of war, we made a survey of the existing memoirs published in the early twentieth century, identified other works relatable and also investigated several institutional archive resources. Characterized the historical moment, we identified causes and effects that influence the behaviors in combat, the breakdown in the chain of command and the experience lived in captivity.

Key words: World War I, Portuguese in Flanders, CEP, trenches, prisoners.

Sumário

Introdução	1
Capítulo I – A Frente Interna	13
Capítulo II - A Experiência de Combate	23
O Exército Português.....	25
Lei da Reforma do Exército de 1911	27
A Mobilização do Exército	30
A Instrução Militar.....	31
A Partida para a França.....	33
De Brest até ao <i>Front</i>	39
A Caminho do <i>Front</i>	39
A Distribuição das Tropas.....	40
No <i>Front</i>	41
A Zona de Guerra.....	41
Os Combates	45
O Desgaste de Campanha	56
Fadiga Física e Moral.....	56
Licenças de Campanha.....	64
As Insubordinações no CEP.....	66
Os Motins nas Tropas Britânicas	81
Os Motins nas Tropas Francesas.....	83
A Ofensiva Alemã da Primavera de 1918.....	87
Capítulo III - A Experiência de Cativo	91
O Prisioneiro de Guerra.....	91
Captura de Prisioneiros de Guerra	93
Relatos de Captura	96
Logística de Acolhimento de Prisioneiros de Guerra.....	100
Na Retaguarda Inimiga até ao Depósito de Prisioneiros	102
A Espera no Depósito de Prisioneiros.....	104
Do Depósito de Prisioneiros para os Campos de Internamento	106
A Vida nos Campos de Internamento.....	108
O Dia-a-dia e o Trabalho.....	110
As Encomendas - <i>Colis</i>	111
Os Últimos Dias de Cativos.....	113
Campos de Internamento de Prisioneiros.....	115
Repatriamento dos Prisioneiros	118
Conclusão	123

Bibliografia.....	127
--------------------------	------------

Sumário de Quadros

Quadro 1 - Efectivos do Exército Português durante a Grande Guerra	27
Quadro 2 - Recusas Colectivas de Embarque para França	37
Quadro 3 – Zonas de Transporte Ferroviário	39
Quadro 4 - Combates de 1917	46
Quadro 5 - Combates de 1918	50
Quadro 6 - Insubordinações 1916 e 1917	67
Quadro 7 - Insubordinações 1918, de Março a Julho	73
Quadro 8 - Insubordinações 1918, de Setembro a Outubro.....	78

IN FLANDERS FIELDS

Remembrance Day Poems by John McCrae

In Flanders fields the poppies blow
Between the crosses, row on row,
That mark our place: and in the sky
The larks, still bravely singing, fly
Scarce heard amid the guns below.

We are the Dead. Short days ago
We lived, felt dawn, saw sunset glow,
Loved, and were loved, and now we lie
In Flanders fields.

Take up our quarrel with the foe:
To you from failing hands we throw
The torch; be yours to hold it high.
If ye break faith with us who die
WE SHALL NOT SLEEP,
THOUGH POPPIES GROW
IN FLANDERS FIELDS.

Introdução

Durante o trabalho de investigação foram estudadas as memórias de guerra publicadas por militares portugueses durante e após a Grande Guerra e consultados diversos arquivos históricos. Encontrámos referências às relações interpessoais, aos longos períodos de espera passados nas trincheiras, ao frio do Inverno de 1917, à estranheza da alimentação, à falta de conforto e de higiene, aos bombardeamentos, aos trabalhos de reparação e manutenção, à fadiga, doença, cativo e morte.

Assim em resultado das leituras efetuadas ao longo da investigação emergiram duas grandes questões: quais as condições físicas e psicológicas que os militares portugueses tiveram de resistir? E por que é que o Corpo Expedicionário Português se desagregou?

Para compreender estes homens foi preciso colocá-los no seu contexto histórico, entender a mentalidade da época, o rumo que as sociedades europeias seguiam a um nível social e económico, assim como entender os extremismos nacionalistas que afloravam e por último também perceber como nós vemos esses mesmos acontecimentos à luz da cultura sociedade atual.

O período de 1914 a 1918 foi marcado por um ressurgimento de nacionalismos e de grandes jogos de poderes entre os Estados europeus¹, onde a fagulha acesa com o atentado em Sarajevo libertou os ódios coletivos existentes entre alemães-eslavos, franceses-alemães e russos-alemães, que os insípidos movimentos pacifistas não conseguiram conter.

As elites intelectuais e financeiras ao longo da Europa acompanharam as campanhas de propaganda nacionalista e militarista efetuada pelas respetivas imprensas, onde se fomentava a radicalização de posições que só poderia levar ao deflagrar de um conflito armado. Neste contexto é fundamental lembrar que no início do século XX as elites militares eram um vetor importante na evolução intelectual das sociedades civis e foi desta consciência que partiu a liderança de muitas dessas intervenções.

Fora destas elites os movimentos das classes operárias na Europa central começavam-se a organizar e o desenvolvimento do sindicalismo e das correntes anarquistas, às quais começavam a aderir as juventudes burguesas, tomavam importância social. Foi neste contexto que se iniciou a idealização de uma *nova*

¹ Leal, 2011, p.6

sociedade, de um *novo homem* e que os movimentos intelectuais acreditaram que a guerra iria por fim à estagnação da sociedade coeva. Mesmo durante a Grande Guerra mantiveram o pensamento que a concentração dos milhões de homens que ficaram confinados nas trincheiras provocaria a quebra das barreiras intersociais existentes entre operários, camponeses e burgueses ao encontrarem-se lado a lado num igual nível de sofrimento e de luta pela sobrevivência. Refira-se que nas frentes internas as populações civis sem capacidade para suprir as necessidades básicas também lutava igualmente para sobreviver.

A ideia da guerra como a solução para os males da sociedade era partilhada entre as elites intelectuais europeias que se influenciavam entre si e que comungavam da ideia de modernidade ligada à força mecânica e à virilidade, tanto a nível literário como estético, veiculando diretamente para os círculos sociais que detinham o poder político o reforço da ideia da guerra como uma extensão da ação diplomática.

O pensamento europeu do início do século XX encontrava-se profundamente influenciado pela corrente de pensamento futurista liderada pelo italiano de Filippo-Tommaso Marinetti. Na Itália existiu abertamente a exaltação da virilidade através da agressividade e da guerra, fundamentando-a como forma de luta contra o imobilismo intelectual e social, tendo parte da opinião pública estado ao lado de quem reclamava a entrada da Itália na Grande Guerra². Em França existiam iguais movimentos de raiz intelectual futurista que partilhavam a ideia de acelerar a evolução social através da guerra. Também aqui existia a convicção que seria possível fazer renascer a consciência individual dos cidadãos e fortificá-la no campo de batalha. Até na Rússia, que ainda mantinha uma sociedade estruturalmente feudal, houve a influência de correntes intelectuais modernistas da Europa central nos seus principais centros urbanos. Se bem que o temperamento e a dispersão geográfica das elites intelectuais russas tenha determinado uma atitude não uniforme e inicialmente passiva em relação à guerra, essa atitude evoluiu ao longo da guerra para uma atitude revolucionária violenta contra a burguesia e contra o Estado.

Os círculos intelectuais alemães também foram influenciados pelas ideias modernistas europeias, mas refletindo o seu carácter germânico numa modernidade construída através da ligação à natureza e à génese da Nação. Contudo também

² Rémond, 1994, p.289

consideravam que a guerra seria uma forma de acelerar a evolução da sociedade e de criar disciplina.

Todas estas influências culturais chegaram a Portugal atingindo os círculos intelectuais e políticos nacionais, que em muitos casos eram partilhados pelas mesmas pessoas. Centrados principalmente em Lisboa, sobressaem nomes como António Ferro, Fernando Pessoa, José de Almada-Negreiros, Mário de Sá-Carneiro, Santa-Rita, Eduardo-Viana e Amadeo de Sousa-Cardoso³.

Neste sentido podemos apresentar a propaganda intervencionista de António Ferro, no poema Passo de Marcha publicado na Ilustração Portuguesa:

«...Portugueses, ide à guerra:

Peito firme, olhar leal...

Deixem lá as suas vidas,

Tragam vida a Portugal!

*

Sangue de heróis tinge a relva

Onde há ramos de oliveira...

Sangue e relva... Portugueses,

Já lá está a nossa bandeira⁴!»

Também, em 4 de Abril de 1917, quando Lisboa via partir o grosso das suas tropas para França, Almada-Negreiros manifestou a sua posição intervencionista na conferência apresentada no Teatro República, ou em Dezembro desse mesmo ano na revista *Portugal Futurista* com um texto intitulado, *Ultimatum às Gerações Portuguesas do século XX*⁵, em reação à subida ao poder do Presidente Sidónio Pais e em reforço da necessidade de continuar a intervenção militar portuguesa na Europa. Almada-Negreiros exprimia assim o nacionalismo e afirmava a vontade de *criar a Pátria portuguesa do século XX*, e como os seus congéneres italianos afirmava que a guerra era purificadora ao declarar:

³ Neves, 1987, pp.25-8

⁴ Ilustração Portuguesa, n.º463, p.8, 4/01/1915

⁵ Leal, 2011, p.10

«...ide buscar na guerra da Europa toda a força da nossa nova Pátria. No Front está concentrada toda a Europa, portanto a Civilização atual". Para o movimento futurista português "a guerra é o ultra-realismo positivo⁶.»

Assim, se por um lado parte a elite intelectual portuguesa acreditava no intervencionismo como a única forma de criar uma *nova sociedade*, por outro a elite política no poder considerava o intervencionismo como uma necessidade para ultrapassar às dificuldades políticas, económicas e às divergências com a Igreja, ou seja, uma forma de sobrevivência⁷.

«O PRP sentia, [...], o risco da sua situação e procurou sempre uma maneira de se nacionalizar, ou seja, de surgir à nação como mais do que a esqualida tirania da plebe urbana. A guerra talvez pudesse servir esse propósito⁸.»

Ainda no campo das ideias os governos intervencionistas⁹ não conseguiram efetuar uma campanha suficientemente mobilizadora que unisse a Nação em volta do seu objetivo, a entrada de Portugal no teatro de guerra europeu. Uma das dificuldades de comunicação adveio da constante justificação da intervenção militar na Europa com o objetivo de salvaguardar as colónias, outra por não apresentar justificações diretas e compreensíveis para o sacrifício humano solicitado, ou seja, para morrer ou ficar estropeado nos campos de batalha em França e, ainda, pela inexistência de uma estratégia de partilha de sacrifícios, onde servir no exército fosse compensado por impostos especiais sobre quem lucrasse com a guerra e por uma imposição de acesso igual para todos os cidadãos aos recursos e bens essenciais do país através do racionamento dos mesmos¹⁰.

Outra dificuldade para conseguir a mobilização moral dos civis e dos militares, para que fossem enviadas tropas para o teatro de guerra europeu deveu-se à dependência que os governos intervencionistas tinham dos meios de comunicação escrita, da

⁶ Neves, 1987, pp.43-6

⁷ Opinião originalmente defendida por Vasco Polido Valente.

⁸ Valente, 2010, p.76

⁹ O Partido Democrático defendeu durante conflito a intervenção de tropas portuguesas no teatro de guerra europeu, daí a designação de intervencionista.

¹⁰ Meneses, 2000, p.81

estrutura de comunicação da Igreja e dos movimentos sindicais para transmitirem a sua mensagem. O nível de analfabetismo generalizado e a oposição da Igreja aos governos republicanos dificultavam que as mensagens chegassem ao interior do país. Se por um lado a imprensa escrita nacional e regional se encontrava dividida sobre a questão da intervenção, os governos intervencionistas também não foram capazes de ultrapassar estes obstáculos com a utilização da rede escolar pública, escolas primárias e secundárias, que era o veículo mais direto para fazer chegar a sua mensagem às famílias, como tinha sido feito em França¹¹, já que a política republicana tinha apostado na instrução como forma de desenvolvimento e também de transmissão das ideias republicanas.

Neste contexto é importante referir que a classe de professores não era ideologicamente homogénea, mas era maioritariamente republicana¹², e dado que existiam mais de seis mil escolas primárias, esta estrutura apresentava os meios logísticos necessários para difundir a propaganda patriótica. A utilização das escolas de Instrução Militar Preparatória também não apresentou qualquer sucesso na difusão da propaganda intervencionista, face à fraca implementação que tinha no terreno e porque estavam principalmente vocacionadas para a preparação tática das praças para o exército¹³.

Assim, os entraves logísticos encontrados e o fraco empenho dos intervencionistas na divulgação de uma efetiva propaganda patriótica, durante o período de 1916-1918, implicou uma incapacidade de mobilizar a Nação e dar um sentido patriótico ao Corpo Expedicionário Português¹⁴.

No entanto nem tudo foi errado e houve por parte do governo em 1916, através do seu Ministro da Guerra Norton de Matos, ações de propaganda junto dos militares, onde foram proclamadas as razões da intervenção na Europa e ações de propaganda junto da população civil através de comícios encenados junto a monumentos nacionais de modo a fazer uma ligação emocional com passado histórico da Nação.

¹¹ Meneses, 2000, p.83

¹² Rosas, 2010, pp. 170-85.

¹³ Meneses, 2000, p.84

¹⁴ Meneses, 2000, p.82

O primeiro comício de *Propaganda Patriótica* aconteceu em Évora (Abril), seguido de um outro na Batalha¹⁵ (Agosto) e outro em Coimbra (Outubro), todos em 1916. Chegaram a estar programados para 1917 mais comícios de propaganda patriótica, António José de Almeida ainda planeou ir à Figueira da Foz, Beja e Faro, mas os comícios foram sendo sucessivamente adiados até que com a queda do governo de António José de Almeida, em Abril de 1917, foram cancelados definitivamente¹⁶. Neste périplo de propaganda patriótica era esperado que Afonso Costa viesse a efetuar comícios no Porto, Viseu, Lamego, Guarda, Castelo Branco, Tomar e Covilhã, e que Norton de Matos fizesse mais dois comícios, um no Minho e outro em Trás-os-Montes.

O Governo tentou controlar diretamente a propaganda com a edição da revista *Portugal na Guerra* mas a polémica gerada à volta da sua edição a partir de França acabou por a interromper. Posteriormente efetuou outra tentativa para criar uma publicação de propaganda em favor do Corpo Expedicionário Português, com uma composição editorial formada por jornalistas e artistas intervencionistas, mas o golpe de 5 de Dezembro de 1917 pôs também fim a essa iniciativa.

A Proclamação ao Exército¹⁷, em 25 de Março de 1916, passou a identificar a conflitualidade da Alemanha contra Portugal com o início nos ataques alemães em África e no teatro europeu com o desrespeito da Alemanha pelos pequenos países, como a Sérvia, a Bélgica e Portugal. Mesmo este texto, que foi a base da justificação da propaganda patriótica, não conseguiu demonstrar aos cidadãos a necessidade da intervenção no teatro europeu, em muito por ter sido seguido o modelo francês da ideia de defesa da “Liberdade”, da “Civilização” e da “Justiça” e ainda os direitos das pequenas nações, mas a realidade portuguesa era diferente, uma vez que não exista uma invasão do território continental pelo exército alemão, o que em muito fragilizou a aderência da mensagem de propaganda patriótica à realidade nacional¹⁸.

No entanto, houve duas organizações da sociedade civil cuja ação se tornou notória pelo apoio aos intervencionistas, a Cruzada das Mulheres Portuguesas e a Junta

¹⁵ Ilustração Portuguesa, n.º550, p.198-9, 4/09/1916

¹⁶ Cortesão, 1919, p.20. Referiu nas suas memórias que até Março de 1916 não tinha visto, ainda, o governo tratar de fazer propaganda dos nossos deveres militares, preocupação que levou que o governo viesse a planear um calendário de comícios para explicar ao exército a necessidade da intervenção em França.

¹⁷ AHM, Lisboa, 1ª Div., 35ª Sessão, CX 1298

¹⁸ Meneses, 2000, p.85. A razão oficial para a participação de Portugal na guerra foi publicada no Diário do Governo de 17 de Janeiro de 1917

Patriótica do Norte. A nível de personalidades individuais há dois nomes que marcaram essa propaganda patriótica intervencionista: Ana de Castro Osório e Jaime Cortesão.

Ana de Castro Osório foi um dos elementos mais ativos da sociedade civil para a propaganda a favor da intervenção no teatro de guerra europeu e representou a liderança da intervenção das mulheres na sociedade portuguesa no início do século XX. Com uma visão esclarecida sobre o movimento feminino fez vários alertas ao Governo da União Sagrada para o perigo que incorriam em não combater a contrapropaganda monárquica e católica. Estas intervenções vieram a afetar o trabalho desenvolvido pela Cruzada das Mulheres Portuguesas após 5 de Dezembro de 1917 com a presidência de Sidónio Pais. Refira-se que uma das principais críticas que fez aos Governos Democráticos e ao Governo da União Sagrada foi a de não terem preparado as mulheres para substituírem os homens que partiam para a guerra, como força de trabalho, à imagem do que os americanos tinham feito, insistindo na capacidade de trabalho das mulheres e consequentemente na possibilidade de desenvolver a produção industrial e agrícola¹⁹.

Jaime Cortesão que foi deputado republicano e um dos grandes defensores do intervencionismo português na frente europeia colaborou na revista *Águia* e posteriormente desenvolveu ações pessoais de propaganda patriótica. Conhecedor da sociedade civil e crítico da forma lenta com que se construía a cultura republicana, desenvolveu um trabalho de base com a publicação da *Cartilha do Povo*, onde através de um diálogo entre três personagens: José Povinho, seu filho Manuel Soldado e João Portugal, tentou ensinar a ideia de Pátria, divulgar os valores históricos e de remarcar a necessidade de defender a Pátria dos invasores estrangeiros²⁰.

As ações de propaganda institucional, por muito que tenham sido ajudadas por importantes ações individuais, foram insuficientes e inadaptadas ao se basearem em discursos formais e literários que não conseguiram convencer os corações de uma população 75% analfabeta e chegar aos meios rurais de onde partiu o grosso dos homens que foram para França²¹. Quando Portugal conseguiu reunir as condições logísticas para enviar as tropas para França já não existia qualquer ilusão sobre o que era a guerra na Europa, há muito que esta se tinha tornado numa guerra estática e mortífera.

¹⁹ Meneses, 2000, p.91

²⁰ Meneses, 2000, p.95

²¹ Marques, 2008, p.345

Para compreender a evolução da investigação é importante entender que houve ao longo dos tempos uma evolução na abordagem histórica do tema, tanto a nível mundial, como a nível nacional. Os anos que nos afastam do conflito permitiram edificar múltiplas construções históricas e interpretativas da Grande Guerra que se refletem em milhares de páginas escritas por todo o Mundo²². Muitas dessas páginas descrevem acontecimentos na primeira pessoa, os quais efetivamente transmitem elementos que contribuem para a construção da História e outros descrevem testemunhos observados sobre acontecimentos e factos que efetivamente constroem a História.

No período entre 1914 e 1964, desde o início do conflito até à comemoração do 50º aniversário, os escritos sobre a Grande Guerra foram efetuados essencialmente por pessoas que simultaneamente foram participantes em ações localizadas na guerra e historiadores como relatores de visões mais estratégicas e globais do conflito, divulgando informação produzida por outros, principalmente no que se refere à produção de monografias sobre campanhas militares e sobre a atividade diplomática. Nestes conjuntos agrupam-se os militares que publicaram as descrições das batalhas em que estiveram envolvidos, defendendo na sua narrativa as escolhas estratégicas e a sua reputação.

Foi um primeiro período historiográfico, onde existia ainda um compromisso afetivo, ou político, entre os intervenientes e os acontecimentos narrados, e a preocupação dos memorialistas em se expressarem de forma a glorificar a Nação, como por exemplo *Portugal na Grande Guerra* do General Ferreira Martins e *A Batalha do Lys* do General Gomes da Costa.

Esta fase em que os historiadores foram também testemunhas não terminou no Armistício, mas continuou através da produção literária dos políticos e dos diplomatas que seguirem o mesmo caminho historiográfico dos generais. Se os generais descreveram a guerra, os políticos e os diplomatas dedicaram-se a descrever e a argumentar sobre a culpa da guerra. A brutalidade da Grande Guerra criou a absoluta necessidade de a justificar e de determinar a quem atribuir a culpa²³.

²² Winter, 2005, p.1

²³ Winter, 2005, p.7

Neste objetivo cada país seguiu o seu rumo, tendo a França e a Grã-Bretanha desenvolvido um estudo aprofundado sobre o conflito e a Alemanha, dado a sua situação política revolucionária e posteriormente nacional-socialista, efetuado uma produção literária menor em quantidade e qualidade, mais política onde debatia as razões da derrota centrada na ideia de ter sido punhalada nas costas pelos seus políticos. Da mesma forma que as restantes nações, na Alemanha a questão da culpa da guerra também foi debatida.

Em Portugal, e se for tomado em consideração a demografia nacional e o nível de analfabetismo da época, podemos dizer que existiu uma enorme produção memorialista e historiográfica nesta primeira fase, como se pode evidenciar do catálogo das publicações relativas à Grande Guerra existente na Biblioteca da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, em Lisboa, que referencia 1700 exemplares dedicados ao tema, entre monografias e diários catalogados²⁴ até 1958.

Esta linha de apresentação formal da história do conflito, onde sistematicamente não eram abordadas as vivências dos soldados manteve-se até depois da 2ª Guerra Mundial, apesar de terem começado a aparecer, essencialmente em França, visões mais sociais da história. Mas o grande salto na abordagem historiográfica deu-se na década de 60, quando começou a descentralização da produção historiográfica para fora das universidades. Os velhos soldados começaram a rarear e o aumento de licenciados em história permitiu o aparecimento de mais grupos de estudo e de uma maior produção literária autónoma em relação aos meios académicos²⁵.

No início na década 60, e até aos finais dos anos 80, deu-se um período de enorme expansão na educação universitária na Europa e nos Estados Unidos da América, com um aumento simultâneo de público interessado em trabalhos específicos sobre história o que também implicou o aparecimento de revistas especializadas. A nível de trabalhos de investigação, dissertações e teses doutorais foram décadas em que houve um aumento destes trabalhos, tendo-se verificado como no período anterior uma concentração de produção em França e na Grã-Bretanha.

²⁴ A nível de catalogação da bibliografia portuguesa sobre a Grande Guerra, existem outros dois trabalhos anteriores, BEJA, Nuno (1922), *Esboço de uma Bibliografia Portuguesa da Grande Guerra*, com 164 títulos nacionais, e BRANDÃO, José (1926), *Notas Subsidiárias para uma Bibliografia Portuguesa da Grande Guerra*, com 286 títulos nacionais.

²⁵ Winter, 2005, p.15

Nesta segunda fase deixou de se publicar uma história descritiva dos acontecimentos, como tinha acontecido na fase anterior, em muito porque a história militar começou a ser escrita por historiadores não militares, como Ducasse²⁶.

Nesta nova abordagem as decisões militares estratégicas e diplomáticas passaram para um segundo plano. A guerra passou a ser parte de um conjunto de acontecimentos ligados a fenómenos da economia e da sociedade, transformando a narração histórica de uma história em torno das Nações para uma história com base nos Povos. A história da Grande Guerra libertou-se da história militar e diplomático, e ampliou o seu horizonte.

Num contexto social, os veteranos da Grande Guerra encontravam-se já com mais de 60 anos e com esta idade voltam a revistar as suas memórias de guerra, já sem a preocupação de autojustificar a sua atuação, mas para descreverem as suas experiências pessoais. Acrescentou-se ao fato de se comemorar o 50º aniversário da Grande Guerra o fato e de os meios de comunicação terem à sua disposição um novo veículo de difusão, a televisão²⁷.

Iniciou-se a abertura e divulgação de arquivos fotográficos e cinematográficos anteriormente reservados, mas principalmente apareceram as entrevistas feitas a soldados veteranos que contaram em direto na televisão a suas experiências nas trincheiras e no cativo. Com esta nova visão da Grande Guerra dada através da televisão, apareceu a face individual da guerra.

Na década de 70 em Portugal, surgiram novos trabalhos neste contexto, como os trabalhos de Oliveira Marques produzidos entre 1972 e 1981, mas a nível internacional destacou-se o trabalho de Marc Ferro, em 1969, que já apresenta uma visão global da guerra, interligando os acontecimentos de cada Nação beligerante com relatos ao nível da vivência dos soldados e dos civis.

A abertura dos arquivos secretos a partir de 1967 e 1968, também deram um novo alento à investigação histórica e inauguraram novas perspetivas sobre a guerra, revelando motivações, causas de motins e ações pacifistas de certos sectores da

²⁶ A obra de Ducasse, Meyer e Perreux, 1959, a *Vie et mort des français 1924-1918*, coordenada por Maurice Genevoix, secretário perpétuo da Academia Francesa, integra a vida quotidiana dos soldados e os civis na história da Grande Guerra.

²⁷ Winter, 2005, p.20

sociedade. Nos finais da década de 80, com Becker²⁸, deu-se na França um novo passo na historiografia sobre a Grande Guerra com a introdução da análise histórica dentro de uma perspetiva cultural e social da mesma²⁹.

Nos finais da década de 80, início da década de 90 presenciou-se uma nova evolução na historiográfica da Grande Guerra, em consequência de duas conferências internacionais basilares, a Conferência de Nanterre, em 1988, sobre *As Sociedades Europeias e a Grande Guerra* e a Conferência de Péronne, em 1992, sobre *A Guerra e a Cultura*.

De forma contínua manteve-se a abordagem dos temas que analisavam a vertente diplomática e militar, conjugando as visões dos políticos, dos generais, dos soldados e dos civis, aparecendo então o estudo das *consequências da guerra* e da *memória da guerra*. Foi o aparecimento da análise em termos de mentalidade e da caracterização psicológica.

Nesta nova aproximação à história, através da análise multidisciplinar do conflito com referências inseparáveis à memória e à identidade, incluiu-se o comportamento psicológico dos soldados em combate e nos motins³⁰, acrescentou-se as consequências da evolução tecnológica e repercussões da mesma na identidade dos povos.

Assim, com o mesmo objetivo de manter a memória viva, analisamos inúmeras memórias publicadas e o grau de envolvimento dos autores com os relatos, de modo a compreender a proximidade dos mesmos com as memórias descritas e o seu envolvimento emocional.

É neste âmbito historiográfico que a nossa investigação se enquadra, analisando a intervenção dos portugueses no teatro europeu durante a Grande Guerra, recorrendo ao estudo da *memória de guerra* em termos de mentalidade, de opinião e da repercussão psicológica durante duas fases distintas vividas no teatro de guerra em França. Numa primeira fase em que colheram uma experiência de combate e numa segunda fase, para aqueles que foram capturados, colheram uma experiência de cativo.

²⁸ Jean-Jaques Becker, historiador francês, no seu trabalho *Les Français dans la Grande Guerre*, de 1980, contribui para o desenvolvimento de novas abordagens da história.

²⁹ Winter, 2005, p.25

³⁰ Winter, 2005, pp.25-31

No final da investigação ficámos com a convicção que o campo de estudo sobre a Grande Guerra, tanto ao nível militar, como político, económico e social, e em especial no que se refere à participação portuguesa neste conflito não se encontra esgotado, existindo um vasto horizonte por investigar e para aprofundar o conhecimento.

Capítulo I – A Frente Interna

Para além da frente europeia e da frente africana, na retaguarda do conflito militar existiu uma frente esquecida onde se travaram lutas internas entre intervencionistas e não intervencionistas¹ e onde a população civil também sofreu diretamente com o desgaste moral e a fome provocada pelos bloqueios navais e pela guerra submarina ao comércio marítimo.

Para além destes problemas os governos intervencionistas também tiveram que manter a população afastada das imagens da guerra e longe da propaganda inimiga, por forma a evitar o aparecimento de movimentos de contestação ou fortalecer os opositoristas. Se por um lado a propaganda intervencionista conseguiu motivar parte dos cidadãos em torno do objetivo do Partido Democrático, colocava-se por outro lado um problema em relação às notícias que chegavam do *Front*.

Para combater a desmoralização houve que controlar a reprodução das imagens disponibilizadas em postais e revistas. Grandes partes dessas imagens autorizadas estavam ligadas à temática de cariz patriótico e de intervenção do Corpo Expedicionário Português em França, se bem que tenham sido disponibilizadas outras com temáticas de carácter eminentemente emocional ou religioso. Quanto às imagens de guerra, essas eram retiradas de publicações da Entente e conseqüentemente já se encontravam filtradas previamente através das censuras estrangeiras.

A censura militar e a autocensura moral dos editores da época, fizeram atenuar a comunicação do horror que existia nos campos de batalha. As imagens de guerra que chegavam ao grande público raramente apresentavam mortos ou feridos e quando tal acontecia apresentavam-nos em momentos de calma e serenidade. Os feridos apareciam com ferimentos ligeiros ou com ligaduras limpas, bem colocadas e sem qualquer sinal de sangue, muitas vezes acompanhados por enfermeiras gentis ou camaradas de armas alegres. Estas imagens transferiam sempre uma ideia de esperança e compaixão, e no limite quando era inevitável mostrar a morte mostravam-na de forma heroica². O controlo das imagens de guerra que circulavam entre o *Front* e Portugal, e que chegavam por correio às famílias

¹ Refira-se que o conceito de intervencionismo estava ligado à intervenção no teatro de guerra europeu. Não existem evidências de uma forte contestação quanto à intervenção militar no teatro de guerra africano.

² Mosse, 2009, p.149

dos soldados, eram controladas pela censura militar em França através dos serviços postais militares.

Muito deste trabalho de censura enquadrava-se dentro da preocupação de esconder e de banalizar o horror da guerra, e de colocar este fenómeno de terror a um nível aceitável. Também neste sentido foram colocados à disposição da população artefactos de uso comum em forma de instrumentos de guerra. Assim em mercados tradicionais apareceram objetos como pisa-papéis em forma de obus, harmónicas em forma de submarino, pinturas heroicas e outras formas de fazer chegar *souvenirs* junto da população civil, sempre com uma intenção que ultrapassar a simples visão mercantil e apresentar a guerra de forma dissimulada, atenuada e sem a glorificar. Em França chegaram a aparecer jogos de sociedade que acompanhavam as temáticas bélicas, através da integração do tema em jogos de tabuleiro. Para fazer chegar a cultura de guerra às crianças também foram produzidos jogos militares, brinquedos tipo arma e soldados de chumbo, essencialmente com o papel de iniciar uma educação militar e de encorajar a preparação psicológica dos jovens para a guerra³.

Outro meio de mistificar a ideia de guerra foi a utilização de propaganda belicista dissimulada em espetáculos públicos de teatro onde apareciam canções e circulavam panfletos, folhetos e cartazes com mensagens intervencionistas. Neste contexto também contribuiu para a banalização da violência a ação dos humoristas que influenciavam o nível de angústia através da ridicularização de situações de guerra. Os alemães chegaram a utilizar esta técnica como forma de comunicação de instruções básicas de guerra, como lançar uma granada ou se defenderem de um ataque de gás. Também Paris, em 1917, houve uma exposição denominada *A Guerra e os Humoristas* e em Portugal foi publicada uma banda desenhada de Stuart Carvalhais, em fascículos no *Século Cómico* da Ilustração Portuguesa⁴.

Quando em Portugal a censura militar iniciou a sua ação, em 1916, a imprensa apresentava um número significativo de publicações periódicas, entre diários e semanários, onde se praticava a liberdade editorial sobre qualquer assunto, situação que se tornou

³ Mosse, 2009, p.145

⁴ Stuart Carvalhais editou em fascículos no *Século Cómico*, desde 1915 até ao final da Grande Guerra, um banda desenhada baseada nas aventuras do Quim e do Manecas com o intuito de satirizar o poder e a burguesia, contrapondo tipos populares e miseráveis. Com estas personagens engendrou ações imprevisíveis que ao longo do tempo foram se apurando na crítica social e política.

perigosa com a intervenção militar em África e impossível de se manter com a entrada no teatro de guerra europeu, a 9 de Março de 1916.

A censura militar desde 30 de Novembro de 1914, Decreto n.º 1117, começou a colocar algumas proibições à publicação de notícias sobre o Exército e a Marinha que não tivessem proveniência oficial, com a expressiva intenção de salvaguardar o secretismo das missões militares em África. Com o mesmo fundamento de salvaguardar as tropas e controlar a opinião pública durante o desenvolvimento da guerra na Europa houve um desenvolvimento da ação imposta pela censura militar⁵, que durou desde Março de 1916 a Fevereiro de 1919, data em que se dá finalmente o regresso do grosso das tropas que se encontravam em França.

Foi a intervenção no teatro europeu que justificou a alteração da liberdade de imprensa, em 12 de Março de 1916, com a publicação do Decreto n.º 2270, onde foi exarado como justificação o motivo de guerra, de defesa nacional, da defesa da ordem pública contra injustificáveis alarmes e de evitar o propalar de notícias falsas ou inconvenientes à segurança do Estado.

Este Decreto n.º 2270 veio autorizar o impedimento de circulação de publicações sem, no entanto, ter sido estruturada uma censura formal. Começou como um procedimento de apreensão das edições, delegado inicialmente nas competências do Governador Civil dos Distritos onde as mesmas eram editadas, o que teve implicações económicas imediatas.

Face às apreensões feitas nos primeiros dias em que o Decreto n.º 2270 começou a ser aplicado e nos consequentes custos derivados dessas mesmas apreensões, levou a que os responsáveis pelos periódicos se reunissem com o Ministro do Interior, logo a 20 de Março de 1916, para negociar a aplicação da censura militar num sistema de censura prévia e não *a posteriori*, visando desta forma mitigar os prejuízos. Este serviço foi operacionalizado recorrendo a uma comissão de censura, recrutada preferencialmente entre militares. Na prática, com a implementação da censura prévia os periódicos deixaram de ser apreendidos, mas passaram a apresentar espaços em branco nas suas páginas, que representavam os locais de onde os textos tinham sido retirados.

Os poderes para exercer a fiscalização/censura prévia sobre toda a informação relacionada com guerra e segurança nacional foram regulamentados no Decreto n.º 2308,

⁵ Marques, 1986, p.350

de 31 de Março de 1916. Mais tarde, em Julho de 1916, esta ação de censura prévia foi estendida às colónias através do Decreto n.º 2538, de 31 de Julho de 1916, porque as operações em África assim o exigiam.

A censura prévia com objetivos militares, em 1916, combatia a contrapropaganda de origem interna proveniente dos republicanos unionistas, monárquicos e anarco-sindicalistas, e de origem externa pró-germânica que através de artigos de opinião na imprensa periódica⁶ e panfletos distribuídos nas ruas e Quartéis, com o objetivo de desmoralizar a Nação e criar condições que impedissem o envio de tropas para França⁷.

A censura prévia prevaleceu após o Armistício de Compiègne, assinado a 11 de Novembro de 1918, mas foi levantada antes de terminar o estado de guerra, como indica o Artigo 1.º, do Decreto n.º 2308, uma vez que o Tratado de Paz de Versalhes só foi assinado em 28 de Junho de 1919, terminando formalmente a beligerância entre Portugal e a Alemanha.

A manutenção da censura prévia após o Armistício terá sido também motivada pela situação de instabilidade política e social que a República continuava a viver e que veio a culminar com os confrontos entre republicanos e monárquicos, naquilo que ficou conhecida como *A Monarquia do Norte*⁸, de 19 de Janeiro a 13 de Fevereiro de 1919.

Em Agosto 1917, foi publicado outro decreto que reorganizou a composição das comissões de censura, o Decreto n.º 3283, de 8 de Agosto de 1917, que introduziu a responsabilização individual dos censores pelos cortes efetuados.

Em Setembro de 1917, houve mais legislação, desta vez com a intenção de restringir a censura prévia a matérias estritamente ligadas ao esforço de guerra⁹ e que por inerência pudessem ser prejudiciais à defesa nacional, tanto militar como económica, e às apreciações sobre o desenvolvimento da guerra e à propaganda antiguerra.

Em Novembro de 1917, os serviços de censura prévia passaram a estar dependentes do Ministério da Guerra, com o Decreto n.º 3534 de 10 de Novembro de 1917, e também passou a ser proibido e reprimido com exemplar severidade qualquer propaganda a favor

⁶ Cortesão, 1919, p.19. “*A propaganda germanófila continua a fazer-se descaradamente. Antes da declaração de guerra [9 de Março de 1916] vendiam-se em Portugal 30.000 exemplares por mês do A.B.C., revista germanófila da Espanha*”.

⁷ Marques, 2008, p.34

⁸ Franco, 1993, pp. 41-62

⁹ Este Decreto evidencia que estariam a acontecer abusos, ou interpretações muito latas, sobre os temas a censurar.

do inimigo, através do Decreto n.º 3544, de 13 de Novembro de 1917, o que demonstra que existia efetivamente uma contrapropaganda cativa.

Em Junho de 1918, voltou a ser publicada mais legislação sobre o funcionamento da censura prévia, com o Decreto n.º 4436 de 17 de Junho de 1918, onde foi feito um esclarecimento sobre as situações em que a censura militar deveria atuar e ao nível da responsabilidade individual dos censores e, ainda, acrescentava a pena de demissão para aqueles que não cumprissem ou fossem negligentes.

Como resultado do trabalho realizado pela censura prévia e militar, o Ministério da Guerra através da sua Repartição de Informação conseguiu controlar a circulação de informação, o que se refletiu na prática numa glorificação da intervenção militar portuguesa pela imprensa.

Comparativamente com a atuação de outras censuras militares estrangeiras que apareceram durante a Grande Guerra, a censura militar portuguesa encontrava-se enquadrada nos modelos seguidos pelas nações aliadas, tanto quanto ao cuidado na apresentação de imagens de guerra, como na orientação dada na divulgação de acontecimentos.

Na Ilustração Portuguesa de Março de 1916, foi publicado o seguinte artigo, que mostra que na época existia a consciência da necessidade de impor uma censura durante o período de guerra, sobre os meios de comunicação social e também ao nível individual.

«Serenidade. O estado de guerra com a Alemanha e com a Áustria é um Facto. Se antes de verificação desse facto todos os portugueses podiam discutir livremente a conveniência ou inconveniência da nossa participação na guerra, agora, declarada a beligerância, a liberdade de discussão cessou. Estamos perante factos consumados. Ontem, a opinião era um direito. Hoje, o silêncio é um dever. Praticavam mal aqueles que, antes de declarado o estado de guerra, pretendiam coarctar a livre opinião alheia; não praticam bem aqueles que, esclarecida finalmente a nossa situação exterior, perturbam, com discussões inúteis, a fecunda serenidade da Nação que se arma. Passou a hora confusa das palavras. Chegou o momento decisivo da ação. O país espera tranquilo, com

a serena consciência das responsabilidades que se aceitam, com a calma dignidade do dever que se cumpre¹⁰.»

Noutra edição da Ilustração Portuguesa, em Abril de 1916, foi publicado o seguinte artigo que revela a dificuldade que existia em controlar os meios de comunicação e a oposição política. Durante o período de guerra a censura militar, enquanto instrumento regulador e de defesa nacional, não foi compreendida pela sociedade, nem os sucessivos governos conseguiram aplica-la convenientemente.

«A censura. Portugal não será um país ingovernável; mas é um país difícil de governar. Há entre nós uma decidida tendência para considerar como um ato violento o exercício legítimo de toda a autoridade. O português, apesar do seu carácter contemplativo, subordina-se com dificuldade às leis. Há nele um espírito imanente de liberdade, que o torna dificilmente adaptável a todos os princípios de disciplina social, de disciplina moral, e até de disciplina intelectual. Em Portugal só são possíveis os governos tolerantes, as leis tolerantes, as autoridades tolerantes. Mesmo quando as leis são justificadas, é preciso executa-las moderadamente, e deixar ao português o direito pleno e livre de dizer mal delas. Por que tem merecido tão violentos ataques a censura prévia à imprensa? Porque a lei é má? Não¹¹.»

Em Junho de 1916, também na Ilustração Portuguesa, foi publicado outro artigo referindo-se à censura e incidindo na crítica feita ao método utilizado de deixar espaços em branco para assinalar a localização dos textos censurados, demonstrando a incompreensão do público que começava a questionar a necessidade e a qualidade dessa censura.

«O silêncio. Victor Hugo, julgo eu, dizia que não havia nada que mais aguçasse a curiosidade do que uma porta “derrière laquelle il se passe quelque chose”. Ao ver os espaços em branco nos jornais, tenho a nítida impressão da porta atrás da qual se passa, com efeito, alguma coisa. Não +há nada que mais favoreça a conjetura inverosímil e ousada do que um artigo truncado, interrompido bruscamente. – O que será? – Perguntamos todos nós; o papel branco fascina e o menos que podemos pensar é que se

¹⁰ Ilustração Portuguesa, n.º 527, de 27-03-1916

¹¹ Ilustração Portuguesa, n.º 530, de 17-04-1916

escreveram horrores que a decência não permite reproduzir. Afinal, na maior parte das vezes, trata-se de coisas que o público nem notava se por acaso as lesse. Mas será uma utilidade o silêncio absoluto sobre os factos que interessam à vida de um país? É duvidoso. O silêncio, em certas ocasiões, é infinitamente mais alarmante do que a verdade pura e simples¹².»

No teatro de guerra europeu a censura militar foi facilmente aplicada, já que as comunicações de, e para, os combatentes eram efetuadas através do Serviço Postal de Campanha, SPC¹³, que incluía um serviço de censura próprio e adequado às circunstâncias, não permitindo que circulassem informações da retaguarda para o *Front* que desmoralizassem as tropas e que inversamente transmitissem informação crítica que pudesse vir a ser conhecida pelo inimigo.

Este serviço só foi implementado em 1916 com a preparação de tropas para o Corpo Expedicionário Português para França, apesar de se estar em guerra com a Alemanha na frente africana desde 1914 e o Decreto governamental que regulava a constituição do mesmo datar de 1912¹⁴. A censura aplicada às comunicações militares foi eficaz no controlo da informação que circulava no *Front*, apesar de terem existido muitas tentativas de incumprimento por parte destes, que causaram inclusivamente algumas situações punidas disciplinarmente.

Mas na prática a aplicação da censura nem sempre protegeu os soldados que se encontravam no *Front*, por vezes tinha um lado negativo sobre o moral das tropas que se encontravam nas trincheiras, porque ao lerem os artigos publicados pelos correspondentes de guerra sobre fatos que tinham assistido ou participado, criava nestes um sentimento de frustração. Não se podia acreditar em tudo o que se lia.

A forma como as notícias eram publicadas acabava por influenciar os próprios objetivos militares, especificamente na execução de *Raids* às trincheiras inimigas, fazendo com que deixasse de ser importante o sucesso obtido na destruição de abrigos e soldados inimigos e que apenas importasse o número de prisioneiros capturados.

¹² Ilustração Portuguesa, n.º 537, de 05-06-1916

¹³ Freitas, 1935, “*As minhas recordações da Grande Guerra*”, nestas memórias transmite-nos o funcionamento do Serviço Postal de Campanha.

¹⁴ Fraga, 2010, pp. 359-63

Como exemplo temos uma notícia publicada no Times, de 6 de Janeiro de 1917, com o seguinte teor: "*German Raiders near Loos, Heavy trench fighting*¹⁵".

A informação sobre a qual a notícia foi publicada tinha sido enviada do Quartel-general, em França, com o seguinte conteúdo:

«Early this morning a hostile raiding party succeeded in entering our trenches south of Loos. Heavy fighting ensured and the enemy was speedily driven out, leaving a number of dead in our trenches. Some of our men are missing.»

No entanto, dificilmente se conseguiria deduzir que os alemães estiveram a ocupar as trincheiras inglesas durante 40 minutos, que recolheram de dentro dos *dug-outs* na linha de apoio 51 prisioneiros e que à parte de uma metralhadora operada por um cabo e duas praças não houve mais qualquer resistência, e ainda que o comandante do batalhão foi substituído.

Na transformação desta mensagem que utilizamos a título de exemplo, percebe-se que a ação da censura militar ao manipulou a notícia tinha como objetivo influenciar a opinião pública e não informar a dos soldados no *Front*, porque em relação estes não só era conhecida a realidade, como se existia qualquer intenção de esconder esta informação do inimigo era perfeitamente inútil, uma vez que este tinha participado no acontecimento e conhecia toda a verdade.

Houve também em todas as frentes de combate propaganda dirigida ao inimigo, a chamada contrapropaganda, chegando a haver lançamentos de folhetos a partir de aviões, ou de projéteis, sempre com a intenção de o desmoralizar ou de o fazer desertar.

«Os aeroplanos inimigos lançavam sempre alguma coisa ao passarem sobre a povoação [La Grogue]: exemplares da Gazette des Ardennes em que se insultavam os Aliados, proclamações anunciando para muito breve coisas terríveis e noutras ocasiões, o que era bem pior, bombas e torpedos aéreos¹⁶.»

¹⁵ Moran, 1945, p.73

¹⁶ Dias, 1920, p.116

Foi neste contexto de contrapropaganda que apareceu pela primeira vez o salvo-conduto¹⁷, onde se garantia ao inimigo que se este se entregasse sem oferecer resistência, ou desertasse, seria tratado com dignidade e adequadamente. Nesta contrapropaganda apelava-se ao amor paternal e ao desejo pela paz, e utilizava-se um discurso coloquial e respeitoso ou ainda se fazia ressaltar a superioridade militar com a intenção de quebrar a força moral inimiga para combater. Outro propósito era a intenção de criar divisões entre os militares e os civis e de os virar contra os seus governos.

As mulheres também foram um tema preferencial da contrapropaganda, quando eram mostradas com filhos ao colo, sensíveis e emotivas, de forma intencional a influenciar o moral daqueles que se encontram a combater no *Front*. Também foram exploradas as comparações entre as vicissitudes sofridas pelas praças e sargentos em comparação com a vida confortável dos oficiais. Nestas comparações existia o propósito de criar condições para o aparecimento da luta de classes, situação que teve um grave impacto no Corpo Expedicionário Português.

Em resumo a propaganda e a censura foram duas faces da mesma moeda. Com elas todos os governos manipularam a informação e as atitudes das populações. Mais ou menos conseguida em alguns países, em Portugal não foi conseguido aproveitar extensivamente estes instrumentos para motivar e moralizar a sociedade em torno do objetivo intervencionista.

O território nacional transformou-se numa frente interna onde se desgastou o moral das tropas e se dividiu a sociedade, por não incutir transmitir um objetivo compreensível através da propaganda e por não se ter conseguido impedir convenientemente a ação da contrapropaganda inimiga.

¹⁷ Rodríguez, 1997, p.19

Capítulo II - A Experiência de Combate

Janeiro de 1917 marcou o início da presença portuguesa no teatro de guerra europeu, com a chegada das primeiras tropas do Corpo Expedicionário Português (CEP) sob o comando do General Tamagnini de Abreu. Este era composto inicialmente por uma Divisão de Infantaria, à qual foi posteriormente adicionada uma segunda Divisão e ainda um Corpo de Artilharia Pesada, totalizando um efetivo total acima dos 50.000 homens¹.

Para a História deste corpo de exército diversos autores, principalmente depois da década de 60, transmitiram uma ideia de falta de preparação militar do CEP ao associarem a passagem dos militares portugueses por campos de instrução ingleses, como o campo de instrução de Etaples², antes de avançarem para o *Front*. No entanto a passagem por Etaples não se enquadrava especificamente numa necessidade de colmatar eventuais falhas de instrução militar que não tivesse acontecido em Tancos, mas porque todas as unidades que chegavam a França e ficavam dentro da supervisão do comando britânico, fossem portugueses, ingleses, australianos, indianos ou outros, passavam sempre pelo campo de instrução de Etaples para tirocínio e integração na frente de combate.

No entanto há que reconhecer que a instrução militar em Tancos não apresentou grande valor militar para aquilo que iriam encontrar em França, uma vez que foi essencialmente um exercício de manobras conjuntas a grande escala, mas taticamente pouco adaptadas às condições que o CEP viria a encontrar na Flandres.

Se por um lado o *Milagre de Tancos* foi uma das maiores manobras militares conjuntas do Exército português em solo pátrio até hoje, foi também uma manobra de propaganda³ do Ministro da Guerra Norton de Matos, para demonstrar aos

¹ Martins, 1934a, p.214. O efetivo total transportado durante os dez meses de 1917 foi de 2.122 oficiais, 2.879 sargentos e 54.382 cabos e soldados.

² O campo de instrução de Etaples ficava a 24 km a Sul de Bolonha. Por este campo passaram todos os contingentes britânicos e aliados sob a sua coordenação. O treino, que durava em média duas semanas, tinha tal dureza que muitos preferiam ser enviados de imediato para a frente de combate e as próprias condições hospitalares aplicavam tratamentos mais punitivos que terapêuticos. Retirado da internet <http://www.prole.info/pamphlets/mutinieswwi.pdf>, em 26/07/2011, artigo de David Lamb.

³ Martins, 1934a, pp.104-7. A mensagem de propaganda associada ao «surpreendente êxito do *Milagre de Tancos*», onde se apresentou uma imagem de eficiência militar, foi transmitida oficialmente aos oficiais

representantes políticos e militares aliados que Portugal se encontrava pronto para intervir.

As tropas portuguesas quando começaram a chegar a França, nos finais de Janeiro de 1917, tiveram de se adaptar ao armamento inglês e às táticas de guerra utilizadas nas trincheiras da Flandres, muito diferente da guerra móvel que tinham até então treinado e que o Exército português conhecia e estava experimentado nos combates em África.

Em Julho de 1917 o CEP assumiu definitivamente a responsabilidade do seu sector e iniciou um longo período de combate de trincheiras, bombardeamentos, patrulhas e *Raids*, que associados à dureza das condições de vida e à permanência constante na zona de combate sem substituição para descanso efetivo, trouxe um problema de quebra de moral que em muito contribuíram para as situações de insubordinação que viveram a acontecer mais tarde.

Durante o período de Julho de 1917 a Abril de 1918, o CEP foi cumprindo a sua missão defendendo o sector que lhe foi destinado pelos britânicos, sem receber reforços de Portugal que permitissem no mínimo a substituição das tropas baixas.

Quando em 9 de Abril de 1918 se deu o ataque alemão⁴ sobre o sector português, dentro do plano geral da que foi a última ofensiva alemã sobre a frente ocidental, a *Operação Georgette*, os militares portugueses encontravam-se fisicamente exaustos, desmoralizados, com graves falhas de efetivos, tanto a nível de praças como de oficiais. Coincidência ou não, os efetivos da 2ª Divisão de Infantaria, com um ano consecutivo de permanência nas trincheiras, encontravam-se de malas feitas para seguirem para descanso na retaguarda naquele dia, de acordo com as ordens emanadas pelo Comando Supremo Britânico, para retirar da zona de combate.

das missões inglesa e francesa, e oficiais observadores espanhóis, no dia 22 de Julho de 1916, na grande parada de Montalvo.

⁴ Com o tratado de Brest-Litovsk, a 3 de Março de 1918, os revolucionários russos puseram fim à guerra com as Potências Centrais, a qual tinham causado perto de 4 milhões de mortos russos. É na sequência deste tratado que libertou várias Divisões alemãs que a Alemanha iniciou o movimento tático da ofensiva da Primavera de 1918, tendo o terceiro movimento tático sido dirigido diretamente sobre as forças portuguesas.

O Exército Português

Entre o início da República e o início da Grande Guerra 1914-18, Portugal Continental e Ilhas (Açores, Madeira e Cabo Verde) registavam uma população que rondava os seis milhões de habitantes. A população continental vivia essencialmente fora dos centros urbanos e mesmo assim os que viviam em cidades estavam concentrados nas cidades de Lisboa e Porto⁵. É por esta razão que o bastidor português da Grande Guerra, a frente interna, se centrou nestes dois polos urbanos, simultaneamente culturais e políticos e que na época se apresentavam como representantes da face civilizada e moderna da República. Os restantes centros urbanos, excluindo Coimbra, seguiam de forma reativa os acontecimentos de Lisboa e Porto, razão por que fazer a História dos acontecimentos políticos do período de 1914 a 1918 não é mais do que escrever a História de Lisboa e do Porto⁶.

A demografia nacional neste período foi estável⁷, em grande parte devido à emigração que se descontrolou desde a implantação da República e que assim prosseguiu durante a Grande Guerra, levando à saída de mais de 400.000 portugueses.

Outro fator que contribuiu para a estabilidade demográfica deveu-se a causas de saúde pública relacionadas com as epidemias de tifo, pneumónica entre 1917 e 1918 e à fome que assolou o país que em conjunto causaram mais de 100.000 mortos, sem contar com cerca de 10.000 mortos nos teatros de guerra na Europa e na África.

Sendo um povo demograficamente pequeno e com um território histórico muito vasto, não tinha tradições intervencionistas e apenas existia uma posição consensual para a utilização do Exército na África portuguesa. A posição intervencionista dos governos do Partido Democrático, apoiados por um Parlamento maioritariamente seu, teve de ultrapassar a oposição de muitos oficiais para conseguirem obrigar o Exército a tomar uma posição ativa no teatro de guerra na Europa.

⁵ Censo da População Portuguesa, 1920, da Direção Geral de Estatística, p. 9.

⁶ Marques, 1986, pp. 289-93. Oliveira Marques no Capítulo, *Os Problemas Básicos a Resolver*, da sua História de Portugal, faz um enquadramento demográfico de Portugal, diferenças entre o Norte e o Sul, entre o Interior e o Litoral.

⁷ No 5º recenseamento geral da população portuguesa, em 1911, a população apresentava 5.960.056 habitantes e no 6º recenseamento geral da população portuguesa, em 1920, a população apresentava 6.032.991 habitantes. Esta estagnação foi devida em parte à epidemia da gripe pneumónica em 1918 e à guerra. Retirado da internet http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_historia_pt, em 12/09/2012, Instituto Nacional de Estatística.

Quando a Grande Guerra teve início em 1914 os efetivos do Exército português apresentavam 30.700 homens no Continente, incluindo 12.000 em instrução, e 900 homens distribuídos pelas Ilhas⁸.

Em África a intervenção do exército deu-se logo no início do conflito, em 1914, e só veio a terminar em Novembro de 1918 após o Armistício. Levou à mobilização de 50.100 homens ao longo dos vários anos da guerra, tendo partido para Angola 18.400 homens para Angola e para Moçambique 31.700 homens.

Em Angola, as hostilidades com os alemães mantiveram-se entre 1914 e 1915, na fronteira sul envolvendo ações diretas contra o território da colónia alemã da África Alemã do Sudoeste, também chamada de Damaralândia, atual Namíbia, e posteriormente contra os indígenas que se revoltaram contra a soberania portuguesa em resultado do conflito com esta colónia alemã.

Em Moçambique as hostilidades mantiveram-se desde 1914 até 1918, tendo-se desenvolvido inicialmente na fronteira norte, junto ao rio Rovuma, que demarcava a fronteira com África Alemã Oriental e progressivamente estendido ao interior do território de Moçambique.

Para a defesa de outros territórios nacionais⁹ que constituíram a frente interna, o exército mobilizou mais 12.000 homens para guarnecer as Ilhas (Açores, Madeira e Cabo Verde), o Estado da Índia Portuguesa, Timor e Macau, e ainda foram mantidos 40.000 homens na Metrópole¹⁰ por causa do perigo das incursões monárquicas e do *perigo espanhol*¹¹.

Na frente europeia Portugal deixou a sua neutralidade, ou o seu não intervencionismo europeu ativo, a 23 de Fevereiro de 1916, quando executou o arresto de 70 navios alemães e 2 navios austro-húngaros que se encontravam surtos em portos nacionais espalhados pelo Mundo. Para esta frente europeia foi feito um esforço de

⁸ Lobo, 1922, pp.248-9

⁹ Lobo, 1922, pp.248-9

¹⁰ Meneses, 2011, pp. 115-23. Neste trabalho, no capítulo dedicado às relações entre Portugal e a Espanha durante a I República de Hipólito de la Torre Gómez, é abordada a questão da independência de Portugal e as iniciativas de Afonso XIII.

¹¹ Gómez, 1998, p.143 e Gómez, 2002, p.152. Durante todo este período a ameaça espanhola foi efetiva e em particular durante em Março de 1915. A posição intervencionista portuguesa e entrada no conflito europeu foi também um fator desestabilizador da neutralidade espanhola, que em parte deu força aos movimentos iberistas espanhóis.

mobilização que conseguiu enviar para França até ao final da guerra mais 57.000 homens, o que totalizou uma mobilização de mais de 150.000 homens¹² até o final da Grande Guerra, o que constituiu o maior número de efetivos alguma vez ativos até à data. Este crescimento exponencial do exército, entre 1916 e 1918, acarretou o aparecimento de um dos seus maiores problemas, a falta de capacidade para formar oficiais suficientes para o enquadramento dos efetivos em teatro de guerra. A este problema juntou-se a falta de oficiais por causa das baixas em combate e pela incapacidade de os substituir por desgaste físico, psicológico e pelas licenças.

Quadro 1 - Efetivos do Exército Português durante a Grande Guerra

Efetivos do Exército em Agosto de 1914 ¹³	
No Continente	30.764 (destes 12.000 estavam na fase de instrução)
Nas Ilhas	887
Efetivos no Início da Grande Guerra	31.651
Efetivos do Exército mobilizados até Novembro de 1918	
Para França	57.178
Para África	50.150
Para defesa das Ilhas	12.383
Para defesa do Continente	40.000
Total de tropas mobilizadas	159.711

Lei da Reforma do Exército de 1911

O Decreto-Lei de Organização Geral do Exército¹⁴, publicado em 25 de Maio de 1911, 1ª Série n.º 11, de 26 de Maio de 1911, estipulou o fim do exército profissional e apresentou uma nova organização militar, no conceito de *Nação em Armas*, com um serviço obrigatório de 15 a 30 semanas nas fileiras, com períodos de repetição de instrução e um sistema de comando com base em oficiais milicianos.

¹² Rosas, 2010, pp. 295-8. Relativamente aos contingentes militares portugueses que combateram nos dois teatros de operações, África e Europa, e as guarnições da frente interna, existe grande variação de fonte para fonte, fundamentalmente por não serem consideradas as tropas indígenas ou os serviços logísticos. Fernando Rosas apresenta um total de 105.544 tropas mobilizadas entre 1914 e 1918.

¹³ Lobo, 1922, pp 245-59. No capítulo referente ao esforço militar e financeiro de Portugal, Costa Lobo apresenta um conjunto de dados muito interessantes, tanto mais que a edição reporta a 1922, referentes à mobilização geral do país e à situação em 31 de Março de 1919.

¹⁴ Ordem de Serviço do Exército, 1ª Série n.º 11, de 26 de Maio de 1911, pp. 571-799.

No entanto, a nova organização foi obrigada a manter um corpo do quadro permanente na metrópole de 11.699 homens, que em tempo de paz tinham a incumbência de garantir os serviços administrativos e de segurança na estrutura militar.

Com este modelo foi introduzida a Instrução Militar Preparatória aos 17 anos e incorporação no exército aos 20 anos, passando os cidadãos depois do serviço militar obrigatório para a reserva territorial, com o intuito de fazer esses reservistas continuarem a frequentar durante sete a nove anos uma Escola de Repetição durante duas semanas por ano. Neste âmbito foi ainda determinada a abertura de uma Escola de Quadros para a formação de oficiais milicianos.

A reforma alterou substancialmente a origem dos indivíduos mobilizados ao obrigar todos os estratos sociais urbanos a uma prestação do serviço militar, novidade no que se refere à população das cidades de Lisboa e do Porto¹⁵.

Ao impor esta reforma os republicanos tinham consciência que para a dimensão demográfica do país e para a cultura nacional se ia reduzir a curto prazo a capacidade operacional do Exército, mas também tinham consciência que se optassem por manter o modelo monárquico de exército profissional a médio prazo seria o suicídio do regime, uma vez que os jovens oficiais profissionais não apresentavam grande adesão ao regime republicano¹⁶.

Em 1912, a reforma do Exército mantinha-se quase toda no papel, em parte por causa dos problemas existentes nas colónias. Em África, as *Campanhas de Pacificação de 1912-13*, em Moçambique, e as *Campanhas de Pacificação de 1911-14*, em Angola, as quais tiveram continuidade durante o período da Grande Guerra, e as campanhas de pacificação de 1912 na Índia e em Timor demonstravam a necessidade de manter um quadro de oficiais e unidades operacionais permanentes.

Houve, ainda, diversas situações em que o Exército foi chamado para sustentar incursões monárquicas e para atuar como força de intervenção em manifestações e greves. Nas vezes que o exército atuou como força de intervenção contra manifestações

¹⁵ Telo, 1980, p.5

¹⁶ Telo, 1980, p.4

e greves, os governos ficaram cientes que a operacionalidade das unidades milicianas e a lealdade dos respetivos oficiais milicianos era completamente imprevisível¹⁷.

Os governos da República também não conseguiram implementar o serviço militar obrigatório como um serviço militar universal, porque a corrupção existente entre os funcionários dos serviços de recrutamento foi suficiente para boicotar o processo. Os oficiais e os sargentos republicanos tinham o hábito generalizado de complementar o seu salário com luvas recebidas para livrar os mancebos do serviço militar obrigatório, o que implicou que existissem momentos em que apenas um quarto dos cidadãos mobilizáveis anualmente chegassem efetivamente a serem incorporados em unidades militares. Esta situação manteve-se constante desde 1911 a 1916 e em 1918, apenas tendo sofrido alguma alteração durante as incorporações finais de 1916 e de 1917 para o Corpo Expedicionário Português¹⁸.

O recrutamento universal nas zonas urbanas em tempo de paz falhou, mantendo-se a base do recrutamento militar nas zonas rurais. Isto teve como consequência a incorporação sucessiva de elementos não republicanos, ou pelo menos indiferentes à causa republicana, nas suas fileiras, quebrando o objetivo inicial de republicanizar a sociedade por via do serviço militar.

A reforma militar suportada no Decreto-Lei de Organização Geral do Exército, de 1911, não foi acompanhada em paralelo por uma reforma ideológica, ou seja, não conseguiu converter o corpo militar num corpo homogeneamente republicano, nem trouxe para dentro de si a nível das praças a mistura das comunidades urbanas e rurais que a República pretendia com o sistema miliciano. Ao nível da classe de oficiais, mesmo com as alterações ao regulamento disciplinar introduzidas em 1913, a República não conseguiu alterar o problema existente ao nível das linhas de comando, uma vez que entre os oficiais-generais, os oficiais milicianos republicanos promovidos politicamente e as praças existiam os sargentos e cabos que se encontravam organizados em comités apoiados por civis revolucionários, que impediam uma ação estruturada de comando dentro das unidades¹⁹.

¹⁷ Telo, 1980, p.7

¹⁸ Telo, 1980, p.8

¹⁹ Telo, 1980, p.9

A Mobilização do Exército

Em 1914, com o início da Grande Guerra, o governo intervencionista do Partido Democrático forçou a preparação rápida de um corpo militar para intervir em França, mas dos efetivos programados com a organização do Exército de 1911, que determinava a existência de oito divisões de infantaria, não existiam efetivos suficientes sequer para guarnecer na realidade uma única divisão do exército²⁰.

Isto implicou que muitos dos homens mobilizados não pertencessem às unidades onde foram incorporados, como por exemplo no caso do Regimento de Infantaria de Chaves que forneceu homens para o Depósito de Infantaria 2 do CEP, os quais vieram a colmatar mais tarde faltas no Batalhão de Infantaria 15, de Tomar, e que ainda parte dos contingentes mobilizados fosse constituído por homens que regressavam das campanhas em África²¹.

A falta de homogeneidade cultural e de identidade coletiva regional, ou seja, a inexistência de laços emocionais e afetivos entre os camaradas de armas dentro das unidades, viria a ter consequências graves no moral e na coesão das mesmas unidades em combate e propiciar o aparecimento de atos de insubordinação, ou mesmo de revolta. Existia ainda nas fileiras do exército português um problema de vontade para combater ao lado dos britânicos, porque ainda estava na memória ameaça à nossa integridade nacional e à honra da Pátria poucos anos antes, quando nos humilharam durante a questão do *Mapa Cor-de-Rosa*. Era difícil compreender como a República queria que o Exército lutasse em cooperação com quem os tinha vexado.

Acrescente-se que em 1914 a disciplina militar no Exército era fraca, reflexo inevitável das convulsões civis que aconteciam com alguma regularidade após o derrube do regime monárquico e das consequentes purgas exercidas sobre os oficiais profissionais do exército, purgas que se mantiveram durante muito tempo, derivado às sucessivas convulsões republicanas²² até 1918.

²⁰ Martins, 1934a, p.61 e p.114. Relativamente ao equipamento não se pode dizer que não existissem ao nível de armas pessoais e de artilharia, como se pode constatar pelas requisições de material que os ingleses e franceses efetuaram ao Governo português.

²¹ Santos, 2008, pp. 41-2

²² Martins, 1934a, p.165

A Instrução Militar

Desde o início do processo da constituição das forças militares expedicionárias, referimo-nos ao processo de seleção e ao processo de recrutamento, verificam-se erros umas vezes por incapacidade, outras pela pressão para a criação das mesmas num curto espaço de tempo. Acrescente-se que a própria instrução militar era dificultada por causa do analfabetismo das praças, uma vez que 48% dos mobilizados eram analfabetos e apenas 0,6% tinha instrução secundária.

No entanto para a preparação do Corpo Expedicionário Português, em 1916 em Tancos, o governo esforçou-se por dar a ideia que tinha sido conseguido formar um exército moderno, o que foi anunciado nos jornais como o *Milagre de Tancos*.

«...e a propósito de Tancos, não há dúvida de que nos podemos envaidecer pelo nosso exército. Tudo ali, no dizer dos visitantes, que têm sido milhares, é perfeitíssimo; em poucos dias preparou-se parte desse exército para a guerra moderna, pelo poder de adaptação que é uma das mais notáveis qualidades do português, matéria-prima eminentemente própria para todas as grandezas. E se acontece que uma ou outra vez a obra sai aleijão, a culpa não é da matéria, de plasticidade admirável: é dos moldadores²³.»

A instrução preliminar dos soldados do CEP foi efetuada numa primeira fase de forma geograficamente dispersa: nos quartéis da 2ª Divisão (Viseu), da 5ª Divisão (Coimbra) e da 7ª Divisão (Tomar), e só depois foi efetuada a concentração das tropas em Tancos. Mesmo assim, nem todas as unidades ficaram concentradas em Tancos, tendo havido alguma dispersão por aquartelamentos de diversos regimentos noutras localidades conforme as especialidades.

A instrução em Tancos ocorreu entre Abril e Junho de 1916. Foi neste período que Tancos se transformou numa improvisada *Cidade de Tendás*, também chamada a *Cidade de Paulona*²⁴. A localização para a concentração das tropas foi escolhida pelas condições naturais, uma vez que é plana e tem bastante água ao ser banhada pelos rios Zêzere e Tejo. Acresceram ainda as facilidades logísticas que o caminho-de-ferro dava

²³ Ilustração Portuguesa, n.º 541, p.1

²⁴ Martins, 1934a, p.121

para o transporte de tão grande número de homens e aos abastecimentos para suprir as necessidades desta Divisão de Instrução.

A instrução militar ministrada em Tancos não se encontrava desenhada de forma a reforçar o moral e a disciplina para o contexto de guerra de desgaste físico e psicológico que se avizinhava²⁵. O treino não foi intensivo a nível físico e ainda possibilitava licenças ao Domingo para passear pelas redondezas de Tancos ou até para alguns irem a Lisboa²⁶.

O treino militar básico e o treino efetuado em Tancos revelou-se posteriormente insuficiente em termos de formação psicológica, ou pelo menos em doutrinação militar, como se pôde verificar pelas insubordinações que se verificaram logo na fase de embarque para França. A transformação de cidadãos em soldados ao nível da criação do *Espírito de Corpo* e do reforço do *Moral* não foi conseguido.

Terminado o primeiro período de instrução militar em Tancos, onde foram executados exercícios de manobra conjunta seguiu-se um segundo período de instrução já relacionado com a guerra que se vivia em França desde a primeira Batalha de Marne.

Este segundo período de instrução consistiu em cavar trincheiras numa frente de combate imaginária de acordo com os regulamentos adotados em França e com a topografia do terreno²⁷, e ainda de outros exercícios consistiram em marcha, ações de vigilância e de reconhecimento²⁸.

Os exercícios táticos introduzidos na preparação para a guerra nas trincheiras não se encontravam adaptados às necessidades futuras, uma vez que não foram capazes de incutir suficiente disciplina nas praças e nos oficiais, considerando a *disciplina* como um meio de obter um objetivo e não o objetivo em si. Mas fosse qual fosse o nível de disciplina que se pretendeu dar não foi conseguido, porque falhou o processo de construção do *Espírito de Corpo*.

Por outro lado a falta de disciplina do Exército português poderia ter sido colmatada pela aplicação de uma política de liderança, mas não foi. Os oficiais não só não deram um exemplo de boas práticas, tão necessário para suprir as insuficiências

²⁵ Marques, 2008, p.29

²⁶ Brun, 1931, p.71

²⁷ Brun, 1931, p. 101

²⁸ Brun, 1931, p. 137

disciplinares, como se comportavam de forma repreensível, destruindo a autoridade que lhes era devida. Ao oficial português faltou um modelo interno a seguir, a destruição do exército profissional monárquico em 1910 e a conversão do exército em *Nação em Armas* quebraram a ligação com o passado, não obstante existiram numerosos exemplos individuais de grande capacidade militar, tanto ao nível de oficiais como das praças.

As praças portuguesas, apesar da proibição de atos violentos e do sistema de policiamento instaurado causaram graves perturbações, inclusive com a população civil. As rixas entre portugueses e militares russos, ou com militares britânicos, surgiam com mais frequência do que com outras nacionalidades, apenas porque estes estavam mais próximos da zona portuguesa. Esta situação era ainda mais grave porque o desrespeito pela autoridade da polícia portuguesa era evidente, tanto mais que só aconteciam distúrbios onde não existia polícia inglesa. O nível de violência dos distúrbios registados em França variou entre a violência individual e a organizada em bandos²⁹.

A Partida para a França

Quando chegou a hora da partida a ordem de mobilização parcial do Exército português foi divulgada publicamente através de cartazes afixados pelas paredes das cidades. Eram largas folhas brancas cortadas diagonalmente por uma faixa vermelha e verde, onde se fixavam os detalhes da mobilização.

Junto aos cartazes houve grande agitação. Formavam-se grupos compactos de homens e mulheres, e em alguns locais ouvia-se ler as ordens em voz alta, em muito por causa do nível analfabetismo dos cidadãos.

Em Lisboa, onde se centra a descrição feita por André Brun³⁰, durante o dia em que se afixaram os cartazes de mobilização viveu-se um período de agitação. Em alguns locais houve inclusivamente conflitos entre aqueles que entendiam a mobilização como um dever e aqueles que entendiam como uma imposição sem razão e que colocavam a circular boatos que espalhavam o desânimo.

²⁹ Marques, 2008, pp.294-6

³⁰ Brun, 1931, p. 7

Neste mesmo contexto, a descrição de Pedro de Freitas³¹ apresenta igualmente uma atmosfera de incerteza e apreensão perante a leitura dos cartazes de mobilização foram espalhados pelos locais públicos.

Em simultâneo os jornais desse dia apresentavam em termos patrióticos as circunstâncias que levavam a Pátria a aceitar o sacrifício.

Em Lisboa houve locais onde colocaram bandeiras nas janelas, se reuniram centenas de pessoas em júbilo e se aplaudiram as forças militares que atravessavam a cidade em serviço.

Nos dias seguintes ao edital foram chegando aos centros de mobilização os homens mobilizados, o que veio a provocar que os quartéis de Lisboa se tornassem insuficientes para alojarem todos os militares e se tivesse de recorrer a outros edifícios públicos.

A mobilização trouxe uma nova situação social: operários, comerciantes, burgueses, engenheiros e doutores, todos a conviverem num mesmo espaço e vestidos de um igual cor de brim.

Terminada a concentração das forças militares em Lisboa, tal como se encontrava previsto foram dispersas por vários locais nos arredores, conforme as suas especialidades para praticarem uma instrução intensiva.

Durante este período as notícias nos jornais foram preenchidas com textos assinados por políticos e letrados que apoiavam entusiasticamente a intervenção militar portuguesa em França com o intuito de abafar as vozes de desânimo. Foi passada a mensagem de quanto era perigoso semear a discórdia entre portugueses e de quanto era necessário conseguir uni-los em torno da Bandeira Nacional.

Foi noticiado com grande antecipação que a Divisão Expedicionária ia deixar Lisboa para novos locais de instrução e assim a capital viu partir os soldados mais uma vez. Já a quarta vez que num curto espaço de alguns meses a população se despedia dos soldados e tal como nas vezes anteriores ainda não era desta vez que partiam para França. Estes transportes de tropas que aconteceram até Dezembro de 1916 eram efetuados logo de manhã muito cedo, através de um desfile entre os quartéis e a estação, onde os comboios especiais os esperavam. Esse trajeto era feito em formatura

³¹ Freitas, 1935, pp. 13-4

acompanhada por cornetas e tambores, e chegados à estação de comboios de Santa Apolónia os militares embarcaram e partiram entre aclamações, "Viva Portugal! Viva o Exército! Viva a República!", e o aceno agitado de lenços³² da população que os acompanhava. O governo teve o cuidado de manter estrategicamente as tropas em espera para o embarque fora da capital por causa da instabilidade provocada pela oposição não intervencionista.

Chegou em Janeiro de 1917 o momento de proceder ao transporte marítimo do Corpo Expedicionário Português para França e também o momento de fazer chegar a Lisboa os militares para os embarcar no Cais de Alcântara.

As partidas das diversas unidades para Lisboa foram em geral acompanhadas por momentos emocionais, com as famílias e amigos a acompanhar o trajeto até às estações de comboio, onde em geral se aglomeravam multidões de anónimos, uma banda de música que tocava marchas alegres e onde eram distribuídos pelo pároco local preces protetoras e santinhos aos militares mais devotos³³.

«As companhias atravessavam a cidade envoltas numa multidão que não sabia senão acompanhar-nos ao som de uma música, que não fazia vibrar o sentimento dos soldados nem do povo, como faria se tocasse uma das nossas conhecidas canções patrióticas ou antes o hino nacional. [...] À hora conveniente, o comboio partiu e uma imensidade de lenços brancos se agitou no ar dando a impressão de que miríades de pombas nos seguiam. Felicidade! Felicidade! – Viva a Pátria³⁴!»

As partidas das primeiras tropas portuguesas para França seguiram o padrão emocional de qualquer outra nação beligerante. O próprio povo alemão quando inicialmente viu partir os seus primeiros soldados para a guerra manifestou contentamento³⁵.

³² Brun, 1931, pp. 17-20

³³ Marques, 2008, pp.40-1

³⁴ Magno, 1921, Vol I, pp. 22-4

³⁵ Englund, 2011, pp. 21-2. Conta-nos o que a jovem Elfriede Kuhr, ao aproximar-se da estação do caminho-de-ferro presenciou, uma praça a abarrotar de gente, com música a tocar e emoção na despedida do Regimento Infantaria n.º 149, em 4 de Agosto de 1914, para a frente russa.

Para os primeiros homens que seguiram em Janeiro para França houve um grande apoio às tropas, que incluiu a presença do Presidente da República no Cais de Alcântara-Mar³⁶.

Mas a incapacidade do governo em manter a motivação para a intervenção em França, permitiu o aparecimento de situações de insubordinação, em muito em resultado da ação dos movimentos oposicionistas cuja propaganda minava a vontade e o moral dos militares.

Folhas volantes distribuídas em 1916 e 1917 pelos opositores à intervenção passavam mensagens como:

“Povo, Alerta! A Inglaterra não pediu ninguém para a guerra! O governo quer mandar forças militares. Porquê? Para encobrir todas as traficâncias³⁷! ...”

“Carneiros ou Soldados? O governo está preparando tudo para embarcar as forças para França, como se embarcam rebanhos de carneiros; à socapa. SOLDADOS! ALERTA! (...) SOLDADOS! Desconfiai desta quadrilha que dá pelo nome de União Sagrada³⁸.”

«Portugueses, Vai consumir-se a grande tragédia! O maior de todos os crimes que a história de Portugal poderá registar vai ter o seu epílogo! (...) [vão] contra a vontade da nossa aliada, mandar soldados para a morte! (...) Vão morrer de fome, de frio e de vergonha...[vão para] fazer esquecer e deixar em impunidade todos os roubos, todas as traficâncias, todos os crimes que cometeram para se encherem de dinheiro...(...) Vão sem fatos, sem botas, sem armas e sem munições³⁹.» [, e]

«Para a Guerra? Para a Penitenciária? Os partidários da Guerra esforçam-se de por enviar gente para o matadouro; oferecendo soldados como coisa própria. O dilema está posto: ou para a GUERRA, como grilhetas, às ordens dos maiores bandidos, os

³⁶ Cortesão, 1919, p.36

³⁷ Marques, 2008, p.25

³⁸ Marques, 2008, p.35

³⁹ Marques, 2008, p.44

homens honestos e amigos da sua terra; ou para a PENITENCIÁRIA os quadrilheiros autores de toda esta farsa, que encobre roubos. É imprescindível tomar um dos caminhos apontados: AO SEGUNDO, pois⁴⁰.»

Esta ação de contrapropaganda fomentou situações como a revolta política de Machado Santos, a 13 de Dezembro de 1916, em Tomar, com o intuito de derrubar o governo e assim travar o embarque das tropas para França, e ainda outras insubordinações como a de Leiria e de Santarém, em Janeiro de 1917, antes do primeiro embarque de tropas para França.

Em Lisboa também surgiram problemas ligados com a recusa de embarque, em parte porque se verificou um período de espera excessivo antes de partir e porque a propaganda anti-intervencionista mantinha a pressão sobre os militares. No cais de embarque houve algumas situações individuais de recusa de embarque e uma situação mais alargada com as praças do Batalhão de Infantaria 9.

Quadro 2 - Recusas Coletivas de Embarque para França

Mês	Local	Ação
Junho 1916	Covilhã	Insubordinação – No BI 21 surgiu uma insubordinação grave que levou, nos termos do Regulamento Disciplinar, ao envio compulsivo de 342 praças, incluindo 8 sargentos, de castigo para África ⁴¹ .
Dezembro 1916	Tomar	Revolta - Machado Santos comanda um movimento revolucionário para derrubar o governo a partir de Tomar e impedir o envio de tropas para França. A revolta não teve sucesso e o CEP perdeu três comandantes de Brigada e dois Coronéis implicados, que passaram à reserva em consequência da revolta ⁴² .

⁴⁰ Marques, 2008, p.50

⁴¹ Martins, 1934, p.152

⁴² Henriques, 2001, p.12

Mês	Local	Ação
Janeiro 1917	Leira	Insubordinação – O BI 7 recusa-se a embarcar no comboio em direção a Lisboa. Com a intervenção firme dos oficiais a insubordinação foi ultrapassada ⁴³ .
Janeiro 1917	Santarém	Insubordinação – No BI 34 os oficiais recusam-se a seguir para Lisboa. Os oficiais foram detidos e não seguiram para França ⁴⁴ .
Março 1917	Lisboa	Insubordinação – No BI 9 um grupo de praças recusou-se a embarcar, aproveitando a fraca vontade de partir dos oficiais ⁴⁵ .
Abril 1917	Lisboa	Insubordinação – No BSCF deu-se um prenúncio de rebelião, logo após o toque de recolher, por considerarem que era ilegal o seu envio para França. A intervenção dos oficiais terminou de imediato com a insubordinação ⁴⁶ .
Julho 1917	Penafiel	Insubordinação – O BI 32 recusou-se a apresentar no Quartel de modo a boicotar o transporte para Lisboa. Durou 13 dias só tendo terminado com a intervenção da Guarda Nacional Republicana ⁴⁷ .
Dezembro 1917	Lisboa	Revolta – Sidónio Pais comanda um movimento revolucionário para derrubar o governo, tendo conseguido a vitória. O BI 33, de Lagos, que se encontrava na Capital a aguardar transporte para França, envolveu-se e auxiliou o derrube do governo. O Batalhão de Lamego já não foi enviado para França, assim como mais nenhuma unidade ⁴⁸ .

O transporte de tropas para França foi sempre problemático, tendo ocorrido diversos casos de recusa de embarque nos comboios de transporte para Lisboa e de recusa de embarque nos navios para França. A isto se acrescentaram casos de deserção de praças e sobretudo oficiais, durante o período de marcha para Lisboa e mesmo já

⁴³ Marques, 2008, p.45

⁴⁴ Marques, 2008, p.45

⁴⁵ Marques, 2008, p.49

⁴⁶ Freitas, 1935, p.15

⁴⁷ Marques, 2008, pp.418-20

⁴⁸ Magno, 1921a, p.146

durante o período de tempo em que aguardavam o embarque para França nos quartéis de Lisboa⁴⁹.

De Brest até ao *Front*

A Caminho do *Front*

O porto de chegada das tropas portuguesas a França foi o de Brest e quando aí chegaram, em Janeiro de 1917, encontraram neve e frio, um clima muito diferente do que estavam habituados, tanto em Portugal continental como nos territórios ultramarinos, o que criou um impacto físico que reforçou a depressão psicológica.

Foi neste local que se implantaram as instalações do Porto de Desembarque (PD) do CEP e era a partir daqui que as tropas portuguesas eram transportadas por via-férrea para a zona de guerra, o *Front*.

Quadro 3 – Zonas de Transporte Ferroviário

Zona Civil			Zona Militar			<i>Front</i>	
Brest	Amians	Etaples	Hesdigneul	Saint Omer	Aire-sur-la-Lys	La Gorgue	Bethune

Durante a viagem para o *Front* após se passar a zona de Amiens o cenário mudava pela predominância de fardas militares, de acampamentos militares, hospitais, e já perto de Etaples pela visualização dos primeiros cemitérios. Era em Hesdigneul que as tropas faziam o transbordo dos comboios civis para os comboios militares de transporte de munições, ou de feridos, que os levavam posteriormente até St.Omer⁵⁰.

Neste local já se começavam a encontrar alguns soldados portugueses que passeavam nostálgicos pela gare a ver o desembarque de passageiros⁵¹.

⁴⁹ Marques, 2008, p.45

⁵⁰ Almeida, 1919, pp.83-6

⁵¹ Dias, 1920, p.20

Para além dos soldados portugueses também se começavam a ver alguns carros de companhia e de esquadrão portugueses encostados uns aos outros num confuso estacionamento, junto à estação.

Chegados a Aire-sur-la-Lys, os militares portugueses encontravam um extraordinário movimento de tropas inglesas por toda a cidade, assim como grupos de prisioneiros alemães a fazerem serviços de manutenção e limpeza das ruas⁵².

Foi nesta região do Aire e ao longo do Lys que as unidades do CEP se distribuíam acantonadas por pequenas povoações: Mametz, Saint Quentim, Witternesse, Blessy, Enguinegatte, Herbelle, Clarques, Ecques, Cauchie d'Ecques e Rebecq⁵³.

A estação de comboios de La Grogue era o *terminus* da exploração civil da ferrovia na zona de guerra. Entre La Grogue e Bethune a circulação era muito restrita. A partir de La Grogue a maior parte do transporte era efetuado de automóvel ou hipomóvel. Já não era um lugar seguro, ouviam-se distintamente os tiros dos canhões de 150mm e 205mm alemães. Viam-se os aviões inimigos que vinham bombardear as nossas trincheiras e ouviam-se as antiaéreas que tentavam afastá-los⁵⁴.

O troço de ferrovia que ligava La Grogue a Bethune era mantido pela 5ª Companhia do Batalhão de Sapadores de Caminhos de Ferro, BSCF, e o seu serviço confinava-se ao apoio logístico das unidades na linha da frente e ao serviço de artilharia ferroviária⁵⁵.

A Distribuição das Tropas

O Corpo Expedicionário Português teve como missão substituir as tropas inglesas que se encontravam no sector do Lys. A sua distribuição efetuou-se em profundidade cobrindo uma frente de combate de aproximadamente 12Km, entre Fleurbaix e Ferme du Bois.

Na primeira a infantaria ocupava as trincheiras entre os pontos de apoio de Fleurbaix, passando por Fanquissart, Neuve-Chapelle até Ferme du Bois. Atrás desta, ficava a linha de suporte, com as posições de artilharia de campanha e ainda mais atrás

⁵² Dias, 1920, p.21

⁵³ Dias, 1920, p.31

⁵⁴ Dias, 1920, p.115

⁵⁵ Freitas, 1935, p.121

já sem apresentar continuidade, mas composta por redutos, a linha das aldeias, com os Quartéis-generais de Brigada e as ambulâncias da frente.

Mais à retaguarda, perto de Lestrem e de La Gorgue os Quartéis-generais de Divisão e serviços de apoio logístico e administrativos. Em Merville o Hospital de Sangue nº1, em St. Venaint o Quartel-general do C.E.P., entre Aire e St. Omer os locais de descanso das tropas, Mametz com o Campo de Instrução, Marthes, Ecques, Dohen e Fauquembergues com as ambulâncias de retaguarda e Calais, Boulogne, Paris-Plage com os seus depósitos de material e hospitais de base. Era para a zona da retaguarda que os batalhões de infantaria vinham para recuperação, "recoca", ou para preparação para outra estadia nas trincheiras⁵⁶.

O acolhimento dos portugueses pelas populações locais foi reservado a início, tanto mais que anteriormente estas mesmas populações tiveram de conviver com as tropas inglesas que não lhes deixaram grandes saudades⁵⁷, mas passadas algumas semanas já existia uma relação de confiança entre os portugueses e os locais, tendo os portugueses se adaptado ao modo de vida da população francesa, chegando nos tempos de repouso a auxiliar as mulheres e velhos no amanho das terras, já que os homens franceses se encontravam mobilizados e deslocados para as zonas de combate longe dali⁵⁸.

No *Front*

A Zona de Guerra

Era impossível quantificar os perigos e a intensidade dos meios bélicos utilizados. O domínio das grandes barragens de artilharia e dos bombardeamentos aéreos constantes acabavam por produzir uma sensação de habituação ao perigo que tornava a morte um acontecimento banal.

⁵⁶ Cortesão, 1919, pp.78-80

⁵⁷ Dias, 1920, p.99

⁵⁸ Dias, 1920, p.90 e Cortesão, 1919, p.80

De zona para zona existia uma hierarquização do perigo. Assim desde a linha da frente às bases na retaguarda, existia o que poderá ser equiparado aos sete círculos da guerra da Divina Comédia, mas em que os eleitos estavam no inferno⁵⁹.

Na retaguarda, a chamada zona neutra, a vida era triste e monótona, longe de tudo menos das lembranças longínquas que enchiam de tédio os soldados e lhes destruía a vontade de lutar.

Ao caminhar da retaguarda para o *Front*, desde a linha das aldeias, passando pela linha de suporte até chegar à primeira linha, era como atravessar todos os círculos da agonia até entrar nas planícies da morte. À medida que se caminhava via-se de um lado e do outro do caminho a destruição ao longo da planície da Flandres.

Virado para o lado do inimigo esticavam-se compridas redes de camuflagem, em verde e branco, que escondiam os depósitos de víveres, de munições, as posições de artilharia e ainda abrigos metálicos de chapa de ferro ondulado, os *elefantes*, cobertos de sacos de areia⁶⁰.

«...dirigi-me trincheira abaixo, em direção ao abrigo que deveria ocupar (...). Era um dug-out, um elefante, de ferro espesso e canelado coberto com sacos de terra, tendo a um e outro lado duas camas e uma ao fundo, que me foi destinada. As camas eram o que há de mais simples: um retângulo de travessas de madeira a que adaptavam uns pés, feitos de travessas cortadas. Como enxergão, uma teia de arame de fazer capoeiras, que na guerra tem a aplicação de cobrir as passadeiras de fundo, para evitar o escorregão e a queda. E como colchão, mais aproveitável durante o dia que de noite, umas mantas, algumas vezes, raras, estendidas sobre um pouco de palha que o cuidado amigo dum soldado nos vai procurar⁶¹.»

Ao caminhar para o parapeito os abrigos também iam diminuindo de dimensão e na primeira linha esses abrigos, os *dug-outs*, já só permitiam que os homens andassem de gatas ou de cócoras.

⁵⁹ Cortesão, 1919, p.79

⁶⁰ Dias, 1920, p.118

⁶¹ Américo Olavo, 1919, pp.76-7

Viam-se casas destruídas, espigões de madeira fraturados a referenciar a localização de cemitérios, campos eriçados de arame farpado, panos-de-parede carcomidas, viam-se constantes rebentamentos de granadas de artilharia e uma contínua rasoira das metralhadoras a esventrar a terra em rasgões.

Nesta zona proibida, junto ao parapeito da *Terra de Ninguém*, o perigo fustigava os nervos de qualquer um e só se escapava à morte com algumas chicotadas no corpo provocadas pelos bombardeamentos. Na zona proibida *cavava-se e mergulhava-se* no chão.⁶²

O sistema tradicional de trincheiras e redutos tinham por base fossos rasgados no chão até à altura dum homem em linhas consecutivas e paralelas, zigzagueando e entreunindo-se até aos parapeitos sobre a *Terra de Ninguém*. Mas na zona portuguesa eram erguidas quase todas em relevo ao longo da planície, formadas por sacos de terra que a chuva e os bombardeamentos teimosamente desfaziam. A parte abaixo no nível do solo poucas vezes passava o meio metro por causa da água e da lama⁶³.

O ambiente era húmido e os soldados viviam dentro de água e lama. Por vezes era necessário utilizar botas de borracha muito altas chegavam aos quadris presas em volta da cintura, as *gum-boots*, e o frio da Flandres obrigava à utilização de pelicos e safões iguais aos dos pastores. A condição de higiene nas trincheiras era tão precária que a utilização dos pelicos e safões acabou por ser abandonada por causa da praga de piolhos⁶⁴.

Nesta zona os *dug-outs* pareciam cavernas, uma espécie de silos onde os soldados dormiam, ou descansavam, e se protegiam das granadas durante os bombardeamentos. Ao desconforto e à insalubridade destes labirintos juntava-se o degelo das neves de inverno e as chuvas de primavera, que em conjunto com os bombardeamentos que revolviam a terra transformavam as trincheiras do sector português num constante lençol de lama.

Às condições ambientais deste cenário acrescentavam-se as difíceis condições materiais do dia-a-dia e, ainda, a arbitrariedade com que as balas e granadas inimigas

⁶² Cortesão, 1919, pp.85-89

⁶³ Dias, 1920, p.119

⁶⁴ Martins, 1934a, p.259

que minavam o espírito dos homens. Era partilhada por todos a noção que a esperança de vida de cada um assentava apenas no acaso.

«Junto dum través, já na primeira linha, há manchas de sangue na passadeira e nos madeiros do revestimento, como se alguém ali se houvesse encostado para morrer. Elucidaram-nos: um morteiro inimigo tinha naquela manhã despedaçado ali dois homens do 35⁶⁵.»

Em pouco tempo os jovens militares portugueses que se encontravam no *Front* viram transformarem-se as suas fisionomias. O convívio constante com a morte, os longos turnos de vigília e o clima transformou-os em velhos.

Na estreita faixa de terra que compunha o fosso da trincheira vivia-se em promiscuidade com os mortos, mais do que isso, com as mutilações dos cadáveres. O cheiro era por vezes nauseabundo, o fedor a carne putrefacta pairava no ar e as manchas de sangue tingiam o chão⁶⁶.

«... [as trincheiras] são uma grande cova, onde se aprende o ofício de morto. Sim, uma cova muito longa, tão longa que nem se mede com a fita. A unidade métrica nas trincheiras são os sete palmos de terra. A primeira linha, com muitos soldados, é uma espécie de vala comum⁶⁷.»

«...os cadáveres de soldados, mulas, cavalos e mais fragmentos macabros, são em abundância e em verdadeiro estado de putrefação. Espalhados à superfície da terra, incomodam-nos, horrorizam-nos. A falta de preparação para enfrentar-se de modo súbito tal situação, é a causa do nosso aniquilamento moral⁶⁸.»

Existiam cadáveres espalhados por onde tinham caído. O com mais sorte tinha recebido uma sepultura ao acaso ficando anónimos no lugar onde tombaram. Os *Cristos*

⁶⁵ Dias, 1920, p. 120

⁶⁶ Cortesão, 1919, pp.84-87

⁶⁷ Cortesão, 1919, p.150

⁶⁸ Freitas, 1935, p.51

das Trincheiras que se mantinham teimosamente de pé nas zonas bombardeadas, como foi o caso de um que se encontrava na zona proibida do sector português, em Neuve Chapelle, criavam nas tropas uma pressão psicológica profunda, assim como um reviver da Fé em muitos.

Refira-se que nos campos de batalha perderam-se cerca de 8,5 milhões de homens, o que representa em média a morte de 5.600 soldados em cada dia de guerra⁶⁹.

«Quando a tarde chega, nestes céus baixos e brumosos, apagando as formas para só deixar a nu a desolação imensa das coisas, aquele Cristo do calvário intacto, erguido no madeiro altíssimo, domina a paisagem e assume não sei que proporções de revelação trágica⁷⁰.»

Os Combates

Os combates com o inimigo na linha da frente eram conhecidos sob a designação geral de *Raids*, que englobavam todas as operações militares executadas pela infantaria no *Front*, tanto em serviços de patrulha ofensiva como em ações de ataque direto às trincheiras inimigas.

Os serviços de patrulhas eram dimensionados com diferente número de homens e equipamento conforme o objetivo. Assim, nas *Patrulhas de Escuta* para espiar as linhas inimigas, atravessando a *Terra de Ninguém* rastejando até o mais próximo possível do parapeito inimigo utilizavam dois homens. Para efetuar umas Patrulha de Segurança que percorria a Terra de Ninguém como simples elemento de reconhecimento utilizavam cerca de 12 de homens e para efetuar uma *Patrulha Ofensiva* com o objetivo de destruir as defesas de arame farpado inimigo e fazer atrito sobre as linhas inimigas utilizavam cerca de 30 a 40 homens, acompanhados por uma metralhadora.

⁶⁹ Gilbert, 2008, p.749

⁷⁰ Cortesão, 1919, p. 88

Em 1918, as *Patrulhas Ofensivas* passaram a ser organizadas com o efetivo de uma companhia, aproximadamente 200 homens⁷¹, e passaram a integrar telefonistas com ligação constante com um posto de SOS na primeira linha.

Porque as operações de patrulha eram sempre de noite, e quando possível aproveitando as noites escuras, havia o cuidado de efetuar camuflagens o que implicava pintar a cara e mãos de preto com graxa ou carvão e nas noites de neve vestir uns impermeáveis brancos, conhecidos pelos fatos à *pierrot*, para se confundirem com aquela⁷².

Quadro 4 - Combates de 1917

Mês	Local	Ação
Junho de 1917	Ferme du Bois	O primeiro <i>Raid</i> alemão contra as forças do CEP aconteceu a 4 de Junho de 1917, dois dias após o Batalhão de Infantaria 35, de Coimbra, ter entrado nas trincheiras ⁷³ .
Julho de 1917	Neuve Chapelle	Novo <i>Raid</i> alemão contra o CEP a 16 de Julho de 1917, ao entardecer. Desta vez se centrou sobre o sector de Neuve Chapelle. Tratou-se de um ataque com total surpresa uma vez que os <i>Raids</i> aconteciam normalmente durante a madrugada ⁷⁴ .

⁷¹ Morais, 1919, p.68

⁷² Morais, 1919, p. 69

⁷³ Martins, 1934a, pp. 225-6

⁷⁴ Martins, 1934a, p. 226

Agosto de 1917	Neuve Chapelle	<p>Novo <i>Raid</i> alemão contra o CEP a 14 de Agosto de 1917. Durante a madrugada os alemães efetuaram um ataque sobre o ponto de separação dos subsectores esquerdo de Neuve Chapelle e direito de Fauquissart.</p> <p>Depois de um violento bombardeamento de toda a frente da 1ª Divisão, efetuaram um ataque com o efetivo de um batalhão (500 homens), em duas colunas. Uma foi repelida pelo BI 15, de Tomar, mas a outra coluna que avançava em direção a Fauquissart conseguiu atingir a "Linha A" e ocupá-la.</p> <p>Quando o inimigo já retirava para as suas linhas, atravessando a "Terra de Ninguém", o Alferes Hernâni Cidade saltou do parapeito da "Linha B" com mais três soldados e lançou-se sobre a escolta que levava prisioneiros portugueses em direção das linhas alemãs. Os prisioneiros portugueses reagiram, lutaram e venceram, e pelas 6 horas da manhã regressaram todos às linhas portuguesas⁷⁵.</p>
Setembro de 1917	Neuve Chapelle	<p>Último grande <i>Raid</i> alemão antes de se iniciar a época das chuvas e entrar no Inverno, a 14 de Setembro de 1917.</p> <p>Pela madrugada atacaram com 54 homens sobre o BI 7, de Leiria. O Alferes Gomes Teixeira ao tomar conhecimento do ataque deu ordens rigorosas aos seus homens para deixarem os alemães progredirem até dentro da "Linha A" e quando estes lá se encontravam, efetuou um ataque à baioneta e granada causando a morte do oficial alemão e de três outros soldados. Foram ainda feitos vários prisioneiros, facto que foi altamente apreciado pelo Comando britânico⁷⁶.</p>

Desde a chegada à linha da frente, em Junho de 1917, que as unidades do CEP eram atacadas regularmente por bombardeamentos e sofriam *Raids* dos alemães.

No *Raid* alemão de 14 de Agosto de 1917, em que se distinguiu o Alferes Hernâni Cidade, os alemães iniciaram durante a madrugada um intenso bombardeamento, que incluiu a utilização de gás sobre o subsector de Neuve Chapelle

⁷⁵ Martins, 1934a, p.266

⁷⁶ Martins, 1934a, p.267

defendido pelo Batalhão de Infantaria 35. Iniciado o ataque as tropas colocadas junto ao parapeito, lançaram os SOS, foguetes vermelhos, que foram respondidos com fogo defensivo por parte da nossa artilharia. Este ataque foi diferente dos anteriores porque os alemães atacaram com uma extrema violência e com um grande número de efetivos, tendo chegado à linha de apoio onde foram travados. Foi no final deste ataque, quando os alemães já retiravam para as suas linhas que o Alferes Hernâni Cidade saltou da sua trincheira acompanhado por três soldados e se lançou sobre os alemães que levavam os portugueses prisioneiros, conseguindo libertar os nossos soldados e prender os alemães que os escoltavam. Esta ação salvou o dia e acabou por libertar perto de uma centena de portugueses. Ainda debaixo de fogo Hernâni Cidade foi buscar na *Terra de Ninguém* um alemão que se encontrava ferido e trouxe-o para as trincheiras portuguesas, de onde foi levado posteriormente para um posto de socorro. Devido a estes atos de coragem foi-lhe atribuída a Cruz de Guerra⁷⁷.

Na descrição de um outro *Raid* português, em 1917, o Tenente Pina de Morais, do Batalhão de Infantaria 13, conta-nos a forma como as patrulhas ofensivas se aventuravam até às linhas alemãs.

«Patrulha d'oficial, 30 homens, às linhas inimigas. Saída no ponto M.22; H.12. Leva uma metralhadora". Dos homens escolhidos "...havia lá soldadinho, entre os trinta que levei, que conhecia aquilo como a casa dele - são desses que aborrecidos nas noites largas, vão à coca do boche por passa tempo⁷⁸.»

«Chegada a hora "...os soldados estavam ali reunidos onde os parapeitos estavam mais direitos mostrando à luz dos very-lights os rostos sorridentes e o olhar infantil⁷⁹ (...) É o avanço em direção às linhas inimigas. (...) os very-lights desciam a demorar-me enormemente - e as coisas tinham sombras que se espalmavam tombando, outras que corriam como inundações d'água suja, outras grandes que eu não via até onde chegavam⁸⁰.»

⁷⁷ Almeida, 1919, pp. 69-74

⁷⁸ Morais, 1919, p.60

⁷⁹ Morais, 1919, p.62

⁸⁰ Morais, 1919, p.63

Durante a patrulha avançaram sobre a trincheira alemã estarem ao alcance dos ouvirem, mas ao terem sido serem descobertos sofreram de imediato uma enorme fuzilaria e retiraram. Quando regressaram às nossas linhas encontram uma patrulha alemã que estava junto ao arame-farpado da trincheira portuguesa a executar uma missão idêntica.

«...as duas patrulhas fuzilam-se, granadeiram-se, sem se verem, na sombra, na lama. (...) à luz dum very-light, vêem-se os recortes das sombras dos soldados e baionetas dos alemães, que desaparecem para sempre. (...) Os soldados começam a entrar na nossa trincheira (...) para a esquerda desenha-se uma figura maior de três soldados - devem segurar algum ferido⁸¹.»

Também existiam idas à *Terra de Ninguém* por iniciativa própria como nos relata o Capitão David Magno, do Batalhão de Infantaria 23, sobre uma situação passada em 1917. Um cabo comunicou ao capitão que o soldado desaparecido na patrulha do dia anterior se encontrava morto dentro de uma cratera na *Terra de Ninguém*, junto ao parapeito inimigo e quando questionado o cabo respondeu que tinha ido lá ver. É ainda de remarcar a atitude alemã quando foram buscar o corpo do referido soldado.

«...voltou novamente a buscá-lo, com dois maqueiros, desta vez mostrando a maca bem alto e os braçais da Cruz Vermelha. Com estupefação de todos, alguns alemães ergueram-se ao parapeito e fizeram a continência ao morto até que entrou de novo nas nossas trincheiras, de onde o nobilíssimo gesto foi retribuído⁸².»

⁸¹ Morais, 1919, pp.65-68

⁸² Magno, 1921a, p.133

Quadro 5 - Combates de 1918

Mês	Local	Ação
Março de 1918	Neuve Chapelle	<p>O primeiro <i>Raid</i> alemão após o Inverno deu-se a 2 de Março de 1918.</p> <p>O ataque foi efetuado de madrugada após um intenso fogo de preparação de artilharia. Centrou-se entre a esquerda do sector de Neuve Chapelle e a direita de Chapigny, com um efetivo aproximado de um batalhão.</p> <p>Conseguiu ocupar a “Linha A” onde se encontrava o BI 4, de Lagos, e penetrou até à “Linha B”, fazendo 3 oficiais e 63 praças portugueses prisioneiros. Um contra-ataque do BI 17, de Beja, ajudou a repelir o inimigo⁸³.</p>
Março de 1918	Ferme du Bois	<p>O primeiro <i>Raid</i> português deu-se a 9 de Março. O ataque sobre as linhas alemãs a partir do subsector direito de Ferme du Bois, realizado pela 1ª Companhia do BI 21, de Coimbra, sob o comando do Capitão Ribeiro de Carvalho. O BI 21, estava integrado na 1ª Brigada da 1ª Divisão⁸⁴.</p>

⁸³ Magno, 1921a, p.100

⁸⁴ Martins, 1934a, pp.269-70

Março de 1918	Neuve Chapelle	<p>Novo <i>Raid</i> alemão, desta vez em resposta ao <i>Raid</i> português, a 12 de Março. Os alemães efetuam um ataque de madrugada executado por tropas especiais de assalto, entre a direita do sector de Fauquissart e a esquerda do sector de Neuve Chapelle (antigo sector de Chapigny).</p> <p>O ataque iniciou-se às 4 da manhã, e de imediato a 1ª Linha lançou numerosos foguetes vermelhos de SOS, indicando que estavam a ser atacados. Logo de seguida a nossa artilharia de 7,5mm começou a bater a "Terra de Ninguém" e a área logo em frente da nossa 1ª Linha. A ligação com a artilharia foi executada com ordens do Capitão Américo Olavo.</p> <p>Entretanto chegou ao Comando do Batalhão informação que os alemães tinham entrado nas nossas 1ª Linhas defendidas pelo BI 11 e pelo BI 2. O Capitão Américo Olavo perante a situação acabou por dar ordem para avançarem as forças de apoio.</p> <p>A artilharia alemã alongou o tiro de suporte até à 2ª Linha, que de seguida começou também a lançar os foguetes vermelhos de SOS. É então dado o alarme de presença de gás, " <i>Gaz Alarme</i>".</p> <p>O ataque durou cerca de quarto de hora, que pareceu uma eternidade. Os diversos comandantes de companhia, por volta das 4h e 30mn comunicaram que o inimigo tinha sido repellido.</p> <p>Esta foi efetuada em três vagas de assalto, que foram sucessivamente repelidas pelo Batalhão de Infantaria 2, de Lisboa, do Capitão Américo Olavo, e pelo Batalhão de Infantaria 20, de Braga. Deixaram nas nossas mãos 7 prisioneiros alemães e um morto. O BI 2 foi auxiliado pelo BI 3, de Viana do Castelo, que se encontrava em reserva⁸⁵.</p>
---------------	----------------	---

⁸⁵ (Dias, 1920, pp. 133-41)

Março de 1918	Ferme du Bois	<p>Novo <i>Raid</i> alemão a 14 de Março de 1918. Os alemães efetuaram um ataque com uma força a nível de batalhão, sobre Batalhão de Infantaria 34, de Santarém, no subsector II de Ferme du Bois.</p> <p>Foi efetuado um grande fogo preparatório de artilharia ao longo de toda a frente portuguesa, Fauquissart, Neuve Chapelle e Ferme du Bois, desde as 4 horas da madrugada. Às 4 h 30mn o fogo centra-se na caixa de ataque sobre o sector de Ferme du Bois, incluindo um alerta de gás. Às 5h 30mn o <i>Raid</i> tinha terminado e o inimigo expulso sem ter conseguido capturar qualquer prisioneiro⁸⁶.</p>
Março de 1918	Neuve Chapelle	<p>O Segundo <i>Raid</i> português deu-se a 19 de Março. Foi efetuado sobre as linhas alemãs a partir do sector de Neuve Chapelle.</p> <p>A força de ataque era composta pela 1ª Companhia do BI 14, de Viseu, sob o comando do Capitão Vale de Andrade, com um efetivo de 100 homens e metralhadoras, divididos em três pelotões. Em apoio deslocou-se um destacamento da 1ª Companhia de Sapadores Mineiros, para executar as explosões. No final do <i>Raid</i> a força portuguesa regressou com 5 prisioneiros alemães⁸⁷.</p>
Abril de 1918	Neuve Chapelle	<p>O Terceiro <i>Raid</i> português deu-se a 3 de Abril. Foi efetuado sobre as linhas alemãs a partir do sector de Neuve Chapelle.</p> <p>Foi realizado pela Companhia do BI 2, de Abrantes, sob o comando do Capitão Américo Olavo.</p> <p>Iniciou-se à 1 hora da manhã, numa noite escura e chuvosa. Conseguiram atingir a 2ª linha alemã, onde destruíram os abrigos aí existentes. Os alemães perante o ataque abandonaram as duas linhas de trincheiras e atacaram a "caixa" com artilharia.</p> <p>Os objetivos do <i>Raid</i> foram alcançados, mas houve 8 soldados desaparecidos e 14 feridos, 1 oficial e 13 praças⁸⁸.</p>

⁸⁶ Magno, 1921a, p.101

⁸⁷ Magno, 1921a, p.102, e Magno, 1921b, p.104

⁸⁸ Martins, 1934a, pp. 269-70

Abril de 1918	Todo o <i>Front</i>	O Exército alemão, a 9 de Abril, faz uma ofensiva geral sobre a frente de combate sob o comando do Corpo Expedicionário Português.
---------------	---------------------	--

Em Março de 1918, a Frente Ocidental apresentava uma atividade muito intensa e perante os *Raids* alemães cada vez mais fortes as tropas portuguesas respondiam igualmente em intensidade, criando uma dinâmica de ataques e respostas que no nosso sector terminou com a ofensiva geral alemã a 9 de Abril.

Durante este período encontravam-se na zona proibida a 3^a e 6^a Brigadas de Infantaria que iam suportando os sucessivos *Raids*. Mas o perigo não se cingia apenas sobre aqueles homens que se encontravam a poucas dezenas de metros das linhas alemãs, uma vez que a artilharia alemã suportada por canhões de 240mm chegava a bombardear até à distância de 30 km na retaguarda, atingindo por vezes os comandos divisionais e até o comando do CEP⁸⁹.

«...Ai! adeus, acabaram-se os dias... Já não há uma hora de sossego, desde os começos de Março. E no receio ou no preparo duma ofensiva — vão lá saber... a gente nunca sabe.... — torna-se mais densa a infantaria junto às linhas⁹⁰.»

O primeiro grande *Raid* efetuado pelos portugueses, já com o efetivo a nível de companhia, deu-se a 9 de Março de 1918 e foi comandado pelo Capitão Ribeiro de Carvalho, republicano convicto que já tinha dado provas da sua lealdade à República na defesa de Chaves em 1912 e com capacidade de comando militar demonstrada nas campanhas de África⁹¹, entre 1914 e 1916.

«Às duas da madrugada marchamos [1^a Companhia de Infantaria 21] pela trincheira para os pontos de saída. E cautelosos, em silêncio, rastejando, cortámos a terra de ninguém, até que às duas e quarenta e cinco estamos em linha a 25 metros do boche, devidamente escalonados em grupos por ordem de execução das missões. Então

⁸⁹ Malheiro, 1925, pp.22-3

⁹⁰ Cortesão, 1919, p.157

⁹¹ Dias, 1920, p.125-6

*o Capitão Ribeiro de Carvalho percorre a linha, nas barbas do boche, verificando se tudo está em ordem*⁹²...»

A sua companhia de assalto era composta por 154 homens e três metralhadoras, dividida em quatro pelotões, formada quase totalmente por praças das freguesias de Castelo Branco, que tinham a reputação de serem audazes e corajosos, e ainda uma secção de engenharia com a incumbência do transporte e emprego dos explosivos nas trincheiras inimigas⁹³.

O ataque iniciou-se com um conjunto de fogos preparatórios de artilharia que formaram a área de proteção, *a caixa*, a qual impedia que o inimigo enviasse reforços para o local de ataque, mas que também alertava e provocava a resposta da artilharia inimiga que batia a *Terra de Ninguém* aleatoriamente.

*«Às três, a artilharia pesada começa a festa. O boche mostra-se inquieto. Gasta muitos very-lights. E bate toda a terra de ninguém, ao acaso, com rajadas consecutivas de metralhadoras. E à minha frente, ali a dois passos, vejo os boches, sondando o chão, de pé no parapeito, inclinando-se desconfiados. A gente reteve o respirar, mas parecemos, tão próximos os vemos, que até as pancadas do coração eles podem ouvir." (...) "Às quatro e cinquenta e cinco a nossa artilharia de campanha rompe um fogo infernal, desarrumando a casa ao nosso Fritz, por completo. Chegou a hora. Só mais cinco minutos. Às cinco horas temos que abalar. Meu amigo, estes cinco minutos são terríveis. O boche alumia toda a frente numa profusão fantástica de projéteis iluminantes. As balas das metralhadoras silvam, batem às cegas, à nossa volta.»*⁹⁴

O *stress* dos momentos anteriores ao assalto sobre a trincheira inimiga era intenso e os cinco minutos entre o bombardeamento preparatório sobre a trincheira inimiga à sua frente e o começo do assalto representavam uma eternidade. O combate que se seguia era de morte, cara-a-cara e à baioneta.

⁹² Cortesão, 1919, p.159

⁹³ Dias, 1920, p.127

⁹⁴ Cortesão, 1919, p.160

«...a artilharia calou-se por segundos para alongar o tiro. (...) Os cento e vinte homens, ao sinal dos alferes, atiram-se ao assalto. (...) Os meus soldados, já na trincha, varrem à frente os boches à baioneta e à granada⁹⁵.»

Destruídas as trincheiras e o apoio de fogo das metralhadoras inimigas, feitos alguns prisioneiros e capturado material de guerra, a companhia do Capitão Ribeiro de Carvalho regressou completa às suas linhas com apenas 25 feridos, algo raro neste tipo de missões.

«Alguns soldados correm pelas trinchas de comunicação à linha de suporte, continuar a caça, convidam-se os boches, são e feridos, que estão dentro dos abrigos a vir conosco. — Portugal três bonne. Carne on tout de suite. Mas os boches recusam todos com pertinácia; motivo por que a engenharia faz saltar abrigos e abrigados com igual teimosia. Eu já tinha uma metralhadora e um prisioneiro (...) agarrado cada qual a um souvenir. A malta veio toda, com 25 feridos ao que me disseram⁹⁶.»

Dois dias depois, a 11 de Março de 1918, os alemães efetuam um *Raid* de resposta sobre as nossas trincheiras em retaliação.

Às quatro horas da manhã começaram a ver-se numerosos foguetes vermelhos de SOS no ar a indicar que a trincheira na zona de La Grogue estava a ser atacada. Sobre esta caía o bombardeamento preparatório alemão, acompanhado por fogo de metralhadoras. O ataque alemão caiu sobre uma companhia do Batalhão de Infantaria 11, à direita, e uma companhia do Batalhão de Infantaria 2, à esquerda.

Neste dia o comando encontrava-se nas mãos do Capitão Américo Olavo, que serenamente foi organizando a defesa e a intervenção da artilharia de apoio. Ao fim de um quarto de hora, que incluiu um alarme de gás, os alemães já tinham retirado, deixando nas nossas linhas alguns mortos e prisioneiros. Do nosso lado houve

⁹⁵ Cortesão, 1919, p.161

⁹⁶ Cortesão, 1919, p.162

igualmente mortos e feridos. Terminado o ataque a vida nas trincheiras voltou à usual monotonia e recomeçavam os trabalhos de reconstrução⁹⁷.

No entanto, a maior parte do tempo passado nas trincheiras era um tempo de espera e de desespero, com longas horas de vigília sem que nada acontecesse. É neste sentido que o Capitão Américo Olavo nos conta um encontro seu passado com António Granjo e como a desumanização da vida nas trincheiras transformava um bombardeamento num espetáculo de entretenimento.

«Ali mesmo recebi a visita de [Alferes] António Granjo que pertencia a uma companhia estabelecida à esquerda, e que em França, para onde voluntariamente tinha vindo, dava mais exemplos do seu patriotismo e da sua bravura.⁹⁸ (...) No dia seguinte apareceu o Granjo com uma novidade, que dentro em pouco nos era comunicada também. A artilharia portuguesa ia bombardear o bosque de Biez com cinco mil granadas incendiárias nessa mesma noite. Logo combinámos para depois do jantar que ele me oferecia irmos assistir ao espetáculo, para o qual tomaríamos lugar num camarote de primeira ordem, de trincheira⁹⁹.»

O Desgaste de Campanha

Fadiga Física e Moral

No relatório efetuado pelo Tenente-coronel Eugénio Carlos Mardel Ferreira, a 4 de Abril de 1918, cinco dias antes da ofensiva alemã, em resposta à Circular n.º 4 da 1ª Repartição do Quartel-general da 2ª Divisão, de 1 Abril de 1918, faz uma pormenorizada descrição da situação de cansaço físico e moral da sua brigada¹⁰⁰.

Refere que a sua Brigada, a 4ª Brigada de Infantaria, tinha passado 98 dias seguidos nas trincheiras, desde 25 de Setembro até 31 de Dezembro de 1917 e que quando passada para a retaguarda, como Reserva Divisionária, não tinha entrado em descanso, porque para além da instrução teve de fornecer numerosos contingentes para

⁹⁷ Dias, 1920, pp.133-47

⁹⁸ Olavo, 1919, p.82

⁹⁹ Olavo, 1919, pp.85-6

¹⁰⁰ Mardel, 1923, p.132

trabalhos de enterramento do cabo de comunicações telegráficas, para trabalhos de reparação de entrancheiramentos e ainda disponibilizar efetivos para guarnecer os postos na linha das aldeias.

Quando a 7 de Fevereiro de 1918 a sua Brigada entrou novamente nas trincheiras, para guarnecer o sector de Fauquissart, continuou a fornecer diariamente grupos de trabalho, entre 250 a 350 homens em média, para o serviço de enterramento do cabo de comunicações telegráficas e para auxiliar a 4ª Companhia de Sapadores Mineiros em trabalhos de reparação de entrancheiramentos em Lavantie¹⁰¹.

O cansaço físico dos soldados da 4ª Brigada de Infantaria era tão notório que o Estado-maior da 2ª Divisão acabou por determinar a suspensão do fornecimento de homens para o enterramento do cabo de comunicações telegráficas. O nível de esforço físico encontrava-se igualmente distribuído por todos, sendo um exemplo do esforço dos oficiais em manter a operacionalidade da Brigada, o atestado escrito pelo chefe dos serviços de saúde, Capitão-médico Joaquim de Assunção Ferraz Júnior, em 30 de Março de 1918, sobre o Tenente Henrique José Rebelo Branco que se recusou a sair das trincheiras. Só no 9 de Abril de 1918 quando ferido e gazeado é que foi evacuado da frente de combate.

«Em conformidade com a ordem de s. Ex.^a o comandante da Brigada devo certificar que este Sr. Oficial, devido ao excesso de trabalho que tem tido durante o corrente mês, está sendo portador duma «surménage» física, como consequência de sucessivas noites sem dormir e da comoção produzida pelo troar quase contínuo dos canhões e rebentar das granadas em torno deste (...), tendo determinado perturbações do aparelho digestivo, com intolerância gástrica, hepatite, diarreia, tenesmo, e perturbações do aparelho circulatório, notando-se um desdobramento do 1º tom no foco aórtico e supro anémico acentuado, e a ação contínua de gases¹⁰².»

Este esforço físico contínuo acentuou o desfalque de efetivos, provocando um aumento de baixas aos hospitais tanto por parte de oficiais como das praças.

¹⁰¹ Mardel, 1923, p.134

¹⁰² Mardel, 1923, p.134

Num processo de *bola de neve* em que a não substituição aumentava o esforço dos que ficavam, assistiu-se a uma redução de efetivos tão crítica que às unidades em reserva não era dada a possibilidade de descansar, ou mesmo tempo para a limpeza do material e higiene pessoal. A 4 de Abril de 1918 era evidente que a resistência física das tropas em campanha tinha sido excedida.

Havia a consciência que a falta de oficiais e sargentos diminuía a resistência das praças, porque estas sem o exemplo dos graduados e com o excesso de fadiga acumulada, entravam numa situação de prostração. O sintoma de cansaço nas tropas que ocupavam a zona de combate era notório e verificava-se que os homens apresentavam pouca vontade para as coisas mais insignificantes.

O Batalhão de Infantaria 3 apresentava desde Março de 1918 um grande número de baixas aos hospitais, cerca de 117 praças e 6 oficiais, sem contar com os oficiais que se encontravam no gozo de licença. Mas a situação ainda piorou quando foram suspensas as concessões de licenças que provocaram uma rápida deterioração do moral¹⁰³.

O Batalhão de Infantaria 8 apresentava igualmente esgotamento físico e moral por causa da longa permanência em França sem licenças, por causa da permanência nas trincheiras durante todo o inverno de 1917, dos constantes esforços empregues em trabalhos de reparação do cabo de comunicações e dos entrincheiramentos, das chamadas diárias para ocuparem os postos de reforço junto ao parapeito e na linha de apoio durante os cinco dias em que se encontravam em reserva junto à linha das aldeias¹⁰⁴.

A isto acrescentava-se a falta de conforto nos acantonamentos de descanso, como o que acontecia em La Gorgue onde a ocupação das casernas durante os períodos de descanso era feita com o dobro dos homens que a lotação estipulava. Os problemas sanitários que o Batalhão de Infantaria 8 encontrou no acantonamento eram transversais a outros acantonamentos.

O Batalhão de Infantaria 20 que era constituído em grande parte por tropas vindas quase diretamente da Campanha de Angola, em África, e que foram enviadas

¹⁰³ Mardel, 1923, p.139

¹⁰⁴ Mardel, 1923, p.139

para França sem um intervalo suficiente para recuperar do paludismo sofriam do idêntico problema de esgotamento físico e moral¹⁰⁵.

Por último, eram diagnosticadas situações de excitação nervosa, ou comoção, produzida pelos constantes bombardeamentos, dado que na época não era ainda reconhecido clinicamente o *stress de guerra*.

Os homens que iam à *revista de saúde* aumentavam de dia para dia e apresentavam um estado depauperado, cansado e estropiado, demonstrando mais a necessidade de repouso do que de hospitalização. Os que efetivamente baixavam aos hospitais apresentavam em grande número sintomas de astenia psicológica, um estado de *stress de guerra* devido à quantidade de angústias acumuladas que não conseguiam superar e que se refletia nas defesas imunológicas do organismo, criando por consequência um síndrome de fadiga crónica¹⁰⁶.

O medo também levava a que alguns soldados se dirigissem ao hospital principal em Ambleteuse, simulando queixas de dores terríveis para conseguirem fugir da frente de combate. No entanto outros que se mantinham na linha da frente acabavam por quebrar psicologicamente durante o exercício das suas funções de sentinelas. O silêncio era um fator que fazia aumentar o medo e aumentava a consciência do perigo. A consciência do perigo, que ia chegando aos poucos e conforme se começavam a aperceber dele, viam que não eram espectadores na guerra mas sim atores e que podiam ser as próximas vítimas¹⁰⁷.

O Tenente Pina de Moraes conta-nos uma de muitas destas situações quando descreveu que um soldado que ficou junto ao parapeito num turno de vigia, ao ser apanhado por um bombardeamento de morteiros proveniente da trincheira alemã, acabou por largar tudo e fugir, tendo sido encontrado no dia seguinte na linha de apoio com a roupa em farrapos, a marchar com o corpo arqueado, de olhos esgazeados, a assobiar um som idêntico ao do cair das bombas e a imitar explosões¹⁰⁸.

¹⁰⁵ Mardel, 1923, p.140

¹⁰⁶ Mardel, 1923, p.140

¹⁰⁷ Moran, 1954, p.30

¹⁰⁸ Moraes, 1921, pp. 95-8

A repercussão psicológica do esforço de guerra sobre os soldados era por vezes permanente, como nos relatou mais uma vez o Tenente Pina de Moraes ao indicar que passados meses esse mesmo infeliz soldado se mantinha perturbado:

«... rodando em torno dos barracões cobertos de pixe, fazendo deles trincheiras, assobiando como os morteiros, arrumando-se enovelado, de encontro aos tabuados e de repente escachando os braços¹⁰⁹...»

Episódios como um outro que aconteceu numa noite em que se esperava um ataque alemão quando se distribuía o suplemento de cartuchos aos soldados, um deles ele perguntou para que era aquilo e de seguida, após deitar os cartuchos para o chão fugiu, só vindo a ser encontrado três dias depois¹¹⁰, e ainda outra situação recorda que um soldado foi encontrado a manobrar uma metralhadora de olhos transtornados, executando o manejo da arma com exatidão mas sem um único cartucho no tambor, apontando para os aviões inimigos que o sobrevoava¹¹¹.

A este respeito Lord Moran no seu livro, *The Anatomy of Courage* aprofunda a questão dos efeitos psicológicos da guerra durante a Grande Guerra de 1914-1918, analisando como a imaginação ajudou uns e destruiu outros.

A apatia em que alguns homens caíam, o olhar para o vazio e o medo do inesperado foram situações que começaram a ser observadas desde 1914. Tal como aconteceu no Exército britânico os soldados portugueses também começaram a sofrer desses sintomas ao fim de algum tempo de serviço consecutivo nas trincheiras. Isto colocou nos oficiais-médicos a responsabilidade de reconhecer as situações verdadeiras, das situações de embuste para fugir ao serviço na frente de combate. Eram sintomas sem aparente mal físico sempre ligados a problemas do moral.

Para a quebra psicológica em muito contribuía a monotonia da rotina diária vivida nas trincheiras, que invadia o estado de espírito dos homens que ali se encontravam estacionados e que por ali se mantinham por tempo indeterminado.

¹⁰⁹ Moraes, 1921, p.99

¹¹⁰ Moraes, 1921, p.106

¹¹¹ Moraes, 1921, p.108

«Monotony was a form of suffering reserved for active minds, which crave food like hungry bodies¹¹².»

A monotonia foi um fator de desmoralização transversal a todos os exércitos aliados e que contribuiu para que no inverno de 1917 se verificassem em especial os grandes motins no Exército francês. A Entente deparava-se à data com uma situação generalizada de quebra do moral que necessitava de ser combatida. Estava a alastrar e a tornar um dos fatores que mais amplificava a quebra de vontade de combater e a influenciar os homens para se manterem fora das trincheiras. Este ambiente também veio a contaminar o moral do Corpo Expedicionário Português.

Por outro lado começavam a aparecer com frequência sintomas psicológicos de apatia entre as tropas portuguesas, como uma anestesia natural em relação à violência física e psicológica em que se encontravam nas trincheiras. A apatia tornou-se uma defesa para o isolamento mental, se bem que também se tornava a nível individual uma forma de defesa contra a loucura, e um fator para a destruição da força de vontade e da capacidade de combate.

Tudo o que chegava aos soldados no *Front* era comida, agasalhos e munições, não recebiam nada para se distraírem e para lhes deslocar o pensamento para longe daquele local. O Exército não criou atividades desportivas ou culturais para moralizar e distrair os homens, tendo estes ficado à mercê de iniciativas individuais ou de organizações não-governamentais como as da Cruz Vermelha.

«Aqui sufoca-se. Esta vida triste e monótona, longe de toda a emoção profunda que não seja a lembrança dos que estão longe, enche deste mal terrível e tedioso, destruidor da vontade a que aqui se chama neura¹¹³.»

Por causa dessa da monotonia os homens bebiam para fugir ao presente, ou utilizavam o humor para ajudar a ridicularizar o presente e fugir ao pensamento sobre morte. A falta de objetivos, como por exemplo a obtenção de uma licença para ir a casa,

¹¹² Moran, 1945, p.151

¹¹³ Jaime Cortesão, 1919, p.81

tornava o presente insuportável e foi também um dos fatores que contribuiu para o aparecimento de algumas das situações de insubordinação¹¹⁴.

As condições meteorológicas agressivas da Flandres também tiveram um grande efeito sobre a fadiga psicológica dos soldados portugueses, que estavam habituados ao clima ameno de Portugal continental ou ao clima tórrido das Colónias.

«Winter under these conditions has a kind of petrifying effect on the mind. There is a peculiar blunting of impressions, a strange vacancy so that everything after a time is accepted passively. Men are affected very differently»¹¹⁵.

Os dias intermináveis de inverno bloqueavam o pensamento, chegando os homens a desejar que algo acontecesse. O tédio apareceu como um sintoma da monotonia e não como a causa da fadiga psicológica. A fadiga psicológica tinha-se espalhado por todos os exércitos, convertendo-se numa doença contagiosa do espírito¹¹⁶.

Um oficial médico do 4º Batalhão do Regimento Black Watch, que esteve com o seu batalhão na frente de combate durante a ofensiva de Ypres, em 1914, referiu:

«There was a feeling of tension, a feeling of jumpiness. Not with standing the work, the men had previously sung going up to the trenches and coming back, but they gave it up; they gave up all social business, they were getting into a state of nervous exhaustion. the troops were then moved to another part of the line and the moment they were moved you would not have known them for the same battalion»¹¹⁷.

A falta de descanso derivada dos bombardeamentos constantes e cada vez mais poderosos colocava o *stress de guerra* noutra patamar.

Na guerra anterior, nas *Guerras Napoleónicas*, o combate acontecia em corpo-a-corpo e a poucas dezenas de metros podia-se estar em proteção ou a descansar. Na guerra de 1914-18, o desgaste criado por se estar constantemente na zona de combate

¹¹⁴ Moran, 1945, p.152

¹¹⁵ Moran, 1945, p.85

¹¹⁶ Moran, 1945, p.153

¹¹⁷ Moran, 1945, p.120

levou a que muitos dos homens capazes para combater chegassem a um ponto em que psicologicamente quebravam. Não existia um momento de descanso, não existia um momento de paz, não havia um local verdadeiramente seguro na zona de combate¹¹⁸.

Nas trincheiras da Flandres os homens foram consumindo a sua força de vontade numa luta contra as circunstâncias que os cercavam. Quando os bombardeamentos se tornavam mais intensos e se prolongavam, os homens deixavam de pensar no que poderia estar a acontecer aos seus companheiros e depois acabavam por deixar de pensar no que lhes estava a acontecer.

Com as explosões que os rodeavam, alguns acabavam por bloquear totalmente o pensamento e ficavam em estado de choque sem capacidade de combate. O que mais abalava os homens que se encontravam nas trincheiras era a incapacidade de controlar o perigo em que se encontravam, ficando à mercê do fogo de artilharia inimiga sem qualquer capacidade de resposta direta. Isto produzia uma sensação de indignidade na forma de morrer e mais uma vez contribuía para a destruição da força de vontade individual.

Um homem abalado colocado na retaguarda em descanso recuperava a sua capacidade de combate, mas a fadiga psicológica do *stress de guerra* que acumulava ia-lhe reduzindo a capacidade individual de combate¹¹⁹.

A força de vontade individual no campo de batalha reconhecida como coragem era o capital dos homens nas trincheiras, o qual se encontrava sempre a ser consumido durante o tempo que ali permaneciam.

O Estado-maior do Corpo Expedicionário Português devia ter entendido que o gasto do moral individual deveria ter sido pensado de forma criteriosa, para cada cêntimo que gastava do capital individual não provocasse a falência, porque uma vez esgotado esse capital, a coragem, um soldado estava acabado.

A utilização de um descanso físico efetivo, a par dos sucessos militares conseguidos nos *Raids* efetuados se bem geridos, poderiam ter sido utilizados como forma de recuperar esse capital, ou seja, a coragem ou o moral.

A questão da motivação, enquanto reconstrutor do moral e da capacidade de combate no Exército português, se bem que à data não existissem ainda estudos

¹¹⁸ Moran, 1945, p.75

¹¹⁹ Moran, 1954, p.69

científicos sobre o medo e a coragem, nem suficiente conhecimento empírico sobre motivação e disciplina não existia dentro do quadro de oficiais superiores, em parte porque o Exército português apenas estava habituado a executar campanhas militares de pequena dimensão e de curta duração, como as que efetuava nos teatros de operações em África.

O teatro de guerra na Europa era completamente diferente, encontrando-se convertido numa guerra de desgaste físico e psicológico, cujo índice quantificável da força individual e coletiva para superar os esforços exigidos, ou seja a capacidade anímica de vencer, dependia do nível do moral das tropas em combate.

Ao contrário nos teatros de guerra em África, onde se verificou essencialmente uma guerra móvel, a principal dificuldade estava no desgaste físico, que era preciso superar e nos problemas logísticos, ou seja, problemas materiais do exército e não no desgaste psicológico dos homens.

Foi um facto que os altos comandos militares portugueses não compreenderam, nem conseguiram tomar medidas para ultrapassar os pontos fracos encontrados em cada um dos teatro de guerra, cingindo o seu comando mais às exigências políticas de Lisboa do que às necessidades estratégicas ou mesmo táticas, e ainda, uma subalternização sistemática dos comandos militares portugueses às decisões militares estratégicas dos britânicos.

Licenças de Campanha

Todos os militares esperavam que se efetuasse uma substituição de tropas ao fim de um ano à semelhança do que acontecia com as forças expedicionárias que foram enviadas para África e como foi publicado no Decreto n.º 3959, de 30/03/1918, decreto que ficou conhecido com a designação francesa de *roulement*.

Na prática muitos oficiais que se encontravam em Portugal no gozo de licença de campanha aproveitaram este decreto para obter a sua desmobilização, o que acabaram por conseguir, sem que o governo garantisse as substituições necessárias em campanha¹²⁰.

¹²⁰ Martins, 1934a, p.178

Este facilitismo governamental agravou em muito o moral do CEP reforçado negativamente pela tomada de conhecimento de notícias publicadas em Fevereiro de 1918, em Lisboa.

«Nenhum outro exército, a não ser o nosso, inflige aos seus soldados o suplício intraduzível de lhes dizer que estão ali para sempre até que um tiro, um estilhaço ou uma tuberculose os tire dessa guerra, cuja duração ninguém pode prever¹²¹.»

A redução de efetivos foi tão elevada que levou ao esgotamento dos depósitos das diferentes armas. Isto obrigou à execução de uma contínua transferência de oficiais e praças entre unidades para manter o equilíbrio de efetivos, mas teve uma consequência extremamente grave para a manutenção do *espírito de corpo*. Se a grande falta de oficiais se devia às licenças de campanha, a falta de praças tinha como principal razão as baixas ao hospital apenas porque eram diminutas as licenças de campanha que lhes eram concedidas.

Outra situação que gerava revolta era a possibilidade dos oficiais conseguirem ir a Portugal de comboio para o gozo da sua licença de campanha e as praças estarem impedidas desta facilidade. Isto encurtava substancialmente o tempo de viagem, em alternativa ao transporte naval que não só era mais demorado mas também mais perigoso. Acrescia que a possibilidade de utilização de transporte naval dependia da disponibilidade dos dois únicos transportes regulares que acostavam em Cherburgo ou Brest, o “NRP Pedro Nunes” e o “NRP Gil Eanes”.

Um exemplo documentado da utilização alternativa do comboio como transporte, encontra-se no relato que o Alferes Humberto de Almeida, Batalhão de Infantaria 7, nos conta sobre a sua viagem entre Bethune e Portugal.

De Bethune partiu em direção a Paris, passou pelas estações de St. Paul, Abreville e Amiens, e descreveu que ao longo do trajeto viu inúmeros comboios militares que no caminho se foram cruzando com ele. De Amiens seguiu até à Gare du Nord, em Paris, onde pernitoiu.

¹²¹ (Martins, 1934a, p. 298)

No dia seguinte tomou um outro comboio na Gare de Orsay, em Paris, que o levou até Espanha. Esse comboio levou toda a noite até chegar a Bayonne onde parou por momentos. Depois seguiu por Biarritz e pela tarde chegou a Hendaia, última estação de comboio em França. Aqui o Alferes Humberto de Almeida teve de tirar a farda e vestir-se à civil, por causa da *neuralidad de nuestros hermanos*. Estava proibida a passagem de comboios militares portugueses por território espanhol, assim como de militares portugueses, o que levava a que estas viagens fossem semiclandestina.

O comboio seguiu para Irun, já em Espanha, passou por San Sebastian, Medina e chegou a Salamanca, onde parou por algum tempo e depois entrou em Portugal por Vilar Formoso. Já em Portugal seguiu o trajeto Vilar Formoso, Entroncamento, Leiria. Em quatro dias era possível vir da Flandres até casa de comboio, mas esta possibilidade estava muito restringida pela neutralidade de Espanha¹²².

As estatísticas revelam que dos 1.912 oficiais com licença de campanha concedidas, 822 não regressaram a França e dos 25 oficiais chamados a Portugal, 17 não regressaram. Em contrapartida as 519 praças que obtiveram licença de campanha praticamente todas regressaram findo o período de licença¹²³.

Estes números levaram à necessidade de criar França uma Escola Preparatória de Oficiais Milicianos, para colmatar a falta de oficiais nos batalhões de infantaria. Assim foram recrutados como seus alunos as praças do CEP que apresentavam condição de cultura geral suficientes, tendo sido conseguida a reposição de 78 alferes de infantaria¹²⁴.

As Insubordinações no CEP

Logo com as primeiras licenças concedidas às praças, finda a instrução em Tancos, começam a surgir as primeiras situações de deserção com fuga para Espanha.

Associada à ideia de recusa de combater em França e com a iminência da intervenção começaram a aumentar as dificuldades de mobilização de novos mancebos, não só pelo aumento de situações de suborno junto das Juntas Médicas de incorporação,

¹²² Almeida, 1919, pp. 83-92

¹²³ Martins, 1934a, p.298

¹²⁴ Martins, 1934a, p.299

mas também pelo aumento de fugas para Espanha que foi um país neutro durante o conflito¹²⁵.

A acrescentar às lacunas existentes no processo de instrução militar, à inexistência de uma cultura militarista entre a classe de oficiais e à inexperiência militar dos oficiais milicianos, a propaganda anti-intervencionista dentro das unidades do exército, chegou a níveis que provocaram a desmoralização coletiva dos oficiais e praças.

O nível do moral individual dos militares em Portugal era tão baixo que a licença de oito dias que lhes era facultada antes do embarque para França, era apelidada de *Licença Funerária*¹²⁶.

Neste contexto verificaram-se as seguintes insubordinações, relacionadas com a recusa de combater em França:

Quadro 6 - Insubordinações 1916 e 1917

Mês	Local	Ação
Junho de 1916	Covilhã	Em Junho de 1916, na Covilhã, houve uma insubordinação grave que aconteceu no Regimento n.º 21, da Covilhã, que por volta de Junho de 1916, levou, nos termos do Regulamento Disciplinar, ao envio compulsivo de 342 praças, incluindo 8 sargentos, de castigo para África ¹²⁷ .
Dezembro de 1916	Tomar	Em Dezembro de 1916, em Tomar, houve no dia 13 um motim conduzido por Machado Santos, herói da Rotunda de 1910, que fez atrasar o embarque do Corpo Expedicionário Português para França e originou a substituição dos oficiais implicados no levantamento ¹²⁸ . Em consequência o CEP perdeu três comandantes de Brigada e dois Coronéis que passaram à reserva ¹²⁹ .

¹²⁵ Marques, 2008, p.34

¹²⁶ Marques, 2008, p.47

¹²⁷ Martins, 1934b, p.152

¹²⁸ Afonso, 2010, p.288

¹²⁹ Henriques, 2001, p.12 e Fraga, 2003, p.19-20

Janeiro de 1917	Leiria	Em Janeiro de 1917, em Leira, deu-se uma insubordinação quando as tropas do Batalhão de Infantaria n.º 7, de Leiria, tentaram dificultar o embarcar no comboio que os iria levar até Lisboa e tentaram não embarcar no cais de Alcântara, mas os próprios oficiais conseguiram controlar e ultrapassar as situações ¹³⁰ .
Janeiro de 1917	Santarém	Também em Janeiro de 1917, em Santarém, deu-se um motim quando os oficiais do Batalhão de Infantaria n.º 34, de Santarém, se recusaram a embarque no comboio para Lisboa, o que levou à detenção e presídio destes. O perigo de propagar a desmotivação e a indisciplina a outras unidades militares levou à decisão de não enviar este Batalhão para França ¹³¹ .
Julho de 1917	Penafiel	Em Julho de 1917, em Penafiel, houve no primeiro dia do mês um motim grave de resistência à ordem de marcha, quando o Batalhão de Infantaria 32, de Penafiel, se recusou a apresentar no Quartel de modo a boicotar o transporte para Lisboa. Esta situação só foi controlada 13 dias depois e com a intervenção da Guarda Nacional Republicana ¹³² .
Julho de 1917	Lisboa	Ainda em Julho de 1917, em Lisboa, aconteceram outros motins mesmo dentro do Cais de embarque, em Alcântara, como no caso da insubordinação das praças do Batalhão de Infantaria 9, de Lamego, que se recusaram a embarcar nos navios aproveitando a incapacidade de comando dos seus oficiais ¹³³ .
Dezembro de 1917	Lisboa	Em Dezembro de 1917, em Lisboa, o Batalhão de Infantaria 33, de Lagos, que se mantinha na Capital a aguardar o embarque para França desde o final de Novembro, situação provocada pela espera do transporte "NRP Pedro Nunes" que se demorava em Brest, envolveu-se no movimento revolucionário de Sidónio Pais, a 5 de Dezembro, auxiliando o derrube do Governo, também em parte como recusa à partida para França.

¹³⁰ Henriques, 2001, p.12

¹³¹ Marques, 2008, p.45

¹³² Marques, 2008, pp. 418-29

¹³³ Marques, 2008, p.49

Em particular a revolta de Tomar foi um rude golpe contra a intervenção de tropas portuguesas no teatro de guerra em França e simultaneamente o mais rude golpe sobre a organização e moral do CEP, por ter acontecido nas vésperas do embarque, por ter provocado a substituição de altas patentes, por ter corroído a crença dos expedicionários na necessidade da intervenção e por ter fraturado a coesão do grupo¹³⁴.

O processo de transporte de tropas para França acabou por ser sempre problemático, tendo ocorrido diversos casos de recusa de embarque nos comboios de transporte da província para Lisboa e de recusa de embarque nos navios em Lisboa para França. A isto acrescentaram-se casos de deserção de praças e oficiais, durante o período de marcha para Lisboa e mesmo já durante o período de tempo em que aguardavam o embarque para França nos quartéis de capital¹³⁵.

Em França as situações de insubordinação começaram alguns meses após a chegada, pela falta de rotatividade das tropas entre a frente e a retaguarda, a forma como eram concedidas as licenças, pela própria indisciplina dos oficiais e pela forma discriminatória como era aplicado o Código de Justiça Militar.

«Da Inglaterra, dos ingleses, dizem as piores coisas, e pelas horas calmas, para divertimento, na presença das ordenanças e quantos outros soldados, cantam à guitarra, inseparável de portugueses, fados do cavanço em que são achincalhados mesmo os mais altos comandos¹³⁶.»

Em meados de Agosto de 1917 chegou ao Quartel-general da 2ª Divisão a informação que existiu uma situação de insubordinação na 4ª Brigada de Infantaria, por motivo de descontentamento quando se dirigia para treino no sector de Fleurbaix, mas esta não veio a ter qualquer expressão prática¹³⁷.

¹³⁴ PT/AHM/D1/S35/CX 1294, Relatório do Comando do CEP - 21/02/1917 a 24/08/1918.

¹³⁵ Marques, 2008, p. 45

¹³⁶ Olavo, 1919, pp.93-3

¹³⁷ Registado pelo General Simas Machado, no prefácio da monografia de Eugénio Mardel, 1923, p.17, indica também que não passou de rumores. No entanto é de frisar que esta Brigada suportou um dos maiores períodos de continuidade na 1ª Linha e que quando esteve de “descanso” passou por um período intenso de treino, que não permitiu a recuperação física das tropas.

Em Outono de 1917, Cunha Leal, então recentemente chegado ao sector português da Flandres, relatou ter ouvido o famoso *fado do avanço* cantado às escondidas pelos soldados do CEP. Entenda-se a pomposidade da designação de Corpo Expedicionário Português, como imitação de BEF, British Expeditionary Force, cuja sigla CEP os espirituosos soldados de Lisboa traduziam por *Carneiros de Exportação Portuguesa*.

«Nesta vida de Avanço
A cava, como se vê,
Se os boches dão um avanço
Cava todo o C.E.P.¹³⁸»

A aplicação do Código de Justiça Militar através dos Tribunais de Guerra, conduziu, entre 1917 e 1918, a 352 punições a nível das praças e a 165 punições a nível dos oficiais. Na classe das praças 82% dos registos referiam-se a punições por deserção, se bem que parte delas se reportem a ausências sem licença e não a fuga. Na classe de oficiais, destacando o posto de Alferes dos restantes postos, verificou-se que 62% dos registos de punições a oficiais, 102 pertencem a Alferes e 63 às outras patentes.

Tomada como referência a data de 9 de Abril de 1918, apenas 21 Alferes tinham sido punidos disciplinarmente antes desta data, demonstrando um aumento de indisciplina. Refira-se que apenas uma das punições a Alferes foi por cobardia e somente nove foram por ausência sem licença¹³⁹.

A situação mais marcante da aplicação do Código de Justiça Militar deu-se a 16 de Setembro de 1917, quando foi executado o soldado João Augusto Ferreira de Almeida, n.º 505, *chauffeur* do Batalhão de Infantaria 23, por tentativa de passar para o inimigo¹⁴⁰.

Chegados a 1918, o Corpo Expedicionário Português encontrava-se completamente desmoralizado, mas o desfecho da ação e o comportamento das tropas portuguesas em La Lys não pode ser imputável somente às condições físicas e

¹³⁸ Leal, 1926, p.58

¹³⁹ Fraga, 2003, pp.87

¹⁴⁰ Neves, 1984, p.3

psicológicas em que se encontravam, mas em grande parte à força ofensiva alemã empregue no ataque.

A capacidade de combater ou a propensão para a fuga, em 9 Abril de 1918, dependeu mais do moral individual do que dependeu da capacidade de liderança dos oficiais, mais uma vez dada a violência e a desproporção das forças ofensivas.

O sentido de dever e a capacidade individual de luta pela sobrevivência levou a que uns lutassem até morrer, outros lutaram até serem aprisionados e ainda que outros fugissem, não existindo estoicismo ou cobardia em cada situação mas sim um nível individual de coragem esgotado ou não.

Acresceu à situação provocada pela falha na gestão dos homens, os danos psicológicos derivados de um longo período passado nas trincheiras, a falta de descanso fora da zona de combate, o rigor do Inverno de 1917 e o aumento progressivo da intensidade dos ataques alemães.

Para além destes fatores que em muito influenciaram o aparecimento as insubordinações no CEP em França, Outros fatores estiveram diretamente ligados com o conhecimento de revoltas e motins que aconteceram no exército inglês e francês, como o motim que aconteceu no campo de treino inglês de Etaples, que durou desde 9 a 12 de Setembro de 1917 por causa das condições atrozes que eram infligidas durante a instrução militar aos novos recrutas e veteranos de guerra.

As repercussões das revoltas que aconteceram no Exército francês em 1917, com situações em que as praças se batiam entre si e maltratavam oficiais, ou o motim que levou algumas unidades a decidirem marchar sobre Paris, para derrubar o governo e proclamar a paz. Tudo isto influenciou o comportamento dos expedicionários portugueses.

É importante referir que o Exército francês apresentava um nível de desmoralização geral em 1917, muito influenciado pela propaganda antiguerra feita pelos pacifistas, socialistas, anarquistas e pela contrapropaganda alemã. Porém da análise da localização onde se deram as principais revoltas revela que o desgaste derivado do prolongado tempo na *zona de combate* e o descrédito nos oficiais teve um papel importante na sua eclosão. Neste ponto existiu uma coincidência com as razões dos motins portugueses, tempo prolongado na *zona de combate* e descrédito nos oficiais.

A quantidade de amotinados no Exército francês tomou proporções críticas, tendo totalizado cerca de 40.000 homens até ao final da guerra. Parte destes amotinados foram vigorosamente reprimidos com a pena de morte, tendo sido executados 528 fuzilamentos sem contar com os militares que foram enviados em missões sem regresso, método que muitos oficiais utilizaram para se livrarem de elementos prejudiciais à disciplina.

Foi Pétain que controlou estes motins ao tomar duas medidas, por um lado o uso de *mão de ferro* para sanar as revoltas, prendendo e fuzilando os cabecilhas dos motins e por outro lado acedendo às reivindicações gerais dos militares, quando decidiu colocar o Exército francês na defensiva até à chegada dos Americanos¹⁴¹.

Assim, por todos os fatores externos e internos ao CEP anteriormente indicados, a deterioração do moral das tropas portuguesas em França e o aparecimento de insubordinações ou motins, foram de certo modo incontornáveis e fruto das próprias circunstâncias da guerra. A ofensiva alemã da Primavera de 1918 foi o acontecimento que fez desencadear os motins portugueses.

Durante o ano de 1918 contabilizaram-se 18 revoltas e 6 tentativas de revolta, com mais ou menos gravidade, tanto na Arma de Infantaria como na Arma de Artilharia.

As revoltas que eclodem no período de Março a Maio foram características de uma recusa generalizada de combater e foram simultaneamente resultado do cansaço físico e psicológico a que os militares estacionados na *zona de combate* estiveram sujeitos durante o inverno. Refletiam ainda o ambiente geral no *Front* e, em particular, a influência da atitude do Exército francês em se recusar em combater.

¹⁴¹ Ferro, 1969, pp. 231-4

Dos vários motins que aconteceram nas unidades do CEP e do CAP destacamos os seguintes:

Quadro 7 - Insubordinações 1918, de Março a Julho

Mês	Local	Ação
Fevereiro de 1918	Flandres	Em Fevereiro de 1918, uma praça do Batalhão de Infantaria 35, Santarém, recusou-se a executar treino físico em conjunto com a sua companhia. A ação dos oficiais conteve a insubordinação da Companhia, tendo a praça sido detida no final do exercício físico da Companhia. No entanto, terminado o exercício, algumas praças lançaram granadas de mão sobre o local onde se encontravam os oficiais, tendo sido detidos 21 revoltosos ¹⁴² .
Março de 1918	Flandres	Em 17 de Março de 1918, Flandres, teve lugar um motim, quando praças do Batalhão de Infantaria 13, Vila Real, se recusam a ir para a 1ª Linha, alegando fadiga física. A situação foi sanada internamente ¹⁴³ .
Abril de 1918	Ferme du Bois	Em 4 de Abril de 1918, Ferme du Bois, deu-se um conjunto de 5 motins, todos interligados, tornando-se uma das situações mais graves de indisciplina no CEP. Nestes estiveram implicadas seguintes unidades: Batalhão de Infantaria 24, de Aveiro; Batalhão de Infantaria 7, de Leiria; e, Batalhão de Infantaria 23, de Coimbra. A gravidade da insubordinação do BI 7 obrigou à transferência de praças para o Depósito Disciplinar 1 e à eliminação do número deste batalhão ¹⁴⁴ .

¹⁴² Fraga, 2003, pp.23-4. O relatório do General Tamagnini de Abreu e Silva PT/AHM/D1/S35/1245-565, não faz referência exata À data do acontecimento. É Fraga que a enquadra cronologicamente, considerando-se nesta investigação a data de finais de Fevereiro de 1918 como o mais provável, tanto mais que os motins registados noutros batalhões têm em Março.

¹⁴³ Marques, 2008, p.309

¹⁴⁴ Magno, 1921a, p. 105

Abril de 1918	Horsham (Inglaterra)	Em 23 de Abril de 1918, em Horsham na Inglaterra, o Corpo de Artilharia Pesada (CAP) amotinou-se durante 6 dias e recusa-se a fazer os exercícios de instrução com o material bélico disponibilizado, na Escola de Artilharia de Horsham (Inglaterra). Para terminar com a situação os ingleses reenviaram estes militares para França e integram-nos no CEP. Estes homens foram reforçar o número de revoltosos que se encontravam em França ¹⁴⁵ .
Julho de 1918	Stembecque	Em 21 de Julho de 1918, Stembecque, o Tenente-coronel José Martins Caiado de Sousa assumiu o comando do Batalhão de Infantaria n.º12, da Guarda, quando de imediato foi surpreendido com a insubordinação da unidade. Esta era uma situação que se vinha a preparar e que não esteve ligado à pessoa do novo comandante, mas sim à situação moral de todo o CEP. No entanto, é de referir que não foi uma revolta dos seus oficiais e praças mas sim dos homens que tinham sido transferidos de outras Unidades e do Depósito Disciplinar. Não houve mais condições para operacionalizar esta unidade, tendo sido transferida a 23 de Julho para Isbergues ¹⁴⁶ .

A revolta de 4 de Abril de 1918, em Ferme du Bois, requer uma referência mais extensa já que engloba cinco motins, todos interligados, tornando-se uma das situações mais graves de indisciplina no CEP.

Implicadas nesta revolta estiveram as praças do Batalhão de Infantaria 24, de Aveiro, que se recusaram deslocar para a linha da frente e a obedecer às instruções para carregarem o respetivo material militar. Esta situação apresentou uma elevada gravidade tanto mais que as praças se apresentavam em ato de desobediência coletiva. Só depois de uma longa ação coerciva é que estes se deslocaram para a linha da frente.

No final do dia 4 de Abril, quando a 2ª Brigada de Infantaria ia substituir a 3ª Brigada de Infantaria que se encontrava na linha da frente, um dos seus batalhões revoltou-se, o Batalhão de Infantaria 7, de Leiria, que se recusou a avançar e se

¹⁴⁵ Marques, 2008, p.308-17

¹⁴⁶ Magno, 1921a, p.98

dispersou aos tiros, conseguindo instigar algumas praças de um outro batalhão da 2ª Brigada, o Batalhão de Infantaria 23, de Coimbra.

É de acrescentar que o Batalhão de reserva desta 2ª Brigada de Infantaria era o Batalhão de Infantaria 24, de Aveiro, que se tinha revoltado no início desse mesmo dia.

Pela primeira vez o comandante do CEP, General Fernando Tamagnini de Abreu e Silva, foi obrigado a revogar uma ordem sua de rendição de tropas na frente, dada a impossibilidade de substituir a 3ª Brigada.

Na manhã seguinte, 5 de Abril, quando já se fazia regressar ao acantonamento, o Batalhão de Infantaria 7, de Leiria, este voltou a revoltar-se e fugiu para uma localidade próxima, Bouzigham, onde se entrincheiraram.

Perante esta grave situação, o General Fernando Tamagnini ordenou o cerco da povoação pelos batalhões de infantaria 21 e 22, respetivamente da Covilhã e de Portalegre, e solicitou duas peças de artilharia aos ingleses para bombardear os revoltosos, de modo a acabar com a situação. Horas depois, mas antes de a artilharia chegar, os cerca de 500 revoltosos, praças e oficiais renderam-se. Estes revoltosos foram transferidos para o Depósito Disciplinar e os cabecilhas da revolta foram condenados, mas do ponto de vista dos revoltosos estes venceram porque conseguiram o seu objetivo, o não serem colocados na linha da frente¹⁴⁷.

Analisando o sucedido, a revolta da 2ª Brigada de Infantaria, e principalmente do Batalhão de Infantaria 7, foi o resultado da desmoralização em que o CEP se encontrava e provocada pela falta dos oficiais que se mantinham de licença prolongada e nunca mais voltavam a França. Isto levou a que o comando das unidades depois de Abril fosse sistematicamente exercido de forma interina, existindo batalhões a serem comandados por capitães, companhias por tenentes e alferes.

Os soldados estavam convictos que Portugal não enviaria mais oficiais ou praças porque simplesmente o governo de Sidónio Pais não o queria fazer. Sentiam-se abandonados e exilados na Flandres. Por cada canto do *Front* corriam expressões como:

«Portugal, rapazes, declarou a guerra à Alemanha mais ao CEP», e «A Alemanha declarou guerra a Portugal inteiro e não apenas ao CEP».

¹⁴⁷ Marques, 2008, pp. 309-11

A esta desmoralização das tropas juntava-se a falta de apoio moral por parte de muitos oficiais aos seus soldados, a que se juntava a incapacidade de uns, o péssimo moral de outros e a atmosfera política negativa do governo de Sidónio Pais contra a guerra na Flandres¹⁴⁸.

A partir de Setembro de 1918 as revoltas que eclodem no CEP apresentavam outra motivação. Eram resultado da atitude do comando britânico ao ter colocado as unidades militares portuguesas a efetuarem trabalhos de construção e manutenção de trincheiras para as tropas inglesas, colocando-as ao nível das companhias de trabalho indianas e chinesas, as *Labour Companies*, contratadas como auxiliares do Exército inglês.

Mas a razão da recusa de combater manteve-se até ao final da guerra e voltou a estar evidente quando começaram a ser enviadas praças para uma nova ação de instrução com o intuito de preparar unidades para serem enviadas para a frente de combate.

Nas revoltas finais o fator de solidariedade entre camaradas e de lealdade para com o Batalhão passou a ser o principal catalisador e as reivindicações passaram a centrar-se em pedidos como justiça na distribuição de licenças e na obrigação do regresso dos seus oficiais a França.

Após a Batalha de La Lys foi evidente a desagregação do CEP e a falta de motivação do Quartel-General em reorganizar as tropas para participar na nova fase de guerra de movimento. A situação tornou-se tão grave que as praças preferiam o castigo prisional de detenção no Depósito Disciplinar 1 à liberdade na frente de combate.

O Tenente-coronel Maia Pinto referiu que após a ofensiva alemã de Abril 1918 o CEP apenas conseguiu reconstruir uma pequena força de combate, ao nível de batalhão, com elementos retirados de antigas unidades de infantaria que ficaram sob o comando de Hélder Armando dos Santos Ribeiro. Mas se os batalhões de infantaria do CEP perderam a vontade e a capacidade de combate, o mesmo não sucedeu às tropas que integravam o CAP (artilharia) e os serviços de Engenharia que continuaram integradas e

¹⁴⁸ Casimiro, 1920, pp.20-1 e p.34

a combater em unidades francesas ou britânicas até à data do Armistício, 11 de Novembro de 1918.

A organização dos novos batalhões de infantaria, a partir de então denominados Batalhões de Assalto, levou a que os seus efetivos fossem treinados de acordo com as necessidades da guerra móvel. A reconstrução destes batalhões foi resultado do esforço de um grupo de oficiais: tenentes, capitães e majores que das suas relações e do seu prestígio pessoal conseguiram colocar algumas unidades portuguesas na frente de combate.

No entanto em Setembro de 1918 a desmoralização e a indisciplina era tão elevada¹⁴⁹ que mais de 50% dos nove Batalhões de Assalto, proposto pelo General Garcia Rosado ao General Birdwood, da Força Expedicionária Britânica, em 20 de Setembro de 1918, vieram a insubordinar-se¹⁵⁰.

O esforço do General Garcia Rosado para pôr cobro à indisciplina teve o apoio de figuras importantes que se encontravam em França, como Bernardo de Faria, D. José de Serpa, Helder Ribeiro e Ferreira do Amaral. Foi reconhecido que a indisciplina era fruto fatal do sistema de licenças e de concessões extraordinárias de licenças, que roubaram aos batalhões a quase totalidade dos oficiais que tinham acompanhado os homens para a frente de combate¹⁵¹.

Apesar do pedido de um reforço de 5.000 homens por mês, efetuado em 5 de Setembro pelo General Garcia Rosado, e de já não haver por parte dos nossos aliados o menor obstáculo ao envio de reforços de Portugal para França, não chegaram mais reforços de Lisboa.

Em 29 de Setembro de 1918 em Chocques na França, o Batalhão de Infantaria 12, da Guarda, revoltou-se por solidariedade quando soube que algumas das suas praças iriam ser enviados para o Depósito Disciplinar 1 por ato coletivo de insubordinação. Também entre as praças do Batalhão de Infantaria 12 e as praças do Batalhão de Infantaria 35 houve troca de informação sobre o que se estava a passar e quando o comandante do Batalhão de Infantaria 12, da Guarda, pediu auxílio ao comandante do Batalhão de Infantaria 35, de Coimbra, para acabar com a revolta, as praças do 35

¹⁴⁹ Fraga, 2006, p.73

¹⁵⁰ Marques, 2008, pp.311-13 e em Fraga, 2003, p.58

¹⁵¹ Casimiro, 1919, p.111

também se revoltaram em solidariedade com as praças do 12. No entanto a revolta no Batalhão de Infantaria 35 foi contida prontamente pelos seus próprios oficiais.

A revolta do Batalhão de Infantaria 12, da Guarda, foi muito grave porque as praças se entrincheiraram no acampamento armados com metralhadoras. Durante 12 dias, findos os quais parte dos amotinados foram enviados para o Depósito Disciplinar 1 e parte para as unidades inglesas de trabalho, as *Labour Companies*, com a finalidade de reforçarem as unidades auxiliares de manutenções às estruturas defensivas¹⁵².

Quadro 8 - Insubordinações 1918, de Setembro a Outubro

Mês	Local	Ação
Setembro de 1918	Chocques	Em 29 de Setembro de 1918, Chocques em França, dá-se o motim do Batalhão de Infantaria 12, da Guarda, por solidariedade ao saber que alguns elementos iam ser enviados para o Depósito Disciplinar 1, por atos de coletivos de insubordinação. ¹⁵³ Originou a detenção de 51 praças ¹⁵⁴ .
Outubro de 1918	Paradis	Em 6 de Outubro de 1918, em Paradis na França, o Batalhão de Infantaria n.º 23, que se encontrava acantonado em Paradis, amotinou-se na sequência de boatos sobre uma partida para a frente de combate e o número de baixas que estavam os aliados a sofrer nesse sector. Os cabecilhas da revolta usaram lançamento de granadas, tiros e palavras de ordem, para incentivar a amotinação do Batalhão. Entre as palavras de ordem destacam-se “Estamos fartos de guerra e temos direito a ver as nossas famílias” e “Se o CEP todo fosse para a frente iriam também”. Os revoltosos preferiram ser enviados para o Depósito Disciplinar 1 do que serem enviados para a frente de combate. O motim terminou com o envio dos militares que voluntariamente quiseram ser enviados para o Depósito Disciplinar 1. ¹⁵⁵ Originou a detenção de 86 praças ¹⁵⁶ .

¹⁵² Marques, 2008, pp.311-13 e em Fraga, 2003, pp.46-9

¹⁵³ Marques, 2008, pp.311-13 e em Fraga, 2003, pp.46-9

¹⁵⁴ Fraga, 2003, p.58

¹⁵⁵ Marques, 2008, pp.313-15 e em Fraga (2003), pp.49-51

¹⁵⁶ Fraga, 2003, p.58

Mês	Local	Ação
Outubro de 1918	Le Cornet Malo	Em 11 de Outubro de 1918, em local não identificado, O Batalhão de Infantaria 24, que tinha sido agrupado com o BI 11/17, para a formação do VI Batalhão de Infantaria teve uma insubordinação coletiva de pelo menos 27 praças ¹⁵⁷ .
Outubro de 1918	Croix Marmuse	Em 15 de Outubro de 1918, em Croix Marmuse, o Batalhão de Infantaria 11/17, à data identificado como VI Batalhão de Infantaria, revoltou-se, primeiro de forma passiva não obedecendo às ordens de formatura, depois com o assalto às arrecadações de armamento e roubaram armas, munições, incluindo metralhadoras e entrincheiraram-se no aquartelamento. Os amotinados foram cercados por forças do Batalhão de Infantaria n.º 23, à data também designado IV Batalhão de Infantaria, e reprimidos de forma muito violenta, que incluiu tiro de metralhadora, tendo havido mortos, feridos, presos e desertores. A revolta durou 5 dias ¹⁵⁸ .

A revolta de 15 de Outubro de 1918, em Croix Marmuse, também requer uma referência mais extensa já que foi reprimida com uma violência extrema e porque acabou com o ciclo de revoltas no Corpo Expedicionário Português.

O Batalhão de Infantaria VI, que era composto pelas tropas do Batalhão de Infantaria 11 e pelos restos dos efetivos do Batalhão de Infantaria 17 e ainda por praças enviadas de outros batalhões de infantaria. O processo de reorganização deste batalhão de infantaria foi sempre muito complicado, porque desde que esteve acantonado em Halinghem, logo após a La Lys, recebeu os elementos do Batalhão de Infantaria 17 até que passou para Ambleteuse, onde em Junho foi reforçado com os piores elementos de outros batalhões¹⁵⁹.

Em Setembro a unidade foi deslocada para Croix Marmuse, perto do Bosque Pacaut, quando passou a ser formalmente identificada como VI Batalhão de Infantaria e iniciou uma nova preparação militar para adaptação à guerra de movimento a fim de serem enviados para a frente de combate.

¹⁵⁷ Fraga, 2003, pp. 58-9

¹⁵⁸ Fraga, 2003, pp. 53-9

¹⁵⁹ Magno, 1921, p.93

Foram os elementos provenientes dos outros batalhões que incitaram a revolta, primeiro de forma passiva não obedecendo às ordens de formatura, depois com o assalto às arrecadações de armamento onde roubaram armas, munições, incluindo metralhadoras e se entrincheiraram no aquartelamento. Os amotinados foram cercados por forças do Batalhão de Infantaria 23, à data já designado como IV Batalhão de Infantaria, tendo sido reprimidos de forma muito violenta que incluiu fogo de metralhadora, provocando mortos, feridos, presos e deserções. O culminar de todos estes atos que ocorreram no Bosque de Pacaut, marcaram para sempre na História militar portuguesa. Augusto Casimiro batizou este ato como os *Fuzilados do Bosque de Pacaut*¹⁶⁰.

A 19 de Outubro o General Garcia Rosado voltou a comunicar a situação a Lisboa, onde fez referência aos anteriores e sucessivos telegramas que tinha enviado a alertar para a necessidade imediata de rendição das forças do CEP e que mantê-las em França estava a dar lugar às situações de insubordinação coletiva e individuais verificadas, além de estar a criar graves embaraços à ação do Comando do CEP e a colocar Portugal numa situação diplomaticamente difícil.

Nesse mesmo telegrama informou Lisboa que todos os casos de indisciplina tinham tido a mesma causa: a falta de reforços que permitissem a rendição das forças e que impossibilitassem conceder licenças às praças e explicou que não tinha encontrado outra saída que optar pela força e pela repressão com violência sobre os indisciplinados, como forma de modificar o comportamento dos batalhões que ainda não se encontravam incorporados em Brigadas Britânicas¹⁶¹.

Com o abandono das medidas repressivas leves utilizadas anteriormente, mesmo que acompanhadas de admoestações e prisões, a tomada de medidas extremas como utilização de fogo letal sobre os insurretos para reprimir as revoltas coletivas, alterou de vez a vontade de agir dos revoltosos, não se tendo verificado mais motins até ao Armistício¹⁶².

¹⁶⁰ Casimiro, 1919, p. 326

¹⁶¹ Casimiro, 1919, pp. 112-114

¹⁶² Fraga, 2003, pp.53-9

Os Motins nas Tropas Britânicas

O Exército Português já tinha tido uma experiência de contacto com a disciplina existente no Exército inglês, 100 anos antes, em 1814, durante a Guerra Peninsular.

Este tinha um controlo cruel e brutal em que os soldados cumpriam as suas missões, mais por medo do chicote do que da morte, tanto mais que na altura Wellington considerava que os homens que dispunha, portugueses ou ingleses, eram a maior escumalha que existia na terra.

Entre o período napoleónico e a Grande Guerra, o Exército inglês não alterou em muito a sua cultura disciplinar, no entanto, existiu uma alteração nos métodos de instrução na Grande Guerra com a introdução de uma doutrinação dos recrutas que incutia a ideia de vingança perante as atrocidades cometidas pelos alemães sobre os civis na Bélgica, pelo emprego de gás no campo de batalha, pela violação de mulheres belgas e francesas e pelo assassinato da enfermeira Cavell¹⁶³.

Para conduzir os seus homens para a matança o Exército inglês formava oficiais com o espírito de polícias de combate, uma espécie de NKVD da União Soviética da 2ª Guerra Mundial, que obrigavam os homens a avançar sobre o inimigo, refira-se sem qualquer sentido tático, e que matavam os sobreviventes que retiravam. As praças inglesas ficavam literalmente entre dois fogos ao enfrentarem as armas dos seus oficiais que os obrigavam a avançar para o inimigo. Esta situação levou gradualmente ao aumento do fosso entre os oficiais e as praças, à medida que os oficiais para comandar os homens iam morrendo e cada vez mais eram utilizados oficiais para perseguir os homens¹⁶⁴.

Ao longo da Grande Guerra a situação disciplinar no Exército britânico agravou-se, refletindo-se nos números oficiais sobre condenações por atos de indisciplina¹⁶⁵:

- Fuzilamentos por deserção: 266 praças e 2 oficiais
- Fuzilamentos por cobardia: 18 praças
- Fuzilamentos por desobediência: 5 praças

¹⁶³ Crozier, 1930, p. 42

¹⁶⁴ Crozier, 1930, p. 109

¹⁶⁵ Lamb, p.7, *Mutinies*, in <http://www.prole.info/pamphlets/mutinieswwi.pdf>

- Fuzilamentos por dormir no posto: 2 praças
- Fuzilamentos por abandono do posto: 7 soldados
- Fuzilamentos por violência: 6 praças

Foram ainda decretadas outras sentenças de fuzilamento no exército inglês, mas que foram posteriormente comutadas noutras penas.

Houve um incremento das sentenças de morte desde 1916: de cerca de 60 em 1916, 221 em 1917, para 676 em 1918, não havendo uma contabilização das praças mortas no local e de imediato pelos oficiais perante situações de recusa em combater ou quaisquer outros atos de indisciplina¹⁶⁶.

Estas situações de indisciplina não evidenciavam verdadeiros motins *stricto sensu*, e por vezes refletiam situações que mais tarde vieram ser reconhecidas como *shell-shock*, o que anteriormente designamos de *stress de combate* ou sejam situações de trauma psíquico em combate.

Às insubordinações coletivas das *Labour Companies*, juntaram-se dois grandes motins no Exército britânico, o de Etaples, em 1917, e o de Le Havre Base, em 1918, mas a grande onda de motins na frente ocidental deu-se no Exército francês.

A 5 de Setembro de 1917, em Bolonha, duas *Labour Company* entraram em greve, a poucos quilómetros de Etaples. No dia seguinte, 6 de Setembro, os grevistas tentaram sair do campo e, embora desarmados, foram alvejados pela polícia militar. Vinte e três foram mortos e vinte e quatro ficaram feridos.

Apesar da violência da repressão da polícia militar, quatro dias depois, 9 de Setembro, a *Labour Company* n.º 74 entrou em greve. Este novo motim foi reprimido pela polícia militar a 11 de Setembro, alvejando os manifestantes e acabando por fazer quatro mortos, quinze feridos e vinte cinco prisões¹⁶⁷.

Entre 9 e 12 de Setembro de 1917, em Etaples, no campo de instrução a 24 Km a Sul de Bolonha, deu-se um dos primeiros motins de tropas inglesas na Grande Guerra.

¹⁶⁶ Wintringham, 1936, p.311

¹⁶⁷ Lamb, p.7, *Mutinies*, in <http://www.prole.info/pamphlets/mutinieswwi.pdf>

Em Outubro de 1917, na First Army Area, aproximadamente um mês após as greves de Bolonha surgiu uma greve similar, com uma Labour Company, tendo a repressão feito cinco mortos e catorze feridos¹⁶⁸.

Em Dezembro de 1917, em Fontinettes, a Labour Company n.º 21, entrou em greve em Fontinettes, perto de Calais, tendo a repressão da polícia militar efetuado quatro mortos e nove feridos. Deve ser referido que existiram muitas mais greves das *Labour Companies* mas não existem registos sobre os desfechos. Por volta de 1918 o número de chineses na Europa ascendia a perto de 200.000 homens incorporados em companhias de trabalho (Chinese Labour Corp), cujo único objetivo era de trabalharem na construção civil e como operários em fabris.

Entre estes trabalhadores existia uma forte influência sindical, tendo pelo menos sido organizadas, entre 1916 e 1918, cerca de 25 greves. Porque estes homens estavam incorporados no exército, logo sob jurisdição da disciplina militar, as suas greves foram consideradas como motins. Como as *Labour Companies* eram compostas por chineses ou egípcios, existiu uma diferença de comportamento da polícia militar inglesa quanto à aplicação da força, contra estes *nativos* e em muito diferente da aplicada contra os europeus ingleses, neozelandeses, australianos e escoceses. Para além de um comportamento racista, também existia no pensamento militar britânico a ideia que quando um homem se tornava familiar com a morte deixava de ter medo desta, razão pela qual a repressão através da utilização de armas de fogo tinha menos eficácia a longo prazo.

Os Motins nas Tropas Francesas

Tinha acabado de chegar a França o Corpo Expedicionário Português, quando na primavera de 1917 o Exército francês foi assolado por uma vaga de motins, em muito relacionados com as condições por que passaram nas trincheiras durante o inverno de 1916 e pelo fracasso da ofensiva francesa de Nivelles, em Abril de 1917, a qual causou

¹⁶⁸ Lamb,p.7, *Mutinies*, in <http://www.prole.info/pamphlets/mutinieswwi.pdf>

um número extraordinário de baixas e simultaneamente criou a ideia de que não valia continuar a combater¹⁶⁹.

Os motins das tropas francesas começaram um dia após ter terminado a falhada ofensiva de Nivelles. O General Robert Nivelles que tinha substituído o General Joseph Joffre como Comandante-em-chefe do Exército francês, em Dezembro de 1916 após a Batalha de Verdun e do Somme, tinha garantido que podia obter uma vitória sobre os alemães em 48 horas, através de um ataque massivo.

O *Plano Nivelles* foi executado a 16 de Abril de 1917, envolvendo cerca de 1.2 milhões de tropas e 7.000 peças de artilharia, entre Roye e Reims, tendo o ataque principal sido centrado sobre as posições alemãs em Chemin-des-Dames.

A ofensiva não trouxe ganhos territoriais significativos e implicou cerca de 200.000 baixas, das quais 120.000 nos primeiros cinco dias de combate e a maior parte dos tanques franceses utilizados na ofensiva, os novos Schneiders, foram destruídos pela artilharia de posição alemã.

Nesta ofensiva os alemães sofreram cerca de 163.000 baixas, incluindo 20.780 prisioneiros. Os ingleses que também participaram neste plano, assim com o Corpo Expedicionário Russo que se encontrava em França, sofreram um número aproximado de 160.000 baixas e 5.183 baixas respetivamente. A situação foi tão grave que quando a ofensiva terminou, em 5 de Maio, também terminou a carreira militar do General Robert Neville. Não só não conseguiu vencer os alemães, como o número de baixas esperadas no cálculo inicial de esforço de guerra para a ofensiva, 10.000 baixas, foi completamente ultrapassado quando a cerca de 200.000 baixas, o que provocou a rutura dos serviços médicos. Foi este conjunto de situações que provocou o despoletar dos motins franceses¹⁷⁰.

*«Faites-moi fusiller mais je ne monterai pas aux tranchées, d'ailleurs ça revient au même.»*¹⁷¹

¹⁶⁹ Loez, pp.117-27

¹⁷⁰ A ofensiva de Nivelles em 1917, foi um ataque francês na frente Oeste que teve por objectivo acabar com a Grande Guerra, in http://en.wikipedia.org/wiki/Nivelles_Offensive, (5/8/2011)

¹⁷¹ Loez, 2010, p.9

Uma das características dos motins no Exército francês foi o grande número de homens envolvidos em cada uma das insubordinações, em muitos casos com a utilização de bandeiras vermelhas ao som da Internacional¹⁷².

Ao contrário dos motins que aconteceram na Rússia, não existiu nas praças uma oposição flagrante contra os oficiais que as acompanhavam nas trincheiras, mas desde Abril 1917 que a imagem dos oficiais se degradou e a relação de comando ficou fragilizada. Passou a estar em causa a coragem e a competência dos oficiais.

«Les officiers sont des assassins que nous conduisent à la boucherie (...) à l'école, nos officiers (...) Napoléon, si tu voyais les officiers d'aujourd'hui»¹⁷³. »

Houve ainda outros motins causados por rumores que se espalhavam pelas unidades, como um relacionado com o General Duchene que teria ordenado o fuzilamento de um em cada dez dos soldados nos Batalhões dos Regimentos de Infantaria 32 e 66, por estes não terem obedecido às ordens de irem para a linha da frente. Na realidade, apenas três dos amotinados foram condenados à morte e só um foi fuzilado.

Outro motim terá sido provocado pelos rumores que indicavam que as mulheres e crianças em Paris estavam a ser atacadas e abusadas por grevistas, enquanto eles se mantinham a combater inutilmente os alemães nas trincheiras. Na verdade, houve alguns casos de ataques e abusos de civis em Paris, mas muito longe da dimensão apresentada nos rumores.

A questão do nível de repressão dos primeiros motins teve um papel muito importante na difusão da indisciplina, tanto no Exército francês como no CEP, principalmente porque os oficiais ao hesitarem em utilizar a força e ao permitirem a que existissem discussões sobre as reivindicações abriam a oportunidade para novos motins¹⁷⁴.

A situação francesa mais grave aconteceu quando nos três últimos dias de Maio de 1917, diversos motins tiveram como objetivo marchar sobre Paris para forçar o fim

¹⁷² Loez, 2010, p.10

¹⁷³ Loez, 2010, p.138

¹⁷⁴ Loez, 2010, p.181

da guerra. Com as palavras de ordem: «*À Paris, À Paris!*» e «*Il faut que la guerre finisse!*», tentaram dirigir-se à *Chambre des Députés* para impor a paz, transformando os motins militares numa grave situação de ordem política¹⁷⁵.

Grande parte dos motins aconteceram fora das zonas de combate, em unidades que se encontravam de reserva, ou ainda mais afastadas como em Soissons, Villers-Cotterêts, Fère-en-Tardenois e Cœuvres-et-Valsery.

A contenção dos motins passou pela ação direta do General Philippe Pétain, que substituiu o General Robert Neville a 15 de Maio de 1917. Conseguiu fazê-lo por um lado através de uma repressão direta e firme, e por outro lado com a melhoria das condições de vida nas trincheiras, garantindo maiores períodos de descanso na retaguarda e licenças. Também teve grande impacto a ordem dada aos soldados para não efetuarem mais ofensivas e para esperar pela chegada dos americanos e dos tanques.

Refira-se que mais tarde o comando do CEP também veio a ser confrontado com o mesmo tipo de reivindicações: mais licenças e mais descanso.

Entre 17 de Abril e 30 de Junho de 1917, aconteceram cerca de 250 motins no Exército francês, que envolveram perto de 35.000 homens, aproximadamente 1% dos 3.500.000 de homens que compunham os efetivos à data¹⁷⁶.

Das 112 Divisões do Exército francês, 68 Divisões foram afetadas pelos 250 motins e dos 35.000 amotinados franceses, cerca de 3.400 foram sentenciados, tendo 554 sido condenados à morte, mas apenas 47 foram efetivamente fuzilados¹⁷⁷.

A proporção de motins, as motivações e os problemas de incapacidades de comando foram igualmente vividas no Corpo Expedicionário Português até 1918, e a solução repressiva do General Pétain acabou por ser um exemplo seguido pelo General Garcia do Rosado, quando deu instruções para acabar com a revolta de 15 de Outubro de 1918, em Croix Marmuse.

Em sínteses os comandos militares e os políticos viam os soldados como números e como objetos que se deslocavam na frente de combate sem emoções e sem vontade própria, não compreendendo que a desobediência era resultado direto das

¹⁷⁵ Loez, 2010, p.259-272

¹⁷⁶ Loez, 2010, p.20

¹⁷⁷ Loez, 2010, p.188

condições físicas que suportavam e do impasse político da guerra, muito menos relacionado com uma consequência imediata das dificuldades táticas da guerra.

A Ofensiva Alemã da Primavera de 1918

A ofensiva alemã da Primavera de 1918 teve início em 21 de Março, sob o nome de código *Operação Michael*. Com esta ofensiva os alemães pretendiam forçar o fim da guerra antes das tropas americanas estivessem aptas para participarem na frente ocidental.

A força alemã contava com a superioridade numérica que conseguira momentaneamente com o fim das hostilidades na frente russa, através das concessões obtidas no tratado de Brest-Litovsk.

Esta primeira ofensiva tinha como objetivo tático isolar a Força Expedicionária Britânica que se encontrava no Norte da França numa pequena faixa junto à Bélgica e ocupar os principais portos de abastecimento dos aliados.

O ataque alemão foi esmagador e obrigou os britânicos a ceder em toda a linha, recuando em três dias 20 km e perdendo a cidade de Peronne. É de assinalar que nesses três dias os britânicos perderam cerca de 38.000 homens e que cerca de 21.000 homens (74%) foram feitos prisioneiros pelos alemães.

Apesar do colapso da frente britânica os alemães não conseguiram explorar a vitória inicial por falta de capacidade logística que permitisse à sua artilharia o acompanhamento do avanço das restantes tropas. A 5 de Abril o Estado-maior alemão teve de dar como terminada a operação.

Quatro dias depois, a 9 de Abril, os alemães deram início à *Operação Georgette*, como uma segunda tentativa de ofensiva sobre os aliados, mas desta vez sobre o sector português. Iniciou-se com uma avassaladora tempestade de artilharia, incluindo o mortífero gás que quase dizimou os homens que se encontravam na primeira linha. As comunicações foram cortadas, a confusão instalou-se, e pelas 8 horas e 45 minutos a infantaria alemã começou a avançar pela *Terra de Ninguém* em direção às trincheiras portuguesas, protegida por um nevoeiro espesso e primitivo¹⁷⁸.

¹⁷⁸ Cortesão, 1919, p.200

Tal como em ofensivas anteriores os alemães focaram o ataque sobre um sector de ligação entre tropas de diferentes nacionalidades, os portugueses tinham tropas inglesas à sua direita e à sua esquerda, aproveitando assim as dificuldades naturais de comunicação entre comandos aliados. É neste âmbito que foi lançado o ataque principal sobre o Corpo Expedicionário Português durante a Operação Georgette.

O rápido avanço das oito Divisões alemãs de infantaria, comandadas pelo General Ferdinand von Quast varreu as linhas portuguesas, que após um longo e brutal bombardeamento preparatório se encontravam física e moralmente incapazes de resistir.

A dezena de milhares de soldados alemães que assaltaram os 12 Km da frente portuguesa, defendida pela 2ª Divisão, permitiu-lhes um avanço inicial fulminante e de êxito igual ao do início da Operação Michael alguns dias antes.

As numerosas brechas conseguidas ao longo dos 12 km, a fraqueza dos pontos de ligação entre a 2ª Divisão portuguesa e a Divisão britânica que a ladeavam no sector de Fleurbaix, a ausência de reservas substanciais na retaguarda portuguesa, a imobilidade das reservas britânicas que não acudiram o CEP na frente de batalha, impossibilitaram uma defesa em profundidade.

O avanço alemão foi abrandando mais uma vez, porque a artilharia não conseguiu acompanhar a velocidade da infantaria, e sem apoio foram sendo travadas pelas bolsas de resistência portuguesas e britânicas que foram encontrando ao longo do avanço. Estas bolsas defensivas que em muito dependeram da vontade e do carisma dos oficiais que se encontravam no terreno, conseguiram ganhar o tempo necessário para que as forças na retaguarda se conseguissem reorganizar e parar os alemães.

O balanço do primeiro embate foi muito pesado. Luís Alves de Fraga, autor de estudos sobre o tema, fornece um balanço das baixas portuguesas, naquela que veio a ficar conhecida como a Batalha de La Lys: 30 oficiais e 584 sargentos e praças mortos, e 270 oficiais e 6.315 sargentos¹⁷⁹ e praças feitos prisioneiros, incluindo muitos feridos. Refira-se que à data não existia uma diferenciação entre a classe de sargentos e das praças. Se bem que a maior parte dos prisioneiros tivessem sido feita no primeiro dia da *Operação Georgette*, no final dos quatro dias de combate, entre 9 e 12 de Abril, os

¹⁷⁹ Afonso, 2010, p.511

portugueses perderam cerca de 7.199 homens, dos quais cerca de 6.585 homens¹⁸⁰ (91%) foram feitos prisioneiros pelos alemães. Quanto aos feridos não existe um número exato, pelo facto de terem sido recolhidos pelos dois exércitos em presença.

Estes números representam aproximadamente metade dos efetivos da 2ª Divisão portuguesa que se encontrava colocada na primeira linha de trincheiras, o que em muito nos leva a considerar que a ordem dada pelo General Haking, em 7 de Abril de 1918, ao comandante da 2ª Divisão, «a *Divisão tem que morrer na Linha B*» foi cumprida. O Corpo Expedicionário Português ficou destruído como força de combate e os homens dos batalhões de infantaria que suportaram o choque da força alemã ficaram em grande parte feitos prisioneiros ou feridos.

Nas bolsas de resistência os alemães encontraram uma resistência até à última bala, tendo muitos se rendido quando já mais nada havia a fazer¹⁸¹. No final do dia 12 de Abril de 1918 o CEP estava desfeito, mas a *Operação Georgette* estava acabada e derrotada. A partir dessa data a Alemanha apenas podia contar com a derrota.

Os que cumpriram a ordem de resistir nos seus postos de combate até ao fim e sobreviveram contribuíram com as suas memórias para que se viesse a escrever mais um capítulo da história militar portuguesa, dominada essencialmente a partir então por um período de cativeiro na Alemanha.

Os homens que não foram capturados na Batalha de La Lys percorram um outro caminho igualmente penoso até 11 de Novembro de 1918. Estes sobreviventes sofreram durante meses por causa da indecisão política de Lisboa e por causa dos trabalhos secundários de manutenção efetuados ao serviço do Exército britânico.

¹⁸⁰ Afonso, 2010, p.418

¹⁸¹ Mardel, 1923, pp.144-5

Capítulo III - A Experiência de Cativo

Quando se estuda a questão dos prisioneiros militares e civis na Grande Guerra, as fontes documentais nacionais e estrangeiras produzidas antes de 1933 são preciosas para a análise sociológica, a caracterização das condições materiais e para compreender a percepção que os prisioneiros tinham sobre a realidade coeva. O advento do nazismo e do antinazismo adulterou a perspectiva comum sobre a sociedade alemã e o modo como passou a ser relatada a realidade vivida nos campos de prisioneiros durante a Grande Guerra.

Também não é de menosprezar a influência que teve a propaganda nacional: alemã, francesa e inglesa através das notícias publicadas em jornais, distribuída em panfletos, postais, álbuns fotográficos e documentários cinematográficos para apaziguar ou enraivecer a opinião pública.

Para além das memórias escritas de prisioneiros de guerra produzidas logo após terminar o conflito, existem outras fontes de informação provenientes de comissões neutras, onde se distingue entre todas a Cruz Vermelha Internacional, as quais durante o conflito recolheram informação sobre a identificação e localização dos prisioneiros, fizeram relatórios sobre a gestão e tratamento desses homens nos campos e que colocaram em comunicação milhares de homens com as suas famílias.

A experiência de anos em cativo, como aconteceu a milhares de homens do exército alemão, francês e inglês, não se verificou em geral para os homens do exército português, já que a grande maioria dos prisioneiros portugueses passou por um período inferior a nove meses de cativo, de 9 de Abril a 11 de Novembro, embora tenham existido situações de cativo superiores a um ano.

De um modo geral em Portugal não havia percepção da experiência pela qual os soldados portugueses estavam a passar, enquanto prisioneiros na Alemanha, e ainda hoje quase passados 100 anos é para muitos portugueses um assunto completamente desconhecido.

O Prisioneiro de Guerra

Na sequência do trabalho de Henri Dunant, entre o final do século XIX e o início do século XX, com as Convenções de Genebra e as Conferências de Paz de Haia,

constituíram-se os princípios reguladores para auxílio a militares feridos e para tratamento de prisioneiros de guerra.

Assim foi na Grande Guerra de 1914-18 que pela primeira vez foi exercido em larga escala o tratamento de prisioneiros de guerra de acordo com um regulamentado humanitário consagrado e aceite internacionalmente, *The Hauge Law*. O documento tinha sido revisto pelas várias potências pouco tempo antes do início do conflito, durante a segunda Conferência de Haia, em 18 de Outubro 1907.

Os pontos mais importantes que resultaram da revisão efetuada na segunda Convenção de Haia referem-se à forma como os prisioneiros de guerra deveriam ser tratados e as responsabilidades dos Estados captadores.

Assim, ficou acordado que:

- Os prisioneiros de guerra ficariam à guarda do Estado captador;
- Os pertences pessoais, exceto equipamento militar, seriam propriedade do prisioneiro de guerra;
- Os prisioneiros de guerra seriam internados em campos, cidades, fortalezas, e apenas em prisões quando se verificassem situações de segurança excepcional;
- O Estado captador teria a obrigação de garantir a manutenção dos prisioneiros de guerra em iguais condições às das suas tropas;
- O Estado captador teria o dever de informar sobre a identidade dos prisioneiros de guerra à sua guarda e permitir aos prisioneiros de guerra o acesso ao serviço de correios;
- Os prisioneiros de guerra deviam gozar de direitos individuais e de liberdade religiosa;
- Os Estados captadores podiam utilizar os prisioneiros de guerra como força de trabalho, desde que não estivesse relacionado com operações de guerra e pelo mesmo deveriam receber um salário;
- Os oficiais estavam isentos de trabalhar fora dos campos de prisioneiros e tinham direito a receber um soldo idêntico aos oficiais da mesma patente no Estado captador, o qual seria reembolsado pelo Governo da nacionalidade dos prisioneiros;
- Os prisioneiros ficariam sujeitos à lei militar do Estado captador, incluindo as sanções por falsificação de identidade, insubordinação e fuga;

- Depois da conclusão da paz, os prisioneiros de guerra seriam entregues o mais rápido possível;
- Os prisioneiros poderiam ser libertados condicionalmente, se as leis do país o permitissem, e, nestes casos, eles seriam obrigados sob sua palavra de honra a cumprir escrupulosamente o acordado por ambos.

Na Convenção de Haia ficou, ainda, definido que os civis que acompanhavam os exércitos, como correspondentes de guerra e fornecedores de serviços, também passavam a ter direito ao estatuto de prisioneiro de guerra e que as associações humanitárias de socorro aos prisioneiros gozavam de liberdade de circulação, como aconteceu com a Cruz Vermelha Internacional¹.

A respeito da mão-de-obra obtida através de prisioneiros de guerra, as nações beligerantes concordaram que em princípio os prisioneiros não deveriam trabalhar diretamente contra os da sua nação. Por isso não eram levados a trabalhar no esforço de guerra, como abrir trincheiras, carregar munições e deveriam só ser aplicados em trabalhos a mais de 30 Km da linha da frente. Também existia a intenção de não colocar a vida dos prisioneiros em perigo, regra que foi muitas e deliberadas vezes quebrada².

Uma evidência que este último princípio não era uma preocupação é que ambos os lados do conflito quebravam esta regra. Tal verificou-se quando a imprensa escrita britânica tornou público que os ingleses estavam a empregar prisioneiros de guerra alemães junto à linha da frente, o que levou ao Governo alemão a reagir com a transferência de 500 prisioneiros britânicos para a frente russa, em represália direta à atuação britânica³.

Captura de Prisioneiros de Guerra

O pensamento de um homem sobre a eventualidade de se tornar prisioneiro de guerra trazia um turbilhão de sentimentos associados. Um soldado não pensava em ficar prisioneiro, pensava que podia ficar ferido, que poderia ser morto, ou mesmo ter a sorte

¹ Teixeira, 1992, pp. 95-9

² Emden, 2009, p.52

³ Emden, 2009, p.53

de ficar indemne, mas a ideia de ficar prisioneiro geralmente não lhe ocorria⁴. O momento de transição entre a situação de soldado para a de prisioneiro de guerra sempre foi um momento delicado. A História encontra-se cheia de evidências de maltratos físicos, até de morte e não há leis, regulamentos ou convenções que garantam a sobrevivência de um homem naquela altura.

No entanto, os estudos comportamentais indicam que quanto mais agressivo for o combate, mais difícil se torna largar a arma ou entregá-la ao inimigo, ou seja abdicar da liberdade e transferir o poder de decisão sobre a sua própria vida.

Sobreviver a este momento depende de múltiplos fatores que qualquer soldado é incapaz de prever, dado que nunca foi treinado para responder a tal evento. Havia plena consciência que a sobrevivência no momento da rendição dependia em muito da boa vontade do captor.

Os combatentes da Grande Guerra estavam, em teoria, protegidos pela Convenção de Haia, 1907, que definia regras internacionais de tratamento de prisioneiros de guerra, mas na verdade muitos prisioneiros de guerra admitiram mais tarde quando libertados que no momento da captura pensaram que iam morrer. Esta pressão psicológica era causada, em grande parte, pela propaganda nacional que transmitia aos soldados relatos sobre atrocidades cometidas pelo inimigo.

Um inimigo agressivo durante o combate tende a matar seus os prisioneiros, uma vez que é mais fácil matar para remover o perigo do que detê-lo e transportá-lo para a retaguarda, mesmo quando um soldado se apresenta momentaneamente inofensivo de mãos no ar.

Em consequência deste facto muitos soldados no momento de rendição tentavam demover o inimigo de os matar, apresentando fotos de familiares queridos ou gritando *Kamarad*, ou quando as suas especialidades eram mais críticas, como *snipers*, operadores de metralhadora ou artilheiros, escondiam as suas especialidades antes da rendição. A vontade do inimigo aceitar a rendição dependia de situações primárias como ter visto um amigo chegado a morrer no combate e entende vingar-se ou se tinha ordens específicas para não fazer prisioneiros. No entanto, uma vez aceite a rendição a probabilidade de sobrevivência passava a ser elevada. No entanto uma evolução negativa do combate junto com um ambiente de desconfiança, ou de nervosismo, podia acabar por levar à morte dos prisioneiros.

⁴ Blanchet, 1918, p.45

A nova condição de prisioneiro criava sempre um ansiedade a qualquer ser humano, tanto mais que muitos soldados nunca tinham visto de tão perto o inimigo antes daquele momento. Era comum a sensação de medo e de vergonha em todos os soldados no momento da captura e era normal oferecer, ou entregar, objetos pessoais de modo a criar alguma empatia com o captor, já que também se tal não acontecesse os captores acabariam por guardar os seus emblemas, relógios e carteiras como *souvenirs*. Refira-se que por vezes eram os próprios oficiais alemães que impediam o ato de obter *souvenirs*, controlando o comportamento dos seus soldados. Relativamente a *souvenir de la guerre* os oficiais portugueses que foram transportados para os postos de socorro alemães foram despojados dos bens pessoais se pode evidenciar no caso do relógio do Tenente-coronel Eugénio Carlos Mardel Ferreira⁵.

Ocasionalmente alguns soldados tentavam fugir logo após captura, não por razões de patriotismo, ou para voltar a lutar, mas por instinto de sobrevivência. Após o momento em que tomavam consciência que já não eram soldados e tinham passado a ser prisioneiros de guerra, surgia normalmente a desmoralização e a depressão psicológica.

O treino militar nunca preparou os homens para lidar com esta situação, para além de ensinar a levantar as mãos que aliás é um movimento instintivo. O prisioneiro de guerra ficava completamente por conta própria e isto refletia-se nos seus pensamentos. Surgiam emoções que iam desde o sentimento de desgraça, ao sentimento de abandono e de raiva, ou simplesmente de alívio por saberem que tinham sobrevivido e que para eles a guerra tinha acabado⁶.

A ofensiva alemã, de 21 Março a 17 Julho de 1918, trouxe uma situação excecional no que se referiu à captura de prisioneiros. Em 21 de Março, um dos piores dias para o Exército britânico, tiveram 21.000 soldados capturados em poucas horas e no dia 5 de Abril já contavam com 54.000 britânicos capturados. Apanhado nesta ofensiva alemã, o Corpo Expedicionário Português teve um dos seus dias mais difíceis a 9 de Abril, quando igualmente em poucas horas teve cerca de 6.000 homens capturados.

A dinâmica da ofensiva e o moral das tropas alemãs foi relatada pelos soldados ingleses e portugueses. Os homens capturados pelos alemães eram simplesmente despojados das armas e indicada a direção para onde tinham de seguir, sem sequer os enquadrarem com uma escolta até ao local de identificação e detenção. Cada novo

⁵ Barros, 1925, p.119

⁶ Emden, 2009, pp.8-10

prisioneiro apenas tinha de seguir as filas existentes com uma quantidade enorme de outros prisioneiros de guerra que se encaminhavam para a retaguarda alemã. Estes dias foram dias de exceção.

Em situação normal os prisioneiros eram enviados para a retaguarda sob escolta de um ou dois guardas, dependendo da urgência da situação na frente de combate, ou dependendo do número de soldados que o comandante pudesse dispensar para os levar.

Muitas vezes os prisioneiros que estavam em condições de andar eram aproveitados para levar feridos, camaradas prisioneiros ou inimigos sem distinção, para postos de socorro que ficavam a caminho da retaguarda. Outras vezes tinham a sorte de receber um cigarro dos soldados que avançavam para a frente de combate ou o azar de receber um tiro na cabeça.

No caminho para a retaguarda também existia o perigo de serem atingidos pelo fogo de artilharia amiga e há relatos de soldados britânicos⁷, e de soldados portugueses⁸, apanhados sob o fogo da sua artilharia que continuava a bater as zonas da retaguarda inimiga, enquanto os prisioneiros se deslocavam para os postos de identificação com o objetivo de impedir que os abastecimentos inimigos chegassem à frente de combate.

Relatos de Captura

Carlos Olavo Correia de Azevedo (Alferes de Artilharia - 2ª Bateria, 7ª Regimento de Artilharia, 9 de Abril de 1918) relatou que no final da manhã da Batalha de La Lys, as tropas alemãs já tinham rompido a frente de combate e se espalhavam por todos os lados. As bolsas de resistência que ainda se mantinham em combate encontravam-se isoladas e sem munições.

«São 11 da manhã [9 Abril 1918](...). Não há nada mais torturante, angustia maior do que esta incerteza (...). Uma ordenança que mandei ao 1º obus com uma ordem de fogo não voltou mais; dois homens que mandei a um paiol para trazerem umas granadas não voltaram mais! Tenho a certeza de que ficaram pelo caminho

⁷ Emden, 2009, p.36

⁸ Santos, 2008, p.97

feridos ou mortos! (...) Os momentos que se seguiram foram de absoluto recolhimento. Tinha a certeza de que ia morrer⁹.»

Surgiram-se então as emoções: tristeza, humilhação, perda e desmoralização.

«Pensei naqueles que longe chorariam a minha perda: a minha família, alguns amigos seguros, todos os que sofriam a minha ausência (...). Um soldado que tinha saído veio-me dizer que há alemães no Pont du Hem, quer dizer, à retaguarda da nossa posição, vindos dos lados de Laventie. Estamos perdidos, cercados, prisioneiros! (...) Nunca me senti tão desgraçado pelo inesperado de uma situação cuja probabilidade afastei sempre do meu destino. Vencido (...) resolvi sair à frente dos soldados que tinha. Confesso que me dominava um misto de humilhação e de tristeza, por me sentir vencido, sem meios de resistência¹⁰ (...)»

Por fim, quando foram capturados pelos alemães, foram dirigidos para a retaguarda alemã para se juntarem às longas filas de prisioneiros que seguiam esse caminho.

«Quando os alemães me aperceberam, encaminharam-se na minha direção e o oficial que os comandava apontou-me uma pistola (...). Marchei serenamente, direito a ele, sem um gesto, sem uma palavra (...). O boche baixou a pistola e indicou-me o caminho [para a retaguarda alemã]. Segui então, direito a Neuve Chapelle, pela estrada de La Bassée (...). Em Neuve Chapelle, parei para ser enquadrado com outros prisioneiros (...) que nos haviam de guardar até o fim do nosso destino¹¹.»

José Maria Hermano Baptista (2º Sargento Infantaria, Secção de Metralhadoras, 5º Regimento de Infantaria, 9 de Abril de 1918) descreveu que o avanço alemão naquele dia 9 de Abril era imparável, suportado pela sua artilharia que ia à frente destruindo e desmoralizando tudo e todos por onde batia. A impossibilidade de efetuar uma resistência prolongada e forte teve como consequência direta a diminuição do nível de

⁹ Olavo, 1918, p.17

¹⁰ Olavo, 1918, p.18

¹¹ Olavo, 1918, p.20

agressividade das tropas de assalto alemãs, transformando a captura em momentos quase administrativos.

«Não nos foi possível avançar (a nossa companhia estava de apoio) porque o fogo era tanto e de tal maneira que se tornava impossível fazê-lo. Assim em vez de avançar começou a retirada das forças, não só portuguesas como inglesas (...). Como os alemães já estavam muito perto de nós ficámos todos feridos (...). Afinal os alemães não eram aqueles "terríveis Boches" que nos tinham habituado a tanto temer. Não só não nos fizeram mal como até me olhavam pesarosamente dizendo: Kaput? E lá seguiram o seu caminho avançando com as suas metralhadoras ligeiras sempre protegidos pela artilharia que lhes ia limpando o caminho¹².»

António Pereira dos Santos (1º Cabo - 3º Regimento de Infantaria, 9 Abril de 1918) referiu que quando estava junto à Linha C, os alemães já se encontravam por todo o lado, não havendo escapatória possível, e que não se conseguiram render aos alemães porque a neblina da madrugada e o fumo da batalha não deixava que os alemães os vissem.

«Aqui é que estava um ponto safado! Para subirmos acima do parapeito da trincheira e darmos-nos à prisão, eles não nos viam com o fumo. (...) Sem pinga de sangue e amarradinhos esperámos que eles se chegassem ao ponto de nós, para subirmos ao parapeito e levantarmos os braços no ar, e dizer ser bom prisioneiro¹³.»

Os alemães naquele dia faziam continuamente prisioneiros, entrando nas trincheiras ainda ocupadas, de baioneta em riste a gritar para se renderem e seguirem para a retaguarda.

«Tout de suite Allemagne ! (...) Come, Come to Allemagne !, (...) café drink Deutschland¹⁴.»

¹² Geraldo, 2006, pp.56-7

¹³ Santos, 2008, p. 96

¹⁴ Santos, 2008, p.96

Manuel Hermenegildo Lourinho (Tenente-médico - 10º Regimento de Infantaria, 9 de Abril de 1918) referiu que o primeiro alemão que se chegou à sua frente gritou-lhe: «*tout de suite Allemagne*», o que lhe fez sentir a derrota e a aniquilação da sua personalidade. Sentiu-se abandonado dentro da torrente caudalosa, tal era a multidão de soldados alemães que surgiam de todos os lados. Sentiu que deixara de ser um militar, um médico, um homem: era um prisioneiro¹⁵.

Alexandre José Malheiro (Tenente-coronel de Infantaria, 6º Brigada de Infantaria, 9 de Abril de 1918) referiu que pelas 11 horas a barragem de artilharia inimiga já tinha passado para a sua retaguarda. Não tinham qualquer ligação com o Quartel-general da Divisão e estava convicto que em breve seria feito prisioneiro. Guardou alguns manuscritos pessoais, fotos de família e juntamente com os oficiais e as praças aguardou resignadamente a chegada dos alemães.

Quando a patrulha alemã chegou à casa onde se encontravam, apontaram as armas aos peitos dos portugueses e o oficial alemão que os comandava, apontou a pistola que empunhava e gritou: "*AUS*" (vamos).

A guarda dos então 25 prisioneiros foi feita por dois soldados alemães, um que se colocou na frente e outro na retaguarda da coluna. Ao deslocarem-se para a retaguarda alemã ainda se cruzaram com focos de combate a alguma distância e encontraram inúmeros mortos e feridos que as ambulâncias alemãs ainda não tinham conseguido recolher. Era uma imagem verdadeiramente assombrosa¹⁶.

Francisco José de Barros (Capitão de Infantaria, 4º Regimento de Infantaria, 11ª Companhia, 9 de Abril de 1918) referiu que depois das oito horas da manhã a situação encontrava-se descontrolada, com pessoal de diversos Batalhões misturado, desorientado e em retirada. A visibilidade a partir da sua posição não ultrapassava os 80 metros, dada a intensidade do fogo da artilharia alemã e a neblina matinal. Quando da sua posição conseguiu distinguir alguns vultos estes eram de alemães que se deslocaram em boa ordem para a sua retaguarda. Mais tarde, pelas 11 horas, viu nitidamente os primeiros alemães a uns 50 metros da sua retaguarda.

¹⁵ Lourinho, 2006, p.8

¹⁶ Malheiro, 1919, pp. 87-94

«...apontámos a espingarda com alguns escassos cartuchos que ainda possuíamos, mas era evidente a inutilidade de mais resistência. O desespero da impotência fazia chorar de raiva, Restava a morte ou a prisão¹⁷...»

[Já prisioneiros], «...fomos conduzidos para a retaguarda através das sucessivas linhas inimigas que se sucediam, bendizendo a sorte dos mortos libertos que jaziam estendidos..." (...) [Seguíamos]"...o nosso destino cheio de amargura, apenas a consola-lo o ciclo brando de balas amigas que vinham de longe¹⁸...»

Isto trazia-lhes a vã esperança de libertação e a indicação que ainda havia portugueses que combatiam. Os disparos a que se refere vinham do Batalhão de Infantaria 13, comandado pelo Major Gustavo de Andrade Pissarra, que se encontrava em Lacouture, com reforços do Batalhão de Infantaria 15 e algumas praças ingleses que tinham retirado e que ali se juntaram aos portugueses para oferecer resistência aos alemães¹⁹.

Logística de Acolhimento de Prisioneiros de Guerra

Quando do início do conflito todos os beligerantes contavam com que a guerra estivesse acabada no Natal de 1914. O prolongar da guerra trouxe inevitavelmente à tona o problema do transporte, manutenção e alojamento dos prisioneiros de guerra.

Nenhum dos beligerantes estava preparado para uma guerra prolongada, nem para o acolhimento de tão grande número de prisioneiros. Só na Primavera de 1915, quase um ano depois de o conflito ter deflagrado, é que a logística associada ao acolhimento e manutenção dos prisioneiros de guerra começou a dar resposta às necessidades e só no Verão desse ano é que a Cruz Vermelha Internacional começou a ter acesso aos campos de prisioneiros. Até então não existiu um sistema de informação válido que permitisse fluir informação sobre a identidade e o estado de saúde dos prisioneiros.

¹⁷ Barros, 1925, pp. 116-7

¹⁸ Barros, 1925, p. 118

¹⁹ Barros, 1925, p.119

Para dar resposta à necessidade de manter vivos milhares de prisioneiros que se encontravam à sua guarda, os alemães criaram vários tipos de campos de prisioneiros: para praças, para oficiais, de trânsito, disciplinares para oficiais em Ingolstadt, na Alemanha e disciplinares para praças, em Sedan, em França.

Os campos de prisioneiros eram basicamente equipados com barracas de 10m por 50m, onde se acomodavam cerca de 250 prisioneiros. Nos campos para praças não havia camas, eram fornecidos sacos de palha para dormir, e o mobiliário era mantido ao mínimo, uma mesa, algumas cadeiras e bancos e um fogão. Existia ainda uma cantina onde podiam comprar alguns artigos de roupa ou de comida, um armazém para guardar as encomendas recebidas da Cruz Vermelha, as *colis*, a casa da guarda e as cozinhas. Cada campo tinha ainda estruturas sanitárias e estruturas culturais, como biblioteca, teatro e oficinas. Estes campos eram cercados por uma vedação de 3m de altura feita de arame farpado.

Os campos para oficiais eram basicamente idênticos mas com mais algumas comodidades, tal como a existência de camas, salas especiais para refeições e mais espaço atividades desportivas e culturais, já que os oficiais não executavam trabalhos.

No final da guerra existiam 73 campos para oficiais, essencialmente na zona ocidental da Alemanha por causa do clima. Foram, ainda, criados campos disciplinares em zonas de clima difícil e perto da frente de combate, com a intenção de utilizar os homens na reconstrução das trincheiras e para carregarem os cadáveres. As condições de vida nestes campos disciplinares era muito dura e muitos morreram de cansaço ou subnutrição.

Com ofensiva de 1915 o exército alemão viu-se a braços com milhares de prisioneiros ingleses e franceses, o que levou a criar um novo tipo de campo de prisioneiros temporário para triagem dos mesmos, antes de os enviar para os campos de prisioneiros permanentes.

Logo de início os campos alemães começaram a apresentar problemas materiais ligados com a situação de se estar perante uma guerra de longa duração. O número muito elevado de prisioneiros provocava falta de espaço e de abastecimentos como comida e agasalhos. Neste ponto há que ressaltar as falhas de abastecimento (viveres) aos campos de prisioneiros também eram sentidas no próprio exército alemão e que a população civil alemã também não foi alheia. Com o corte da linha de abastecimento

marítimo e a quase total militarização da indústria a fome alastrou-se por toda a Alemanha.

Neste contexto é interessante tomar os dados apresentados sobre o peso do Capitão António Braz, que foi feito prisioneiro a 9 de Abril de 1918.

«Para o elaborar, parti do meu peso médio, 86 kg, [de Abril] que tinha antes de ser preso (...) em 10 de Julho tinha 72 kg, menos 14 kg que o peso médio (...) em 27 do mesmo mês já só pesava 68,4 Kg (...) em 10 de Setembro tinha 71,5 kg (...) esta melhoria de peso foi devido às encomendas destinadas aos oficiais romenos e que o comandante do campo nos mandou distribuir. (...) em 10 de Outubro 70,5kg [tinham acabado os géneros das encomendas dos romenos] (...) em 10 de Novembro aumentei 500g [tinha recebido umas encomendas de casa]²⁰»

Em 1916 as potências beligerantes na tentativa de mitigar o sofrimento dos seus militares aprisionados fizeram os *Acordos de Pão*, que permitiram o envio de encomendas entre si, as quais eram distribuídas pela Cruz Vermelha Internacional.

Em 1918, A França e a Alemanha firmaram também os *Acordos de Berna*, em que conseguiram regulamentar o direito à troca de prisioneiros²¹.

Na Retaguarda Inimiga até ao Depósito de Prisioneiros

Carlos Olavo Correia de Azevedo (Alferes de Artilharia, 2ª Bateria, 7º Regimento de Artilharia, 10 de Abril de 1918) descreveu nas suas memórias:

«Ontem depois de ter sido aprisionado no Pont du Hem, segui pela estrada de La Bassèe com destino a Neuve Chapelle. Procurei curiosamente as nossas trincheiras. Nada existia já (...), Um oficial alemão que encontrei à entrada das linhas inimigas interpelou-me (...). Benevolentemente o oficial alemão deu-me de conselho que não seguisse a estrada de La Bassèe que estava a ser ainda batida pela artilharia aliada e que tomasse antes uma trincheira de comunicação. Segui o conselho (...), espetáculos

²⁰ Braz, 1935, p.64

²¹ Teixeira, 1992, pp.99-101

lancinantes que apresentavam os feridos espalhados pelo caminho. Sensibilizou-me tanto a situação de alguns que os fiz transportar pelos meus soldados. Eram inimigos, é certo, mas o meu sentimento naquela hora de angústia, não os podia colocar fora da humanidade²² ...»

António Pereira dos Santos (1º Cabo, 3º Regimento de Infantaria, 9 Abril de 1918) referiu que os alemães fizeram com que ele fosse imediatamente para a retaguarda alemã, atravessando a *Terra de Ninguém*. Ao terror de ser prisioneiro juntava-se o receio de morrer sob o fogo amigo que as defesas aliadas continuavam a fazer sobre o avanço alemão²³.

Francisco José de Barros (Capitão de Infantaria, 11ª Companhia, 4º Regimento de Infantaria, 9 de Abril de 1918) referiu que os alemães os levaram pela encruzilhada «...das trincheiras em grande parte rasoiradas pela metralha, ora transpondo-as, ora percorrendo-as, fomos levados a atravessar o que fora a terra de ninguém». Menciona, ainda, que um dos médicos do Batalhão de Infantaria 13, assim que foi capturado foi conduzido para o posto de socorro alemão para auxiliar os serviços médicos a «...pensar os feridos de ambos os exércitos²⁴ ...»

Manuel Hermenegildo Lourinho (Tenente-médico, 10º Regimento de Infantaria, 9 de Abril de 1918) referiu que foi enquadrado em formatura debaixo de escolta a cavalo (Hulanos), a qual o dirigiu para a fortaleza de Lille²⁵.

Alguns prisioneiros ingleses referiram que os Hulanos eram frequentemente provocadores e violentos e que empurravam com os cavalos e as lanças os prisioneiros ao longo do caminho²⁶.

Alexandre José Malheiro (Tenente-coronel de Infantaria, 6º Brigada de Infantaria, 9 de Abril de 1918) referiu que a zona denominada de *Terra de Ninguém*, anteriormente deserta, encontrava-se transformada num formigueiro humano, com forças inimigas a virem de diversas direções, cruzando-se com as colunas de prisioneiros que iam recolhendo. O inimigo cruzava-se lado a lado com os prisioneiros,

²² Olavo, 1918, p.25

²³ Santos, 2008, p.87

²⁴ Barros, 1925, p.119

²⁵ Lourinho, 2006, p.65

²⁶ Emden, 2009, p.37

a quem dirigiam um olhar calmo, onde ninguém poderia ter lido o menor lampejo de indignação ou sede de vingança pessoal²⁷.

David Magno (Capitão de Infantaria, 13º Regimento de Infantaria) referiu que pela *Terra de Ninguém* os nossos prisioneiros à medida que iam sendo recolhidos eram mandados seguir sozinhos até à retaguarda, onde os alemães os organizavam em pequenas colunas guardadas por uma escolta sumária. Os alemães seguiam para a frente de combate de forma ordenada, passando lado a lado com os prisioneiros, dirigindo-lhes um olhar natural.

Mais à retaguarda, após passarem as ruínas de Aubers, apesar do comportamento geral ser de respeito pelos prisioneiros verificaram-se ações de *souvenir*, mas comparavelmente de forma mais decente do que a forma de atuar da célebre quadrilha da *Mão Morta* que atuava em Ambleteuse²⁸.

A Espera no Depósito de Prisioneiros

Uma vez alcançada a prisão, ou o recinto vedado, o qual por vezes não era mais do que uma cerca do género que se usava para guardar as ovelhas, os prisioneiros não ficavam aí retidos mais de um dia ou dois dias, uma vez que se tratavam de sítios desprovidos de quaisquer condições materiais. Aí tinham de dormir no chão, enquanto aguardavam ordens para seguirem para um dos campos de prisioneiros. Durante a permanência nestes locais os prisioneiros recebiam comida de muito pouca qualidade e de forma muito irregular. Quando não existia espaço nestas prisões eram utilizados, muitas vezes, edifícios como igrejas ou fábricas abandonadas das redondezas.

Alexandre José Malheiro (Tenente-coronel de Infantaria, 6º Brigada de Infantaria, 9 de Abril de 1918) referiu que após ter sido interrogado por oficiais superiores alemães foi enviado para um barracão onde deveria passar a noite. Nesse barracão apenas se efetuava uma contagem sumária dos homens que aí chegavam, separando-os por nacionalidade e postos, para serem enviados de imediato para os respetivos campos de prisioneiros.

Concluído o registo e dependendo do fluxo de prisioneiros ao fim de poucos dias eram enviados por caminho-de-ferro aos seus destinos. Todos os prisioneiros eram

²⁷ Malheiros, 1919, p.95

²⁸ Magno, 1921b, pp.173-4

vacinados contra o tifo, cólera e varíola, antes de serem enviados para os campos de prisioneiros. Também indicou que existia um intérprete que num fluente português lhes explicou a situação e o que se iria passar. É de notar que Alexandre Malheiro indica que o trato foi muito afável e foi no diálogo com o intérprete que afirmou o sentimento geral de todos os prisioneiros da Grande Guerra: «*A guerra para nós acabou*²⁹ ».

Surpreendentemente e apesar da guerra de trincheiras colocar os inimigos muito próximos uns dos outros, poucos soldados tinham tido a oportunidade de ver um inimigo ao vivo, mesmo durante as incursões às linhas inimigas, o que levava a que os alemães a se deslocassem até estes locais de aprisionamento para verem soldados inimigos. Em alguns casos aconteciam trocas de pertences entre os prisioneiros com os soldados alemães para conseguirem obter comida. Era nestes campos que se entregavam os cartões de identificação para os prisioneiros preencherem com o nome, número e unidade a que pertenciam. Esta informação era posteriormente enviada para a Cruz Vermelha Internacional que a fazia chegar ao país e às famílias dos prisioneiros.

Os prisioneiros que se encontravam feridos eram separados dos restantes e eram levados para um posto de primeiros socorros, ou para um hospital para tratamentos médicos básicos³⁰. Neste sentido Afonso do Paço (Alferes - 3º Regimento de Infantaria, 9 Abril de 1918) referiu que:

*«... procurava eu transportar para o Posto de Socorro um dos meus soldados retalhados por estilhaços de granada. Não queria abandonar o meu ferido, mas os alemães não se comoveram, garantindo-me contudo que ele seria imediatamente pensado e tratado. Caminho adiante, um façanhudo, ao mostrar-lhe o meu galão de alferes, fez-me uma grande continência e encarregou-me de, com soldados portugueses que ali estavam, levar os nossos feridos*³¹.»

Francisco José de Barros (Capitão de Infantaria, 11ª Companhia, 4º Regimento de Infantaria, 9 de Abril de 1918) referiu que quando foi interrogado num posto de comando alemão foi experimentado «*...com perguntas formuladas por um oficial*

²⁹ Malheiro, 1919, pp.108-24

³⁰ Emden,2009, pp.37-8

³¹ Santos, 2008, p.97

alemão de bigodões grisalhos, falando um português que adquirira no Brasil, mas que parecia limado na moderna educação, pois a todos tratava por você.»

A posição de não responder a perguntas sobre questões militares não provocou qualquer situação de conflito, tendo o oficial alemão terminado o interrogatório com o comentário: «*você é um oficial inteligente*», respeitando a atitude e não insistindo mais. O final do interrogatório terminou com uma continência. O Capitão Francisco Barros acrescenta que num segundo interrogatório mais atrás das primeiras linhas alemãs, também não houve qualquer atrito ao não ter transmitido qualquer informação militar.³²

David Magno (Capitão de Infantaria, 13º Regimento de Infantaria) referiu que o grupo de oficiais em que se encontrava o Tenente-coronel Alexandre José Malheiro foi interrogado por um alemão em português corretíssimo e que antes de partirem para Lille, lhes foi permitido pernoitarem numa barraca, onde lhes deram cartões postais para poderem escrever às famílias e que ainda lhes foi dada uma ração ligeira de pão de centeio com salsicha e água. Em Carvin um oficial alemão explicou ao grupo de oficiais portugueses prisioneiros que não era possível dispensar melhor conforto e ficou a ideia que na atitude alemã existia uma evidente moderação no seu comportamento³³.

Do Depósito de Prisioneiros para os Campos de Internamento

A viagem incluía caminhar a pé até à estação de comboio mais próxima onde eram colocados em vagões de gado, em condições deploráveis, empacotados como sardinhas em lata, sem sanitários e pouca comida.

No início da guerra os comboios paravam nas cidades para que a população os vissem e tivessem a oportunidade de os insultar. Por vezes os comboios que transportavam os prisioneiros eram apedrejados pelos civis alemães.³⁴

No entanto, nem todos os prisioneiros de guerra eram enviados para os campos de prisioneiros na Alemanha. Um pequeno número ficava em França para ser usado

³² Barros, 1925, pp.119-20

³³ Magno, 1921b, p.176

³⁴ Emden, 2009, p. 39

como mão-de-obra barata no carregamento de abastecimentos, na reparação de edifícios e estradas, ou ainda em trabalhos nos campos agrícolas.

Em 1918, em consequência do bloqueio naval aliado, verificou-se na Alemanha uma quebra na produtividade industrial por escassez de matérias-primas e fome resultante da baixa produção agrícola por falta de mão-de-obra. Estas situações levaram a um aumento exponencial do emprego de prisioneiros de guerra como mão-de-obra. A utilização de prisioneiros foi ainda mais acentuada após a ofensiva alemã da primavera de 1918, que lhes proporcionou um reforço de prisioneiros ingleses e portugueses.

À data do Armistício, Novembro de 1918, foi estimado que um sexto dos prisioneiros britânicos se encontravam a trabalhar em França e na Bélgica, e que parte era ainda empregue na Alemanha em trabalhos agrícolas em quintas.

António Pereira dos Santos (1º Cabo, 3º Regimento de Infantaria, prisioneiro em Stallupönen, 1918) referiu que em 9 de Agosto de 1918, um civil prussiano foi procurar um carpinteiro ao campo de prisioneiros onde se encontrava (Stallupönen) e que o comandante do campo o enviou para trabalhar para esse civil. Posteriormente foi autorizado a permanecer na casa do civil, sob juramento de honra que não fugiria, o que ele garantiu.

«Porquanto é sagrado, que só se iria embora de casa dele, quando ele o mandasse, ou a guerra tivesse acabado»³⁵.

Após o início da retirada do exército alemão, no Verão de 1918, os prisioneiros de guerra que se encontravam em campos de prisioneiros em França e na Bélgica, foram obrigados a acompanhar a retirada das tropas em direção à Alemanha. Sofreram caminhadas forçadas, castigos cruéis e foram negligenciados na alimentação e higiene. No entanto é necessário lembrar que este tratamento não foi aplicado a oficiais³⁶.

O transporte dos oficiais portugueses entre campos de prisioneiros não seguiu o mesmo padrão de tratamento que Richard Van Emdem indica no seu livro *Prisoners of the Kaiser*. Ficou uma imagem diferente, no relato feito sobre o que observaram no caminho entre Rastatt e Breesen, e na passagem por Hamburgo, onde indicam o apoio

³⁵ Santos, 2008, p.113

³⁶ Emden, 2009, p.54

prestado pela Cruz Vermelha germânica e as condições favoráveis do dormitório onde pernoitaram³⁷.

A Vida nos Campos de Internamento

A maior parte da vida das praças enquanto prisioneiros de guerra não era passada nos campos de prisioneiros, mas sim em trabalho fora dos campos onde eram utilizados como estivadores, operários de fábricas, trabalhadores de minas, ou em trabalhos agrícolas.

Os prisioneiros estavam forçados a depender da comida fornecida nos campos prisionais, o que implicava um estado constante de fome. A fome levava os prisioneiros a uma depressão física e psicológica o que por vezes gerava que se confrontassem entre si. O problema da falta de comida era o que mais preocupava e que mais desmoralizava os prisioneiros.

A Convenção de Genebra e posteriores Conferências de Haia tinham concebido regras que definiam que os prisioneiros deveriam receber a mesma alimentação que a do exército captor, mas isso nunca aconteceu.

Havia, no entanto, no início da guerra uma diferenciação clara entre o tratamento dado pelos alemães aos prisioneiros ingleses em relação aos prisioneiros dos restantes países, porque os ingleses eram soldados profissionais e como tal eram vistos por estes como mercenários. O bloqueio económico que a Armada Britânica efetuou à Alemanha implicou ainda uma maior animosidade contra os prisioneiros. Atitude alemã era ainda mais conflituosa perante os prisioneiros que eram combatentes voluntários contra o Kaiser.

Em 1918, a situação económica da Alemanha era absolutamente crítica e mal podia alimentar as tropas e a sua população civil, o que impossibilitava alimentar os prisioneiros em condições aceitáveis. Esta situação implicou ainda uma maior degradação da qualidade das rações disponibilizadas e ao aparecimento de diversas doenças intestinais e de estômago³⁸. Os prisioneiros com mais sorte eram os que conseguiam trabalho nas cozinhas, conseguindo assim algum acesso suplementar à comida.

³⁷ Magno, 1921b, p.188

³⁸ Emden, 2009, pp. 108-8

A utilização dos refeitórios era efetuada através da formação de filas de um homem à entrada, para receberem a comida, que daí a levavam para comerem no barracão. Para além do caldo aí distribuído, por vezes era também entregue um pedaço de pão negro para dividir entre cada seis prisioneiros. Para os prisioneiros que trabalhavam fora dos campos a alimentação era ainda um problema maior. Era-lhes fornecida uma ração para 24 ou 48 horas, que devido à fome que passavam os levava a pensar se deveriam comer tudo logo e sofrer posteriormente a agonia da fome, ou ir comendo ao longo do tempo e estar sempre com uma constante sensação de fome. Era a tortura de olhar para a comida e não a comer.

Quando estes homens estavam sujeitos a trabalhos pesados, comer ou não era a diferença entre sobreviver mais um dia ou ser punido por não conseguir trabalhar, ou até acabar no hospital. Muitos dos que ficavam no campo surpreendentemente passavam o dia a pensar na fome ou a falar sobre ela e muitas vezes ficavam deitados nos seu barracões a falar sobre as comidas preferidas ou sobre o que iriam comer quando voltassem para casa.

Como era aplicada censura sobre a correspondência saída do campo era difícil comunicar a situação de fome às famílias e autoridades, optando muitas vezes por subterfúgios difíceis de entender pelos guardas alemães, ou mesmo códigos.

Os prisioneiros também tinham a perceção que o comportamento dos guardas prisionais não era homogéneo. Existiam dois grupos: os oficiais e os sentinelas que vigiavam o campo, sendo que existia alguma comunicação e simpatia entre os sentinelas e os prisioneiros. Os comandantes e outros oficiais superiores eram normalmente velhos oficiais dados como inadequados para o serviço na frente. Os oficiais subalternos encontravam-se ali por razões físicas ou psicológicas e as sentinelas porque pertenciam à reserva territorial e tinham sido incorporados compulsivamente como guardas prisionais, ou ainda, porque viviam próximo dos campos de prisioneiros com as suas famílias.

António Pereira dos Santos (1º Cabo, 3º Regimento de Infantaria, prisioneiro em Stalluponen, 1918) referiu as condições de saúde resultantes da fome e indicou que muitos prisioneiros de guerra foram contagiados com a gripe pneumónica, que se espalhou pela Europa em 1918, fazendo centenas de mortes entre estes. Um soldado do exército britânico que tinha sido feito prisioneiro com mais 2.000 soldados, em Maio de

1918, referiu que cinco meses mais tarde apenas restavam 292 homens desse grupo inicial³⁹.

Manuel Hermenegildo Lourinho (Tenente-médico, 10º Regimento de Infantaria, 9 de Abril de 1918) referiu que na correspondência trocada com a família enviou uma foto onde se encontrava a olhar para uma imagem de uma revista onde várias pessoas se encontravam sentadas à mesa a comer e que esta mensagem foi entendida pela sua mãe como «*aqui banqueteamo-nos... mas só com os olhos*». Noutra mensagem que conseguiu passar o censor, indicava que era necessário mandar uma encomenda para "o irmão do professor da Chança", que era ele próprio⁴⁰.

A falta de comida era efetivamente o grande problema que os prisioneiros tinham de atravessar. A fome levou por vezes a situações de desespero e de violência, não só contra os guardas alemães, mas mesmo entre prisioneiros até da mesma nacionalidade. O roubo de comida da cozinha, ou dos armazéns, era uma das poucas oportunidades para conseguir um complemento alimentar, mas a punição poderia ser violenta dependendo do campo. Normalmente estas situações findavam assim que as encomendas da Cruz Vermelha Internacional começavam a chegar com regularidade, no entanto, para os que não recebiam as *colis* a fome apenas acabou com o Armistício.

O Dia-a-dia e o Trabalho

Nas notícias publicadas na imprensa portuguesa era apresentado o tratamento dado aos prisioneiros de guerra alemães como muito cuidado, em contraste com o tratamento que os alemães davam aos prisioneiros aliados.

Era colocada a tónica que os prisioneiros aliados eram forçados a trabalhar sob um terror constante, em trabalhos muito diferentes do que faziam na sua vida civil e para os quais não estavam adaptados, existindo uma situação de sofrimento reforçada ainda mais com a escassez de alimentos.

Em contrapartida esta mesma imprensa indicava que em França os prisioneiros alemães eram selecionados de acordo com as suas aptidões e de acordo com as respetivas profissões, evitando tanto quanto possível a depreciação moral dos prisioneiros e que muitos eram enviados de comboio para a retaguarda para trabalhar na

³⁹ Emden, 2009, p.54

⁴⁰ Lourinho, 2006, p.117

agricultura⁴¹. Esta realidade era exagerada e fazia parte da propaganda contra os alemães.

As Encomendas - *Colis*

A sobrevivência dos prisioneiros internados em campos de prisioneiros deveu-se em muito à ação da Cruz Vermelha Internacional que conseguia fazer chegar encomendas aos prisioneiros com comida e agasalhos. No caso dos ingleses, que tiveram prisioneiros de longa duração, a dependência das *colis* foi total, o que levou a que o envio se tornasse uma indústria.

Em Portugal o envio das *colis* dependeu de iniciativas privadas como da Associação Cruzada das Mulheres Portuguesas, da Cruz Vermelha Portuguesa, do Triângulo Vermelho Português e do jornal O Século, que muito contribuíram para fazer chegar comida e agasalhos aos prisioneiros. O Estado português criou o Comité de Socorro aos Militares e Civis Portugueses Prisioneiros de Guerra como expressão organizadora das diversas iniciativas e com a função principal de coordenar as ações humanitárias com as estruturas de outros Estados aliados.

Essencialmente existiram dois tipos de encomendas: comida e roupa. O serviço de encomendas inglês chegou a ser tão regular que em alguns campos os prisioneiros ingleses deixaram de comer a comida fornecida pelos guardas alemães e até dar a prisioneiros de outras nacionalidades, como no caso dos prisioneiros russos que tinham sido abandonados pelo seu Estado após a revolução de 1917.

Os guardas alemães, tal como os prisioneiros de outras nacionalidades, invejavam a quantidade e a qualidade da comida que os ingleses recebiam, tanto mais que o bloqueio aliado piorava cada vez mais as condições de vida dos civis e dos militares alemães. Por vezes, verificaram-se situações em que os guardas trocavam vegetais frescos por outra comida, tabaco, sabão ou mesmo café dos prisioneiros.

Nem todas as encomendas enviadas pelos Estados aliados chegavam ao seu destino, em muito por causa de nem todos os prisioneiros se encontravam devidamente registados. Esta falta de registo também levou a que muitos portugueses fossem dados inicialmente como mortos e posteriormente regressaram a Portugal no repatriamento

⁴¹ Ilustração Portuguesa, n.º 659

final. Nem todos os prisioneiros recebiam cartões de registo quando da captura e muitos não tinham a possibilidade de enviar cartas para suas casas.

A Cruz Vermelha Internacional visitava regularmente os campos de prisioneiros e tomava notas sobre os soldados não registados, mas esta informação levava semanas a ser processada e a chegar aos respetivos países, altura em que estes já poderiam ter sido transferidos para outro campo.

José Maria Hermano Baptista (2º Sargento Infantaria, Secção de Metralhadoras, 5º Regimento de Infantaria, 9 de Abril de 1918) referiu que em 22 de Agosto de 1918 recebeu a primeira carta de Portugal. Esta fora escrita por sua mãe em 14 de Julho, onde indicava que até aquela data o consideravam morto e que tinha sido através da Cruz Vermelha que tinha recebido a notícia de que se encontrava vivo e de onde estava⁴².

Isto levou a situações em que muitas das encomendas não chegassem aos destinatários. A título de exemplo pode-se indicar que no campo de prisioneiros de Soltau, existiam 200.000 *colis* em armazém por entregar quando do Armistício⁴³.

Muitas foram as razões que se podem apontar para que os prisioneiros não tivessem recebido as encomendas, desde o comportamento dos guardas dos campos onde a disciplina era mais brutal e era utilizada a distribuição das *colis* como fator de repressão e de manutenção de disciplina, até situações de ineficiência logística, descuido, roubo e incompetência. Muitas vezes as *colis* eram abertas e até faltavam coisas, mas isto também se deve ao comportamento dos ingleses que no início dissimulavam mapas e bússolas dentro das encomendas com a finalidade de facilitar a fuga dos seus prisioneiros.

Os alemães permitiram que as encomendas com comida chegassem aos prisioneiros como forma de diminuir a pressão sobre o problema de alimentar. O impedimento do apoio humanitário teria trazido à Alemanha uma situação internacional insustentável, assim como repercussões porque existiam prisioneiros alemães na Grã-Bretanha que necessitavam também de receber encomendas e os alemães não pretendiam ter uma retaliação nesta matéria.

Por último a situação generalizada de fome na Alemanha levou à execução de roubos das *colis* dos armazéns por parte dos guardas e ao aparecimento de civis, mulheres e crianças, a pedir comida aos prisioneiros junto às redes dos campos⁴⁴.

⁴² Geraldo, 2006, p. 60

⁴³ Emden, 2009, p.123

Os Últimos Dias de Cativos

Os prisioneiros portugueses capturados em Abril de 1918 tiveram de imediato a noção que o Exército alemão não estava bem. Ao serem levados para trás das linhas de combate alemãs deparam-se com as insuficiências logísticas e materiais alemãs, bem visíveis no ar subnutrido dos solípedes e na quantidade de jovens de 16 anos em uniforme. Era evidente que os alemães já pouco mais tinham que a tropas utilizadas naquela ofensiva.

Carlos Olavo Correia de Azevedo (Alferes de Artilharia, 2ª Bateria, 7º Regimento de Artilharia, 9 de Abril de 1918) referiu:

«O que ali passava era uma tropa à bont de ressource, constituída por uma mistura de adolescentes e de velhos, com uma tralha de viaturas atrás que impressionou deploravelmente os meus olhos habituados ao luxo da organização inglesa. (...) Puxando um carro de companhia passou uma parelha que me fez rir: ao lado de um cavalo, um burro fazendo esforços para acompanhar o passo largo do companheiro que, de outro lado da lança, marchava desdenhosamente. (...) Velhos camiões arrastavam-se penosamente pelas estradas que o movimento do material as rodas dos carros e as chuvas tinham cortado de sulcos e semeado de covas⁴⁵.»

Quando a ofensiva alemã terminou no Verão de 1918 os aliados contra-atacaram e alemães começaram a retirar. Com o exército alemão os prisioneiros também acompanharam o movimento de retirada para o interior da Alemanha. A transformação da guerra de trincheiras em guerra de movimento levou a que os alemães na sua retirada não ficassem parados muito tempo no mesmo sítio, o que encheu as estradas de tropas, prisioneiros aliados e civis em fuga.

Em Setembro de 1918 começou a chegar aos campos de prisioneiros com mais insistência rumores que os aliados estavam a avançar e que os alemães estavam a perder a guerra.

Nos campos de prisioneiros onde existiam encomendas de comida armazenada a situação não foi muito grave e só tiveram de esperar pela paz. Para outros prisioneiros a

⁴⁴ Emden, 2009, 124

⁴⁵ Olavo, 1918, p.21

situação tornou-se muito crítica com a desestruturação da economia e a rotura dos circuitos de comunicação e da logística de apoio aos campos.

Nos últimos meses da guerra para além da fome surgiu entretanto um outro problema, a gripe pneumónica que alastrava pela Europa e estava a matar os prisioneiros a um ritmo alarmante, dada a debilidade física e de resistência em que se encontravam⁴⁶. Com o colapso político do governo alemão e com o início dos tumultos internos, muitos comandantes e guardas de campos de prisioneiros tornaram-se menos agressivos e até complacentes. Por fim os guardas acabaram por desaparecer e os campos ficaram abandonados aos prisioneiros⁴⁷.

Os prisioneiros que se encontravam em França e na Bélgica receberam a notícia através dos civis locais, ou então através dos oficiais alemães que os informaram que a guerra tinha acabado e eram livres para se irem embora. No final do conflito a situação transformou-se num simples abandono dos prisioneiros nos campos de prisioneiros e na partida dos guardas para Este em direção à Alemanha. Por outro lado os prisioneiros, por iniciativa própria, iniciaram a caminhada para Oeste em direção às linhas aliadas. Por inúmeras vezes durante a retirada alemães e prisioneiros cruzaram-se ao longo das mesmas estradas.

Para os prisioneiros que se encontravam na Alemanha, junto às fronteiras da França, ou da Holanda, a notícia do fim da guerra foi inesperada, uma vez que as notícias sobre a guerra na Alemanha eram censuradas e não existia informação sobre a retirada alemã. Para os prisioneiros que se encontravam em campos de prisioneiros no interior da Alemanha a notícia do fim da guerra chegou mais tarde e para aqueles que trabalhavam em quintas isoladas chegou ainda mais tarde ou acabou por nunca chegar.

Nos termos do Armistício a Alemanha ficou obrigada a libertar de imediato todos os prisioneiros sem reciprocidade, o que fez com que de repente ficassem centenas de milhares de prisioneiros dispersos por toda a Alemanha sem saberem como regressar.

Os prisioneiros que se encontravam em França e na Bélgica durante a sua marcha para casa foram bem recebidos pelas populações locais que os apoiaram, tanto em alojamento como em comida e acabaram por ser recolhidos pela guarda avançada dos aliados que depois os transportaram para o porto de Calais de comboio, onde chegaram ao fim quatro dias após o Armistício.

⁴⁶ Jones, 2011, pp. 246-248

⁴⁷ Emden, 2009, p. 138

A situação de instabilidade na Alemanha de desordem social e civil levou a que muitos prisioneiros ao amanhecer do dia 12 de Novembro vissem os campos de prisioneiros abandonados pelos guardas e de portas abertas. Mas a situação mais corrente foi a dos comandos dos campos indicarem aos prisioneiros para aguardarem instruções para o repatriamento. Para os prisioneiros que decidiram ir sozinhos para a França, passaram por situações em que houve conflitos graves entre estes e a população civil alemã.

O repatriamento acabou por ser lento e desorganizado, não só pela instabilidade social já referida mas também como forma de pressão sobre os aliados, uma vez que lhes foi sido retirado grande parte do material rolante, por exigência das contrapartidas do Armistício. A Cruz Vermelha Internacional, em Janeiro de 1919, percorreu os 21 Distritos Prisionais localizados na Alemanha em busca de prisioneiros esquecidos, mas em Fevereiro de 1919 ainda existiam prisioneiros britânicos a aguardar repatriamento dentro da Alemanha.

As rotas de regresso dos prisioneiros fizeram-se pelos portos de Calais, Roterdão, Hamburgo e Copenhaga. Muitos prisioneiros que não se encontravam em condições físicas de regressar estiveram primeiro em campos de recuperação para ganharem peso antes de voltar a casa⁴⁸.

Campos de Internamento de Prisioneiros

O Corpo Expedicionário Português, no período em que esteve em França (1917-1918) registou 6.778 prisioneiros, dos quais 6.585 foram feitos no dia 9 de Abril de 1918, durante a Batalha de La Lys. Para se ter uma ideia da violência da ofensiva alemã, antes de 9 de Abril de 1918, o CEP apenas tinha tido 168 prisioneiros e após 11 de Abril até 11 de Novembro de 1918, dia do Armistício, só tiveram mais 25 prisioneiros.

É de lembrar que durante a primeira parte da ofensiva alemã *Operação Michael*, entre 21 de Março e 5 de Abril de 1918, foram capturados 54.000 prisioneiros da Força Expedicionária Britânica e que destes 21.000 foram capturados nas primeiras horas da ofensiva alemã no primeiro dia⁴⁹.

⁴⁸ Emden, 2009, pp. 150-2

⁴⁹ Emden, 2009, p.36

O internamento de prisioneiros portugueses na Suíça, ao abrigo de uma convenção a ser assinada entre Portugal e a Alemanha, não aconteceu, apesar do Ministro da República portuguesa em Berna, Dr. Bartolomeu Ferreira, ter tido a intenção de promover uma negociação direta com a Alemanha, sem passar pela Suíça, para a troca de prisioneiros, chegando mesmo a receber instruções para tal. A intenção da negociação direta com a Alemanha enquadrava-se numa idêntica posição que a Itália tomou, dados os custos associados ao internamento de prisioneiros na Suíça. No entanto, com a aproximação da paz as negociações não tiveram lugar⁵⁰.

Terminada a ofensiva alemã em Julho de 1918 os prisioneiros aliados foram distribuídos por vários campos, tendo o campo de Breesen, construído especialmente para internar oficiais, recebido os oficiais portugueses. Neste campo encontravam-se os prisioneiros tomados no dia 9 e 10 de Abril de 1918, nas localidades de Neuve Chapelle, La Couture, Pont du Heme, Vieille Chapelle, Le Touret e Lavantie.

A chegada efetiva dos oficiais portugueses a Breesen deu-se a partir de Julho de 1918 até Outubro de 1918, um mês antes do fim da guerra. O Capitão Henrique dos Santos, da 6ª Brigada de Infantaria, que foi aprisionado em Neuve Chapelle, no dia 9 de Abril de 1918, foi transferido de Fürstenberg para Breesen a 10 de Outubro. O Tenente-coronel Alexandre Malheiro estava no campo de Fuchsberg-bei-Uchte, antes de ter sido transferido para Breesen⁵¹.

Outro oficial, o Alferes Eduardo Djalme d'Azevedo, do Batalhão de Infantaria 32, que tinha sido capturado a 25 de Outubro de 1917, durante um *Raid* às linhas alemãs encontrava-se inicialmente no campo para oficiais da marinha, em Karlsruhe, também foi transferido para Breesen⁵² a 10 de Outubro de 1918.

A quase totalidade dos oficiais foi internada inicialmente no campo Friedrichsfeld, local onde os alemães tinham concentrado todos os prisioneiros efetuados na zona do Lys. Quando as hostilidades terminaram a 11 de Novembro de 1918, encontravam-se internados em Breesen 262 oficiais.

No campo de Friedrichsfeld que mais tarde ficou reservado para praças, em Agosto de 1918 encontravam-se internados mais de 5.000 praças e oficiais. Como referido, só em Outubro é que terminou a transferência dos oficiais para Breesen.

⁵⁰ Soares, 1919, p.58

⁵¹ Malheiro, 1919, p. 103

⁵² PT/AHM, D1/S35/CX1333, relação de prisioneiros de Karlsruhe

Sobre a vivência em Friedrichsfeld existem referências de José Maria Hermano Baptista, 2º Sargento Infantaria da 5ª Secção de Metralhadoras, do Batalhão de Infantaria 9, que foi ferido e capturado pelos alemães na Batalha de La Lys. Depois de ter passado algum tempo hospitalizado em Wesel foi transferido para o campo de prisioneiros de guerra Friedrichsfeld, onde permaneceu de Maio a Dezembro de 1918.

Outros campos como o de Dülmen, para as praças, localizado na Westfalia, receberam cerca de 300 praças portuguesas, ou de Minden, localizado na Saxónia, com um número bastante menor de praças portuguesas⁵³.

Existe um relatório da Embaixada dos Estados Unidos da América, datado de 24 de Março de 1916, escrito em sequência da visita do Sr. Dresel aos campos de Münster I, II, III e IV, que descreve a sua constituição. Assim, o campo era constituído por duas grandes zonas retangulares, que alinhavam barracas de ambos os lados. Cada uma das zonas tinha a cozinha, zona de lavagens e de banhos, e ainda uma área cultivada pelos prisioneiros. Os prisioneiros estavam divididos entre as duas zonas, ficando de um lado os britânicos e do outro os franceses. Do lado britânico, ainda ficavam outras nacionalidades mas em barracas separadas.

Nas barracas, as camas eram do tipo beliche e aparentemente sobrelotadas. A luminosidade era fraca e a luz elétrica era fornecida apenas por duas lâmpadas no interior da barraca de dimensões aproximadas de 57m x 14m. Apresentavam janelas apenas num dos lados, o que não facilitava a ventilação. Ao longo da guerra as estruturas foram melhorando e os campos que foram construídos mais tardiamente já apresentavam melhor ventilação.

Os prisioneiros britânicos apresentavam-se bem vestidos, muito devido à receção regular das *colis* da Inglaterra. Quanto à alimentação, os prisioneiros britânicos conseguiam ser alimentados quase apenas pelas encomendas recebidas, dispensando regularmente a comida fornecida pelos guardas. Os americanos, enquanto ainda neutros e através da Young Men's Christian Association (YMCA), construíram no campo um edifício que continha uma Igreja, um teatro, uma biblioteca e outras salas. Todas as semanas um Reverendo vindo de Nova Iorque, pertencente à International Committee of the Association, prestava serviços religiosos no campo.

Muitos dos prisioneiros eram levados a trabalhar nas minas de carvão que ficavam junto dos campos II e III. O campo IV estava reservado a prisioneiros russos e

⁵³ Blanchet, 1918, pp.22-3

os campos I, II e III eram considerados campos de registo (triagem) de prisioneiros, ou seja, eram basicamente campos de passagem. Em Outubro de 1918, estavam internados nestes campos 285 portugueses⁵⁴.

Há ainda notícias dispersas sobre a presença de praças portuguesas em outros campos, mas em número muito reduzido, como em Stallupönen e Schneidemühl na Prússia Oriental, Lazarett III em Hamburgo, e Parchim que, em Outubro de 1918, apresentava 76 praças portuguesas aí internadas.

Repatriamento dos Prisioneiros

O regresso dos primeiros prisioneiros de guerra portugueses a casa foi efetuado em festividade, ou pelo menos com respeito por quem tinha sofrido estoicamente o cativo. A maior parte dos civis e militares não viram as condições em que chegaram os prisioneiros vindos do interior da Alemanha, mas aqueles que observaram a sua chegada referiram que as condições vividas por esses homens foram das piores condições humanas vividas em toda a guerra. Porém a euforia do pós-guerra desvaneceu-se rapidamente e os prisioneiros que regressaram em Janeiro e Fevereiro de 1919 já não receberam qualquer acolhimento especial.

Refira-se que muitos quando chegaram a casa encontraram as suas famílias de luto por si em consequência da falta de notícias durante o cativo. Os danos psicológicos, os danos físicos provocados pela insuficiência alimentar no aparelho digestivo e pelas condições de trabalho no sistema respiratório levaram a que muitos viessem a ter uma esperança de vida menor, ou mesmo que viessem a se suicidar. Parte desses homens que sofreram o cativo vieram a morrer nos 10 ou 20 anos seguintes de doenças diretamente relacionadas com as condições desse mesmo cativo⁵⁵.

Na Grã-Bretanha a desmobilização dos seus prisioneiros de guerra não foi imediata e mesmo alguns após uma licença de dois meses regressaram ao serviço militar por mais algum tempo.

Os prisioneiros de guerra alemães que se encontravam em Inglaterra só foram repatriados após a assinatura do Tratado de Versalhes em 28 de Junho de 1919. Não foi

⁵⁴ Referrido no fórum dedicado à Grande Guerra, in Great War Forum, por Doug Johnson, <http://1914-1918.invisionzone.com/forums/index.php?showtopic=110439>, (7/07/2012)

⁵⁵ Emden, 2009, pp. 174-6

garantido igual tratamento para os prisioneiros das potências centrais que se encontravam em França e na Rússia. Muitos ainda se encontravam presos, ou mesmo obrigados a trabalhos forçados, quando da intervenção do Comité Internacional da Cruz Vermelha e do Conselho Supremo de Guerra em 1919, que requereram que os prisioneiros Alemães, Austro-Húngaros e do Império Otomano fossem libertados. Refira-se que os prisioneiros alemães e austro-húngaros na Índia portuguesa só foram repatriados em Dezembro de 1919⁵⁶.

Em 11 de Abril de 1920 a Sociedade das Nações organizou a repatriação de 425.000 prisioneiros das potências centrais que ainda se encontravam detidos pelos aliados e na Rússia.

O regresso das tropas portuguesas prolongou-se durante vários meses após o final dos combates e para muitos prisioneiros esse regresso só aconteceu dois anos depois.

Os portugueses começaram a chegar em Novembro de 1918, via Brest, com o regresso de 485 ex-prisioneiros, seguido de um outro contingente em Dezembro⁵⁷.

Em Dezembro foi considerado que quase todos os prisioneiros de guerra portugueses se encontravam livres dos campos de prisioneiros da Alemanha e a caminho da fronteira de França, Bélgica ou Holanda, para serem posteriormente embarcados para Portugal.⁵⁸

Chegados a Lisboa no dia 2 de Janeiro de 1919, no cruzador auxiliar "NRP Pedro Nunes", cerca de 710 repatriados foram recebidos pelo Presidente da República Almirante João do Canto e Castro Silva Antunes, que acompanhado pelo Capitão de Mar e Guerra Ivens Ferraz, General Côrte-Real e restante comitiva, assistiram ao seu desembarque.

As senhoras da Cruzada das Mulheres Portuguesas e da Instituição das Madrinhas de Guerra acolheram os militares no cais do Posto de Desinfecção de Alcântara, distribuíram pelos recém-chegados café, bolos e tabaco. Na receção oficial que aconteceu no dia seguinte à chegada, 3 de Janeiro, para além de estarem presentes

⁵⁶ Cota, 2011, pp. 26-9

⁵⁷ Ilustração Portuguesa, n.º 667

⁵⁸ Ilustração Portuguesa, n.º 669

entidades oficiais, também estiveram muitas senhoras da Comissão Protetora de Prisioneiros de Guerra e representantes da Cruz Vermelha Portuguesa.

Em Janeiro de 1919 continuavam em plena atividade os serviços de repatriação dos prisioneiros de guerra, que ainda procuravam por homens disseminados pelos vários campos de prisioneiros na Alemanha (Gross Born, Friedrichesfeld, Schneidemühl e Breesen).

Nesta data vários soldados portugueses já tinham conseguido transpor a fronteira alemã, de acordo com informações oficiais, mas por iniciativa própria e de forma desorganizada. Pelo menos seis oficiais capturados em 9 de Abril de 1918 já se encontravam em Lisboa, entre os quais o Capitão Santos Nogueira, que regressou sozinho do campo de prisioneiros de Breesen, marido da Sr.^a D. Maria del Pilar Santos Nogueira, Secretária Geral da Comissão Protetora dos Prisioneiros Portugueses.

Em 19 de Janeiro de 1919 chegou a Lisboa um segundo transporte com mais 1.529 ex-prisioneiros de guerra a bordo do navio inglês "SS Helenus", os quais foram de seguida encaminhados para o Depósito de Adidos da Guarnição de Lisboa.

Em Fevereiro de 1919 o navio "SS Helenus" transportou um novo contingente de ex-prisioneiros portugueses que também foram recebidos no cais do Posto de Desinfecção de Alcântara, pelo representante do Presidente da República Alferes Palma, o Ministro da Guerra Tenente-Coronel Freitas Soares e o chefe da missão inglesa em Lisboa General Barnardiston. Os soldados foram recebidos por um grupo de madrinhas de guerra composto por um grande número de senhoras inglesas que lhes distribuíram donativos.

No dia 19 de Abril de 1919, chegou a Lisboa outro navio inglês o "SS Menominee" com mais 1.337 ex-prisioneiros portugueses repatriados de França. Estiveram presentes representantes oficiais e um contingente da marinha que lhe fez guarda de honra e no dia 28 de Abril de 1919, chegou mais um transporte de prisioneiros de guerra portugueses a bordo do cruzador auxiliar inglês "HMS Northwestern Miller", também recebidos pelo Ministro da Guerra Alferes Palma, em representação do Presidente da República. Neste contingente regressou o Coronel Felisberto Alves Pedrosa, que também se encontrava prisioneiro desde 9 de Abril de 1918.

O regresso de outros contingentes de tropas não recebeu igual manifestação de apreço e carinho à chegada, tendo-se escondido a chegada de outros contingentes de tropas e de prisioneiros pela demora do transporte⁵⁹.

Por último há que referir o Triângulo Vermelho, instituição Norte-Americana que irradiou pelo mundo e chegou a Portugal após a intervenção americana no teatro de guerra em França. Dedicou a sua ação de beneficência em Portugal em prol dos soldados, ação que já efetuava em França durante a guerra. A constituição do Triângulo Vermelho Português teve como objetivo a assistência moral e material dos soldados repatriados.

O Triângulo Vermelho Português através do seu comité internacional também auxiliou os nossos prisioneiros que se encontravam retidos na Alemanha. Foi considerada a instituição que mais ajudou diretamente os nossos militares em França e quando do repatriamento em 24 de Março de 1919 montou um serviço de atendimento na Rua 24 de Julho em frente ao Jardim de Santos, com tendas de apoio onde forneciam aos militares tabaco, chá, café, chocolate, papel de carta e ainda disponibilizava espaço jogos sociais e cinema com o intuito de ocupar os soldados, enquanto esperavam transporte para regressar às suas famílias.

⁵⁹ Rosa, 2010, p.353

Conclusão

A investigação efetuada durante este trabalho teve como base os textos publicados por combatentes portugueses onde redigiram as suas memórias de combate e de cativo, se bem que houve também a necessidade de efetuar várias outras pesquisas diretamente em arquivos nacionais, em especial no Arquivo Histórico Militar e no Arquivo Histórico da Cruz Vermelha.

Foi um objetivo deste trabalho fazer despontar uma outra visão sobre a missão militar portuguesa no teatro de guerra em França, através do reviver das experiências individuais e da memória coletiva. Um outro objetivo deste trabalho foi de redirecionar a memória sobre a intervenção dos portugueses na Grande Guerra, para o nível dos combatentes, ultrapassando as grandes explicações estratégicas e políticas que a história sobre a Grande Guerra tem sistematicamente abordado ao longo dos tempos.

Neste sentido a investigação residiu na concentração de memórias e na interligação das experiências publicadas, ultrapassando o âmbito da historiografia clássica nacional com a procura de referências em outros estudos europeus. Estivemos igualmente cientes que as memórias analisadas não esgotavam o tema e que muito não se encontra exarado nas memórias publicadas por razões de autocensura ligada a uma certa inibição moral que impedia de relatar situações de maior violência e sentimentos perante a morte.

Os memorialistas relataram que os soldados ao chegarem ao *Front* não faziam qualquer ideia sobre a realidade que iriam encontrar. Nos primeiros tempos esses homens apresentavam um moral elevado e até se sentiam acarinhados pelos civis por onde passam, mas conforme o tempo foi decorrendo começaram a sentir-se desapoiados e por fim abandonados por Portugal nas trincheiras da Flandres.

O estado de espírito dos soldados portugueses foi progressivamente enfraquecendo com a falta de descanso na retaguarda, falta de licenças para irem a Portugal e por último com quebra de expectativas devido à quebra de expectativas com a inexistência do *roulement*.

Para além das patrulhas rotineiras de trincheira e alguns *Raids* de grande envergadura, especialmente pouco antes da ofensiva alemã de 9 de Abril de 1918, onde os portugueses experimentam o verdadeiro inferno da máquina de guerra alemã, a vida no *Front* era monótona.

É de remarcar a importância que o comportamento da 2ª Divisão do Corpo Expedicionário Português teve na absorção do choque inicial provocado pela ofensiva a 9 de Abril e na consequência desta situação. A desproporção de forças e a determinação dos alemães em cada uma das suas manobras ofensivas da Primavera de 1918, implicaram sempre a destruição da linha da frente por onde iniciavam os seus ataques. Fosse quem fosse: britânico, franceses ou portugueses o desfecho de La Lys teria sido sempre o mesmo e assim a 2ª Divisão, enquanto unidade militar operacional ficou completamente destruída nesse dia devido às baixas sofridas: mortos, feridos e prisioneiros.

A Grande Guerra foi a primeira guerra moderna, não só pelos equipamentos utilizados como pela capacidade logística do exército que possibilitou a existência de horas contínuas de fogo e destruição. Esta capacidade de destruição levou a que os combatentes criassem progressivamente a consciência de que a probabilidade de sobreviverem estava cada vez mais longe da capacidade individual para se defenderem e é neste sentido que muitos dos autores nos falam sobre o processo de alheamento da realidade que os homens foram progressivamente interiorizando.

São poucos os que revelam momentos em que mataram algum inimigo, mas é preciso perceber que os portugueses não foram sempre as vítimas na frente de combate, muitas vezes foram atores de atos de muita violência acabando por ferir e matar. No entanto alguns textos descrevem a existência de corpos mortos mutilados e de pedaços de carne humana dispersos por todo o lado, em cenários constantes de horror, demonstrando a morte como um espetáculo banal.

Para essa banalização do horror em muito contribuíram os combates e os bombardeamentos que os homens suportaram no *Front* e também a fadiga extrema acrescida pelos trabalhos constantes de reconstrução das defesas, de reparação das linhas de comunicação e as condições climatéricas extremas do Inverno de 1917. Para além do perigo de morte o sofrimento era acrescido pelas condições de falta de higiene em que se vivia nas trincheiras. Estas eram degradantes, com lamas, com águas estagnadas, ratazanas, vermes, pulgas e piolhos que contribuíram para a quebra do moral e alheamento da realidade.

Ao longo do estudo também identificámos outro fator de sofrimento ligado à rutura com a família, evidenciado pela impossibilidade de ir a casa e pela dependência

total do Serviço de Correio de Campanha para obterem notícias da família. A saúde dos pais, da mulher e dos filhos também contribuiu para a quebra do moral no CEP.

A desigualdade de direitos entre os oficiais e as praças, principalmente sobre aqueles que se mantinham junto às trincheiras, escandalizava pelo comportamento dos oficiais que se encontravam na retaguarda, como no caso dos oficiais de Estado-maior. A prerrogativa dada aos oficiais para irem a casa de licença e a proibição para as praças gozarem do mesmo direito, acrescido das implicações das expectativas geradas em volta da *Lei de Roulement*, acabou por ser um fator predominante para o despoletar das situações de motins que se verificaram durante a campanha.

No entanto identificámos que estes fatores negativos não retiraram capacidade individual de combate, mantendo-se até ao fim da guerra uma relação de camaradagem e de respeito pelos oficiais nos momentos de adversidade ao nível orgânico de Companhia.

A partir de 9 de Abril, os homens do CEP dividiram-se em dois grandes grupos: os que ficaram prisioneiros e os que se tornaram insurretos, com honrosa exceção para os três Batalhões de Assalto que foram formados em Outubro de 1918 e que acompanharam as tropas britânicas no avanço pela Bélgica a dentro.

Os que ficaram prisioneiros foram levados para a Alemanha onde passaram frio, fome e abandono, devendo-se em muito à Cruz Vermelha e a outras iniciativas privadas nacionais o apoio que a estes chegou. Fruto de um país em constantes convulsões governamentais não teve capacidade organizativa suficiente para apoiar os seus soldados nas trincheiras em França e muito menos os seus soldados nos campos de prisioneiros na Alemanha.

Se bem que os motins verificados no CEP em França até ao final de 1917 tenham sido essencialmente por cansaço e pelo impasse em que se encontrava a guerra de trincheiras, os motins verificados após Abril de 1918 derivaram da falta de vontade de voltar a combater, de uma evidente quebra de comando e de sublevação coletiva.

Terminamos assim o trabalho concluindo que a indisciplina verificada no Corpo Expedicionário Português foi resultado da falta de autoridade generalizada na classe de oficiais, em muito pela postura que estes tomaram no *Front*, da forma discriminatória como estes obtinham as licenças para se deslocarem a Portugal e que posteriormente não regressaram a França, situação que se transformava em fuga aos olhos das praças.

Ficámos convictos que este fator foi muito mais importante para a desmoralização do CEP do que a incompreensão quanto à necessidade de combaterem naquele teatro de guerra, ou mesmo o resultado das condições psicológicas e físicas por que passaram.

A desmoralização quebrou coletivamente a consciência das responsabilidades individuais e delegadas e quando a disciplina e o moral falharam, só se podia esperar que o CEP se comportasse como um grupo heterogéneo, como uma multidão que apenas obedecia aos seus instintos básicos de sobrevivência e por consequência acontecessem os motins verificados após 9 de Abril.

Bibliografia

- AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos de Matos, 2010.** *Portugal e a Grande Guerra, 1914 - 1918*, Lisboa, Quidnovi.
- ALMEIDA, Humberto de, 1919.** *Memórias dum Expedicionário a França, com a 2ª Brigada d'Infantaria, 1917-1918*, Porto, Tipografia Sequeira.
- ALMEIDA, Lourenço Chaves, 2007.** *Memórias de um ferreiro*, Coimbra, Imprensa Universitária de Coimbra.
- BARBUSSE, Henri, 1916.** *Under Fire*, Tradução inglesa por Robin Buss (2003), 3ª ed, Suffolk, Penguin Books.
- BARROS, Francisco José de, 1925.** *Portugueses na Grande Guerra, Narrativas dum trincheirista na Flandres, Angustias do Cativo*, Lisboa, Serviços Gráficos do Exército.
- BARROTE, Susana de Brito, 2010.** *Pedro de Freitas: A Vida e Obra de um Escritor e Musicólogo Nacionalista (Tesis Doctoral)*, Salamanca, Universidade de Salamanca.
- BECKER, Jean-Jacques, 1980.** *The Great War and the French People*, Tradução inglesa, Leamington Spa, Berg.
- BEJA, Nuno, 1922.** *Esboço duma bibliografia da Grande guerra*, Coimbra, Tipografia Reis Gomes.
- BLANCHET, Eugène-Louis, 1918.** *En Représailles*, Paris, Payot & Cie.
- BRANDÃO, Fernando de Castro, 1991.** *República (A) I Portuguesa: uma cronologia*, Lisboa Livros Horizonte.
- BRANDÃO, José, 1926.** *Notas Subsidiárias para uma Bibliografia Portuguesa da Grande Guerra*, Lisboa, Livraria Sá da Costa.
- BRAZ, António, 1935.** *Como os prisioneiros portugueses foram tratados na Alemanha: Apontamentos para a História da Grande Guerra*, Elvas, Tipografia Popular.

BRUN, André, 1923. *A Malta das Trincheiras; Migalhas da Grande Guerra 1917-1918*, 8ª ed. Lisboa, Guimarães e Cª.

BRUN, André, 1931. *Soldados de Portugal, A Legião portuguesa - A guerra peninsular*, 1ª ed, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco.

CARVALHO, Mário Afonso, 1944. *O Bom Humor no CEP*, Lisboa, Edição da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.

CASIMIRO, Augusto, 1917. *Nas Trincheiras da Flandres*, 2ª ed., Porto, Edição da Renascença Portuguesa.

CASIMIRO, Augusto, 1919. *Sidónio Pais: Algumas notas sobre a intervenção do Portugal na Grande Guerra*, Porto, Livraria Chardron de Lello & Irmão, Lda.

Catálogo das Publicações Relativas à Primeira Grande Guerra Existentes na Biblioteca da Liga dos Combatentes, 1960, Lisboa, Edições da L.C.G.G..

CÉRTIMA, António de, 1924. *Epopeia Maldita*, 3ª ed., Lisboa, Portugal-Brasil.

CHAGAS, João, 1932. *Diário de João Chagas, Vol. IV: 1918-1921*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira.

CORTESÃO, Jaime, 1919. *Memórias da Grande Guerra, (1916-1919)*, 3ª ed., Porto, Edição da Renascença Portuguesa.

COSTA, Gomes da, 1920. *Corpo (O) de Exército Português na Grande Guerra: A Batalha do Lys*, 1ª ed., Porto, Editora Renascença Portuguesa.

COSTA, Gomes da, 1925. *Portugal na Guerra: A Guerra nas Colónias*, Lisboa, Sociedade Editora Arthur Brandão & Cª, 1925.

COTA, João Paulo Nazaré, 2011. *The Repatriation of the WWI German and Austrian internees in Portuguese India*, CFP Boletim do Clube Filatélico de Portugal, n.º 432, Junho de 2011, pp.19-30.

CROZIER, F.P, 1930(1950). *A Brass Hat in No Man's Land*, London, Hesperides Press

DIAS, Costa, 1920. *Flandres: Notas e Impressões*, Lisboa, Imprensa Líbano e Silva.

DUCASSE, André, MEYER, Jacques e PERREUX, Gabriel, 1959. *Vie et mort des français 1924-1918*, coordenação de Maurice Genevoix, Paris, Hachette.

ECO, Humberto, 2004. *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*, 11ª ed., Lisboa, Editorial Presença.

EMDEN, Richard Van, 2009. *Prisoners of the Kaiser, The Last POWs of the Great War*, South Yorkshire, 1ª ed., Pen & Sword Books Limited.

Enciclopédia pela Imagem: Portugueses (Os) na Grande Guerra, 1936, Porto, Lello & Irmãos – Editores.

ENGLUND, Peter, 2011. *La Belleza Y el Dolor de la Batalla*, Tradução de Caterina Pascual Söderbaum, 2ª ed., Barcelona, Roca Editorial de Libros.

FERRO, Marc, 1969. *A Grande Guerra 1914-1918*, Lisboa, 2ª ed. (1990), Edições 70.

FRAGA, Luís Alves de, 2003. *Guerra e Marginalidade: O Comportamento das Tropas Portuguesas em França 1917-1918*, Lisboa, Prefácio.

FRAGA, Luís Alves de, 2006. *General Tomás Garcia Rosado: O outro comandante do CEP, França 1918-1919*, Lisboa, Prefácio.

FRANCO, Garça, 1993. *Censura (A) à Imprensa (1820-1974)*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

FREIRIA, Fernando, 1918. *Portugueses (Os) na Flandres*, Lisboa, Tipografia da Cooperativa Militar.

FREITAS, Pedro de, 1935. *minhas (As) recordações da Grande Guerra*, Lisboa, Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.

GERALDO, José Custódio Madaleno, 2006. *José Maria Hermano Baptista: Um Herói na Grande Guerra 1917-1919*, Coleção História Militar - Estudos e Documentos, Lisboa, 1ª ed., Prefácio.

GILBERT, Martin, 2008. *The Routledge Atlas of the First World War*, New York, 3º ed., Routledge.

GOMEZ, Hipólito de la Torre, 1998. *Na Encruzilhada da Grande Guerra:*

Portugal-Espanha 1913-1919, (tradução), Lisboa, Editorial Estampa

GOMEZ, Hipólito de la Torre, 2002. *El imperio del Rey alfonso XIII, Portugal y los ingleses (1907-1916)*, Mérida, Editora Regional de Extremadura.

GRANJO, António, 1919. *Grande (A) Aventura: Cenas da Guerra*, Lisboa, Portugal-Brasil Limitada.

HENRIQUES, Mendo Castro e LEITÃO, António Rosas, 2001. *La Lys - 1918 - Os Soldados Desconhecidos*, 1ª ed., Lisboa, Prefácio.

JONES, Heather, 2011. *Violence against Prisoners of War in the First World War: Britain, France and Germany, 1914-1920*, Cambridge, University Press.

JÜNGER, Ernst, 1922. *Guerra (A) como Experiência Interior*, Tradução de Armando Costa e Silva (2005), Lisboa, Editora Ulisses Ltd.

LAMB, David, *Mutinies* <http://www.prole.info/pamphlets/mutinieswwi.pdf>
(26/07/2011)

LEAL, Cunha, 1966. *Minhas (As) Memórias: Romance duma época, duma família e duma vida, de 1888 a 1917*, Vol I, Lisboa, Edição de Autor.

LEAL, Cunha, 1967. *Minhas (As) Memórias: Na Periferia do Tufão, de 1 de Janeiro de 1917 a 28 de Maio de 1926*, Vol II, Lisboa, Edição de Autor.

LEAL, Ernesto Castro, 2011. *Memórias da Grande Guerra (1914-1918) na*

Renascença Portuguesa. Cogitationes. Juiz de Fora, ano II, n. 5, Agosto-
Novembro/2011, p. 5-20,

<http://www.portalsophia.org/textos/cogitationes/cogitationes05/cogitationes05.pdf>

Livro de Ouro da Infantaria, 1922, Lisboa, Tipografia Fernandes.

LOBO, F.M. da Costa, 1922. *Le Problème Mondial et L'Action du Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

LOEZ, André, 2010. *14-18. Les refus de la Guerre, Une histoire des mutins*, Folio *Histoire Inédit*, Saint-Amand (Cher), Gallimard.

LOURINHO, Manuel Hermenegildo, 2006. *Prisioneiros Portugueses na Alemanha 1º Grande Guerra 1917-1919*, Coleção História Militar - Estudos e Documentos, Lisboa, Prefácio.

MAGNO, David, 1921a. *Livro da Guerra de Portugal na Flandres. Descrição militar histórica do CEP. Recordação das trincheiras, da batalha e do cativo. Figuras, factos e impressões*, Vol I, Porto, Companhia Portuguesa Editora.

MAGNO, David, 1921b. *Livro da Guerra de Portugal na Flandres. Descrição militar histórica do CEP. Recordação das trincheiras, da batalha e do cativo. Figuras, factos e impressões*, Vol II, Porto, Companhia Portuguesa Editora.

MALHEIRO, Alexandre, 1925. *Da Flandres ao Hanover e Mecklenburg: Notas dum Prisioneiro*, Porto, Edição Renascença Portuguesa.

MALHEIRO, António Ménici, 1934. *Entre Milhafres*, Braga, 1ª ed., Editora Braga.

MARDEL, Eugénio, 1923. *Brigada (A) do Minho na Flandres, (O 9 de Abril), Subsídios para a História da 4ª Brigada do CEP*, Lisboa, Serviços Gráficos do Exército.

MARQUES, A.H. de Oliveira, 1981. *Guia da História da 1ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa.

MARQUES, A.H. de Oliveira, 1986. *História de Portugal*, Vol III, 3ª ed., Lisboa, Palas Editora.

MARQUES, Isabel Pestana, 2008. *Das Trincheiras com Saudade, A Vida Quotidiana dos Militares Portugueses na Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, A Esfera dos Livros.

MARTINS, Ferreira, 1934a. *Portugal na Grande Guerra*, Vol. I, Lisboa, 1º ed., Empresa Editorial Ática.

MARTINS, Ferreira, 1934b. *Portugal na Grande Guerra*, Vol. II, Lisboa, 1º ed., Empresa Editorial Ática.

MENESES, Filipe Ribeiro de, 2000. *União Sagrada e Sidonismo: Portugal em Guerra (1916-1918)*, Lisboa, Edições Cosmos.

MENESES, Filipe Ribeiro de, OLIVEIRA, Pedro Aires (coordenação de), 2011. *Iª República (A) Portuguesa; Diplomacia, Guerra e Império*, Lisboa, Tinta da China.

MORAIS, Pina de, 1919. *Ao Parapeito*, 2ª ed., Porto, Edição da Renascença Portuguesa.

MORAIS, Pina de, 1921. *Soldado (O) Saudade na Grande Guerra*, 1ª ed., Porto, Edição da Renascença Portuguesa.

MORAN, Lord, 1945(2007). *The Anatomy of Courage*, London, Constable & Robinson Ltd.

MOSSE, George Liébert, 2009. *De la Grande Guerre au totalitarisme: La brutalisation des sociétés européennes*, France, Pluriel.

NEVES, João Alves das, 1987. *O Movimento Futurista em Portugal*, 2ª ed., Lisboa, Dinalivro.

NEVES, Mário, 1984. *Dramático fuzilamento de um português na Flandres (1917)*, n.70. Agosto 1984, pp. 3-10, O Jornal.

OLAVO, Américo, 1919. *Na Grande Guerra*, Lisboa, Guimarães e Cª.

OLAVO, Carlos, 1918. *Jornal d'um Prisioneiro de Guerra na Alemanha*, 2ª ed., Lisboa, Guimarães & Cª Editores.

RÉMOND, René, 1994. *Introdução à História do Nosso Tempo: Do antigo regime aos nossos dias*, tradução de Teresa Loureiro, Lisboa, Gradiva.

RIBEIRO, Aquilino, 1934. *É a Guerra*, 4ª ed., Lisboa, Livraria Bertrand, 1934.

RODRÍGUEZ, Gema Iglesias, 1997. *La propaganda en las guerras del siglo XX*, Madrid, Arco/Libros, SL.

ROSADO, José, e Neves, Silva, 192?. *9 de Abril*, Lisboa, Edição João Romano Torres & Ca.

ROSAS, Fernando, ROLLO, Maria Fernanda (coordenação de), 2010. *História da Primeira República Portuguesa*, 2ªed., Lisboa, Tinta da China.

SANTOS, Ernesto Moreira dos, 1957. *Cobiça de Angola*, Guimarães, Oficinas Gráficas PAX.

SANTOS, Ernesto Moreira dos, 1957b. *Combate de Naulila: Cobiça de Angola, seus heróis e seus inimigos (memórias)*, Guimarães, Livraria Cruz – Braga.

SANTOS, Ernesto Moreira dos, 1961. *Cobiça de Moçambique*, Guimarães, Oficinas Gráficas PAX.

SANTOS, Gil Manuel Morgado dos, e SANTOS, Gil Filipe Calvão, 2008. *De Chaves a Copenhaga, A Saga de um Combatente*, Lisboa, Prefácio.

SANTOS, Vítor Manuel Fernandes dos, 2006. *O desenho de guerra de Adriano de Sousa Lopes*, Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Desenho, Lisboa, Faculdade Belas-Artes da Universidade de Lisboa.

SARDINHA, António, 1927. *Durante a Fogueira: Páginas da Guerra*, Lisboa, Livraria Universal.

SELVAGEM, Carlos, 1920. *Tropa d'África: Jornal de Campanha dum Voluntário do Niassa*, 2ª ed., Porto, Edições Renascença Portuguesa.

SOARES, José Roberto de Macedo, Relatório Diplomático do Sr. Dr. José Roberto de Macedo Soares, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1919.

TEIXEIRA, Nuno Severino, 1992. *Fome e a Saudade, Os Prisioneiros Portugueses na Grande Guerra*, Revista Penélope, 1992, n.º8, pp.91-114, Lisboa, Edições Cosmos.

TEIXEIRA, Nuno Severino, 1996. *O Poder e a Guerra 1914-1918: Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Editora Estampa.

TELO, António José, 1980. *O Exército e a República*, Revista História, n.º 23, Novembro 1980, pp. 2-21, O Jornal.

VALENTE, Vasco Pulido, 2010. *República (A) Velha: 1910-1917*, Lisboa, Lisboa, Alêtheia Editores

WINTER, Jay and Antoine Prost, 2005. *The Great War in History, Debates and Controversies, 1914 to the Present*, Cambridge, Cambridge University Press.

WINTRINGHAM, Tom H., 1936, *Mutiny*, London, Stanley Nott.

Publicações Periódicas

Capital (A), 1916 - 1918

CLIO, Revista de História, Ano X, n.º 109, 2010

Guerra (A) Ilustrada, Tipografia da Empresa do Jornal Ilustrado, 1918

Ilustração Portuguesa, Lisboa, Empresa d'O Século, 1914-1924

Revista História, Lisboa, O Jornal, 1980-1982

Revista Militar, Setembro, Ano XCIV, n.º 9, Lisboa, 1942